

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**O TRABALHO COMO ELEMENTO FORMATIVO NAS CARTAS DE
PAULO DE TARSO**

ODAILSON VOLPE DE ABREU

**MARINGÁ
2015**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**O TRABALHO COMO ELEMENTO FORMATIVO NAS CARTAS DE
PAULO DE TARSO**

ODAILSON VOLPE DE ABREU

**MARINGÁ
2015**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**O TRABALHO COMO ELEMENTO FORMATIVO NAS CARTAS DE
PAULO DE TARSO**

Dissertação apresentada por ODAILSON VOLPE DE ABREU, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientador:

Prof. Dr. JOAQUIM JOSÉ PEREIRA MELO

MARINGÁ
2015

FICHA CATALOGRÁFICA:

Deverá ser impressa no verso da folha de rosto.

Para confecção da Ficha Catalográfica, o aluno deverá levar um exemplar impresso da Dissertação à Biblioteca Central da UEM. Agendamentos e informações:
<http://www.bce.uem.br/sib/catalogacao.php>

E-mail: bce-pte@uem.br

Fone: (44)3011-4486 / (44)3011-4483

ODAILSON VOLPE DE ABREU

**O TRABALHO COMO ELEMENTO FORMATIVO NAS CARTAS DE
PAULO DE TARSO**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Joaquim José Pereira Melo (Orientador) – UEM

Prof^a. Dr^a. Maria Elisbeth Blanck Miguel – PUC - PR

Prof. Dr. Reginaldo Aliçandro Bordim - UEM

Março 2015

Dedico este trabalho ao Prof. Dr. José Joaquim Pereira Melo pela dedicação e atenção, à minha mãe, meu pai e irmãos, aos queridos amigos, e, sobretudo, a Deus fonte maior de toda inspiração.

AGRADECIMENTOS

A Deus cuja bondade e providência foram provadas e experimentadas a cada momento ao longo deste trabalho.

Ao Prof. Dr. José Joaquim Pereira Melo, por sua disponibilidade, paciência, dedicação e imprescindível orientação, essenciais para a realização dessa pesquisa.

Aos membros da banca examinadora, que com valiosas contribuições enriqueceram essa pesquisa.

Aos amigos que conheci neste período de mestrado, colegas de classe, corpo docente e funcionários do Programa de Pós Graduação em Educação da UEM, a presença de vocês fez toda a diferença.

Aos meus familiares, em especial aos meus pais, Sueli e João, pela paciência que tiveram comigo ao longo dos inúmeros dias que fiquei trancado no quarto desenvolvendo a pesquisa, também aos meus irmãos Aline e Jhonatan pelo apoio incondicional.

Aos meus queridos amigos, que são inúmeros, mas que moram no meu coração e que me acompanham desde minha mais tenra idade, vocês são a prova de que amigos constituem a família que podemos escolher.

Aos valorosos Fabiano Lindolpho e João Paulo Pereira Coelho, pela amizade, companheirismo e apoio, principalmente pelas inúmeras vezes que me socorreram, o primeiro auxiliando no português e no inglês, o segundo sanando dúvidas e incertezas sobre regras e normas.

As Irmãs Apóstolas pela compreensão, ajuda e incentivo, o apoio de vocês fez toda a diferença para a realização deste trabalho.

“Ensinei-vos sempre que, trabalhando, deve-se
acolher os fracos, recordando do dito do
Senhor Jesus: Mais vale dar que receber.”

(Paulo de Tarso – At. 20, 35)

ABREU, Odailson V. **O TRABALHO COMO ELEMENTO FORMATIVO NAS CARTAS DE PAULO DE TARSO**. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. José Joaquim Pereira Melo. Maringá, 2015.

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa é discutir as cartas paulinas e a influência de Paulo de Tarso para a construção do cristão ideal, segundo a proposta de Cristo, por meio do trabalho. A ação pedagógica desenvolvida por Paulo de Tarso, no século I, procurava estabelecer as bases de uma nova sociedade, chamada de “Reino de Deus”, onde os homens viveriam em igualdade e atenderiam as necessidades uns dos outros. Na busca por efetivar essa sociedade Paulo de Tarso, desencadeou um despertar do homem clássico, sobretudo os mais pobres, para uma valorização do trabalho como forma de construção do “Reino”. Esse suposto “Reino” seria concretizado, segundo a análise, por meio do trabalho destinado ao próximo, que também pode ser chamado de caridade. Nesse processo, a relação greco-romana para com o trabalho ganha destaque, evidenciando que, para que o objetivo de Paulo de Tarso, e do próprio Cristo, fosse atingido seria necessário que ocorresse uma mudança de mentalidade junto aos cristãos de origem clássica. Para identificar a exaltação do trabalho como elemento formativo dos cristãos, especialmente dos cristãos de origem clássica, nas cartas paulinas foram utilizadas fontes que permitiram, tanto, um entendimento sobre a relação do Império Romano para com o trabalho, que denotava uma conotação negativa ao trabalho braçal, quanto os textos bíblicos que evidenciam a concepção positiva do trabalho, seja ele qual fosse, para judeus e cristãos. Por fim, uma análise mais detalhada do discurso de Paulo de Tarso, considerando sua conjuntura histórica e social, tornou possível evidenciar que o trabalho/serviço, para si mesmo e para os necessitados, era um dos elementos capazes de distinguir os cristãos dos demais homens na sociedade do século I.

Palavras-chave: Educação; Trabalho; Paulo de Tarso, Pedagogia cristã; Reino de Deus; Caridade.

ABREU, ODAILSON V. **LABOR AS FORMATIVE ELEMENT IN THE LETTERS OF PAUL OF TARSUS**. 127 f. Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Prof. Dr. José Joaquim Pereira Melo. Maringá, 2015.

ABSTRACT

The aim of this research is to discuss the Pauline letters and Paul of Tarsus's influence in the ideal Christian construction, in accordance with Christ's proposal, through labor. The pedagogical action developed by Paul of Tarsus, in the 1st century, focused on establishing the basis of a new society, called "Kingdom of God", in which people would live equally and attend each one's needs. In the quest for turning that society effective, Paul of Tarsus triggered an awakening in the classical men, mainly the poorest ones, to valorize working as a means of constructing the "Kingdom". Such "Kingdom" would be concrete, according to the analysis, through working for others, which could also be called charity. In this process, the Greco-Roman relationship with labor is highlighted, showing that, in order for Paul of Tarsus's goal and of Christ himself to be achieved, a change in mentality among Christians of classical origin was necessary. To identify working as a Christian formative element, especially Christians of classical origin, sources were used in the Pauline letters which allowed an understanding of the link between Roman Empire and working – with a negative connotation of manual labor – as well as the biblical texts and a positive conception of labor, whichever one it was either for Jewish or Christian people. Finally, it was possible to analyze the discourse of Paul of Tarsus, considering his historical and social context, enabling the evidence that labor/service for oneself and others in need was one of the elements which made possible to distinguish Christians from other people in the society of the 1st century.

Key words: Education; Labor; Paul of Tarsus; Christian Pedagogy; Kingdom of God; Charity.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
 2. O MUNDO ROMANO NO SÉCULO I E O SURGIMENTO DO CRISTIANISMO	 19
2.1. O MUNDO ROMANO NO SÉCULO I	19
2.2. COMPREENDENDO ASPECTOS POLÍTICOS E ORGANIZACIONAIS DE ROMA	21
2.2.1 RELIGIÃO E POLÍTICA: O CULTO AO PRÍNCIPE	26
2.3 O TRABALHO NO MUNDO ROMANO	31
2.4 O SURGIMENTO DO CRISTIANISMO E SUA ACEITAÇÃO PELOS POBRES	37
 3. PAULO DE TARSO, ORIGEM, FORMAÇÃO E CRISTIANISMO	 41
3.1 A CIDADE DE TARSO	44
3.2 O <i>STATUS SOCIAL E STATUS CIVIL</i> DE PAULO DE TARSO, CIDADÃO ROMANO E “TRABALHADOR”	48
3.3 PAULO DE TARSO, UM HOMEM DIVIDIDO ENTRE TRÊS MUNDOS	51
3.4 PAULO CRISTÃO: “POR QUE ME PERSEGUES?”	58
3.5 PAULO DE TARSO E O TRABALHO COMO PROPOSTA FORMATIVA ...	67
 4. O TRABALHO NO EPISTÓLARIO PAULINO: CARIDADE, SERVIÇO E CONSTRUÇÃO DO REINO	 72
4.1 AS FONTES DO PERÍODO PROTOCRISTÃO	73
4.1.1 AS CARTAS PAULINAS COMO FONTES PROTOCRISTÃS: ESTRUTURA E CONTEÚDO	75
4.1.2 A POPULARIZAÇÃO DAS CARTAS PAULINAS NAS COMUNIDADES PROTOCRISTÃS E SUA CLASSIFICAÇÃO	79
4.2 O CONCEITO DE TRABALHO PARA OS CRISTÃOS E OS INDÍCIOS DO CARÁTER FORMATIVO DO TRABALHO NAS CARTAS DE PAULO	80

4.2.1 O TRABALHO NAS CARTAS ESCRITAS AOS TESSALONICENSES	83
4.2.2 CARTAS AOS EFÉSIOS E AOS CORINTÍOS: O TRABALHO COMO PRINCÍPIO DE DISTINÇÃO DO CRISTÃO	91
4.2.3 – AS CARTAS AOS GALÁTAS E A FILEMON: TRABALHO, ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NA FORMAÇÃO CRISTÃ	93
5. CONCLUSÃO	103
REFERÊNCIAS	109

INTRODUÇÃO

O recorte histórico proposto nesta pesquisa está situado no século I, o que compreende a primeira fase de desenvolvimento do cristianismo, que vai do ano 30 d. C. (época em que Jesus inicia sua pregação) até o ano 100 d. C. (momento em que todos os primeiros cristãos que tiveram contato com o Cristo já estavam mortos). Esse período é condizente com o estabelecimento do Império Romano, o que ocorreu após a influência de Augusto como único detentor do poder imperial e após os acontecimentos basilares da crença cristã, a morte e ressurreição de Jesus, seguindo até a morte de Paulo por volta do ano 64 d. C.

Durante o século I, a Europa e a parte do Oriente comandada por Roma passavam por um processo de transição, de forma que mudanças eram empreendidas na economia, na política, na cultura, na mentalidade e também na religião. Nessa conjuntura surge o cristianismo na região pertencente aos judeus, uma terra que, desde o ano 63 a. C., era dominada pelos romanos. No século I, os seguidores dessa religião, liderados por Pedro, o pescador, e por Paulo de Tarso, priorizaram sua expansão, levando-a para as demais províncias do Império.

O contexto cultural e religioso do Império Romano tornava pouco provável a ação deste grupo de cristãos que, distantes dos valores clássicos, desejavam expandir e estabilizar sua crença no mundo conhecido. Contrariando as expectativas, o cristianismo sobreviveu e, no século I, conquistou espaço no Império e no território dominado por ele, encontrando adeptos, principalmente entre as pessoas das camadas baixas da população, escravos, serviçais e pobres dedicados ao trabalho. Já na segunda metade do primeiro século e nas décadas subsequentes, os grupos de cristãos espalhados na capital e nas várias províncias chamavam a atenção dos governantes de Roma. Estes cristãos não chegavam a configurar uma ameaça, mas davam indícios de sua influência entre as camadas mais pobres da população.

Dados como esses levam a alguns questionamentos, pois quais as bases que permitiram ao cristianismo se firmar e se expandir ao longo do território romano? Em busca dessa resposta encontra-se Paulo de Tarso, um típico judeu da diáspora, advindo de uma cidade com características gregas, que se mudou ainda jovem para Jerusalém em busca de formação e que se converteu ao cristianismo tornando-se um de seus fundadores. Paulo de Tarso, assumindo-se cristão, ganhou notoriedade

dentre eles por causa da dedicação que destinava às comunidades que fundou ou onde conviveu. Essas comunidades faziam parte do Império Romano, encontrando-se nas Ilhas Gregas, na Síria, na Ásia e também na própria capital, Roma, indicando uma predileção paulina pelos povos de origem clássica. Essa predileção é justificada principalmente por causa da origem de Paulo, sendo ele judeu da diáspora, havia crescido envolto pelos valores clássicos numa colônia grega dominada pelos romanos.

Paulo de Tarso colaborou muito para a aceitação da religião cristã entre esses povos romanos e gregos e, ao fazer isso, propôs-se a ensiná-los a como ser cristãos, ensinando sobre Jesus ou utilizando como referência a tradição judaica para fundamentar o caráter de inovação que o cristianismo apresentava em relação ao judaísmo. Consequentemente, Paulo de Tarso, apresentou novas perspectivas para os homens e mulheres greco-romanos que se convertiam ao cristianismo, ensinando, na prática, a vivência não apenas da religião, mas de um novo modo de compreender o próprio mundo ao seu redor. A prática empreendida por Paulo se tornou modelo para seus seguidores, que também passaram a se valer de cartas e dos valores cristãos por ele pregados para ensinar os primeiros seguidores da nova religião.

Paulo de Tarso oferecia a possibilidade de uma ótica diferente para a vivência em um mundo cultural e religioso já estruturado. O cristianismo apresentava valores que divergiam daqueles já aceitos pela sociedade romana, de forma que os ensinamentos de Paulo deveriam formar um novo homem, capaz de viver naquele mundo de valores clássicos sem perder de vista os novos valores introduzidos pelo cristianismo.

Estes ensinamentos de Paulo de Tarso conduziram o cristianismo para sua popularização em meados do século I, dando início ao que se pode chamar de escola paulina onde, nas cartas escritas por ele e direcionadas as comunidades de Corinto, Galátas e Tessalônica, encontram-se redigidos boa parte destes ensinamentos e conceitos. Conhecer os valores fundamentais do cristianismo contidos nas cartas de Paulo é conhecer também a origem de sua pedagogia. Ao abordar este conceito de pedagogia compreende-se um tipo de educação assistemática, que procura formar o sujeito para a vivência dos valores caros para uma sociedade. A questão central, neste caso, seria como ensinar pessoas simples a aceitarem e incorporarem o cristianismo no seu dia a dia? Para essa resposta o

trabalho se encontra como categoria de grande importância, pois é ele um dos principais elementos que contribuíram para a definição dos papéis sociais. Mais que isso, era o trabalho uma das práticas que particularizam uma pessoa como sendo verdadeiramente cristã, conforme os princípios do cristianismo, naquela sociedade, pois, diferentemente de outros, o cristão se propunha a trabalhar para si e também para as necessidades dos outros, impulsionado pela virtude da caridade.

É essa compreensão de pedagogia prática que se aplica nesta pesquisa, pois o cristianismo utilizou sua base religiosa para formar um novo homem, cristão, com características adequadas a essa religião e, mesmo assim, inserido no mundo romano. Considerando que o trabalho figura para o homem como a expressão de sua própria vida, sendo este o meio pelo qual ele transforma o mundo e a si mesmo, foi elencado como categoria principal para o entendimento desta educação empreendida por Paulo.

Para isso, primeiro se faz necessário estabelecer qual a sociedade para qual Paulo estava propondo esse modelo de formação humana embasado no trabalho. Isso porque os homens e as mulheres do Império Romano tinham, ao longo do tempo, assimilado uma compreensão muito particular e mesmo negativa sobre o ato de trabalhar, de forma que conhecer essa mentalidade dos romanos auxiliará muito na compreensão do porque Paulo enfatizou o trabalho como parte importante dos seus esforços formativos para os cristãos.

Para discutir a proposta formativa cristã embasada no trabalho serão utilizados trechos das várias cartas escritas por Paulo de Tarso e divididas, segundo a tradição, em dois grupos: Protopaulinas ou Deuteropaulinas. Segundo Fabris (2010), desde muito cedo a Igreja reconheceu a importância do conjunto epistolar paulino como um todo, de tal forma que o fundador da primeira escola teológica cristã, Clemente de Alexandria (150 d. C. – 215 d. C.), já reconhecia e afirmava a inspiração divina de Paulo, alegando que suas quatorze cartas refletiam um ensinamento “místico e santo em grau máximo” (FABRIS. 2010. p. 659). Por isso, as cartas de Paulo pertencente a esses dois grupos serão consideradas na pesquisa, porque elas figuram como relatos e fontes seguras - conforme vários autores - para clarificar a suposição do trabalho como fator formativo. Os escritos de Paulo de Tarso, as cartas destinadas aos povos cristãos de origem clássica, são fontes que contém os ensinamentos e as exortações a respeito de como ser um seguidor de

Cristo. Bem por isso, esses escritos do período protocristão¹ possuem, por si próprios, o caráter pedagógico que visava à formação do homem, abordando os vários aspectos da vida cotidiana dos primeiros cristãos e, dentre eles, também o trabalho.

O objetivo da pesquisa consiste justamente em discutir as exortações e ensinamentos referentes ao trabalho e suas subcategorias (escravidão e liberdade) que estão contidos nas cartas paulinas, de maneira que a abordagem permita encontrar e constatar como esses escritos se relacionavam com a proposta religiosa fundada por Jesus e de que forma eles se apresentavam como um meio de formação para os homens que se convertiam ao cristianismo, alterando suas formas de compreender e valorizar o ato do trabalho em si.

Em segundo plano, a análise também permite a compreensão do papel e da importância das cartas de Paulo de Tarso para a construção dessa formação que se desenvolveu sob uma orientação moral de base cristã e que se convencionou chamar de pedagogia paulina. A pesquisa foi realizada a partir do estudo das epístolas paulinas contidas na Bíblia, sendo elas: as cartas a Tessalônica, aos cristãos da Galácia e de Corinto, além da carta pessoal escrita a seu amigo, Filemon. Juntamente a esses textos foram analisados também outros textos bíblicos que permitem entender qual a importância do trabalho para os cristãos e qual a relevância dele para a construção da sociedade proposta pelo Cristo. Por isso, os Evangelhos, os Atos dos Apóstolos e também algumas referências do Antigo Testamento foram utilizadas.

A leitura e análise destes textos foram feitas a partir da fundamentação teórica de vários estudiosos dos escritos paulinos, como Fabris, Schnelle, Barbaglio e outros, que discutem e refletem tanto sobre o período, quanto sobre os escritos, oferecendo, assim, um instrumento de crítica que cooperou para uma leitura mais objetiva das fontes em questão.

Essa leitura crítica, que tem por base os textos destes estudiosos, foi objetivada levando em consideração o risco existente ao utilizar outros textos bíblicos, além das cartas paulinas, como fontes históricas. Entende-se que os textos de livros sagrados devem ser utilizados de maneira cautelosa, pois trazem juntamente com os relatos

¹ Protocristão: Que ou aquele que está relacionado com os primórdios do cristianismo. In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/protocrist%C3%A3o> [consultado em 27-01-2015].

históricos as convicções e a crença daqueles que os conceberam, bem por isso, além de relatos históricos, podem ser enquadrados também como relatos sociais do período em questão, assim, os textos destes pesquisadores não apenas enriquecem a pesquisa como contribuem para a compreensão do processo histórico em questão.

Para entender o conceito do trabalho e sua finalidade pedagógica nos escritos paulinos, foi preciso compreender o período em questão, o século I, bem como a sociedade romana e a influência da Grécia nessa sociedade, ainda, naquele momento histórico. Para isso, a pesquisa foi dividida em três seções, onde se buscou abordar, na primeira, a constituição do Império Romano enquanto sociedade, abrangendo suas contribuições para formação do pensamento do povo romano do período, considerando os aspectos político, religioso e cultural da sociedade que se desenvolvia sob a égide de Augusto, dando ênfase à divisão social do trabalho constituída nessa sociedade.

Na segunda seção as origens de Paulo de Tarso foram abordadas, com destaque para sua educação clássica e judaica, pois situar quem era Paulo de Tarso dentro do Império Romano e quais as circunstâncias que o impulsionaram ao cristianismo foi uma forma de compreender as bases de sua ação pedagógica.

Na terceira seção encontra-se a análise dos escritos paulinos, contidos nas cartas aos Tessalonicenses, aos Coríntios, aos Galátas e a Filêmon, nelas é possível descobrir conceitos ensinados por Jesus e que foram utilizados para constituir a mentalidade cristã sobre o trabalho no século I, bem como outros ensinamentos e posicionamentos característicos dos cristãos. De forma que nessas cartas encontram-se os indícios da formação do homem cristão, caracterizada por uma forma de educação assistemática.

Foram utilizadas duas traduções para a leitura das cartas. A primeira, de acesso fácil e comum para qualquer chave de leitura, foi a tradução apresentada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e realizada por uma equipe de tradutores da Comissão Episcopal Pastoral para a Animação Bíblico Catequética. A outra tradução utilizada ao longo da pesquisa - que representou a base principal da leitura e da análise - é intitulada *Bíblia do Peregrino*, que é a versão brasileira da original *Biblia del Peregrino - Edicion de estudio*, que tem como colaborador principal o Padre Luis Alonso Schökel e que é reconhecida por suas notas de rodapé, que ocupam cerca de 60% da obra e que foram escritas com dupla intenção: exegética e

teológico-pastoral. No caso, esta tradução foi utilizada principalmente por causa de seu caráter exegético.

O estudo e a análise dos escritos de Paulo de Tarso nestas duas fontes foram favorecidos pela leitura das fontes de apoio, que colaboraram para uma compreensão histórica do mundo romano e também para as mudanças ocasionadas na vida dos indivíduos daquele período. Esta literatura de apoio, ou seja, os escritos de estudiosos contemporâneos sobre a vida de Paulo, auxiliou no acesso às informações que remetem às transformações que ocorreram no pensamento e no cotidiano da sociedade romana do século I, permitindo um entendimento sobre os aspectos sociais, políticos e econômicos envolvidos no processo histórico em questão.

Isso foi possível a partir da utilização de uma perspectiva histórica de análise que teve por base o referencial metodológico da História Social, onde se buscou o entendimento sobre os conceitos e fatos relacionados ao tema, no período determinado, por meio da leitura e análise de obras pertencentes às áreas da teologia, sociologia e, principalmente, da história.

A escolha desta concepção acerca do objeto de pesquisa, ou seja, da análise e correlação de várias fontes como relatos, escritos, ou mesmo de hábitos, costumes e ações dos homens da sociedade protocristã, deu-se em função de elas contemplarem um todo, pois unidas formam como que um mosaico que permite ter uma visão totalizante a respeito do assunto proposto.

A utilização das discussões e inferências desses autores que compõem a literatura de apoio permitiu a compreensão da forma de pensar, da construção de valores, de costumes e das relações dos homens por meio da ação de seu trabalho e da sua compreensão sobre o que é liberdade, possibilitando enriquecer a pesquisa e alargar o horizonte a respeito da concepção de sociedade romana, que estava em transformação e que, por isso, teve fundamental papel no desenvolvimento da sociedade cristã, que visava à instauração do chamado “Reino de Deus”.

A utilização da História Social como metodologia de pesquisa, permitiu não apenas fundamentar a análise na classe menos favorecida, os homens e mulheres dedicados ao trabalho, como também partir de uma metodologia que priorizasse a análise do discurso de Paulo de Tarso em relação às atitudes tomadas pelos cristãos, fossem elas individuais ou coletivas. Isso contribuiu para a compreensão, tanto a respeito da mentalidade constituída sobre o trabalho pela sociedade clássica,

quanto das necessidades do cristianismo em despertar no homem o desejo de trabalhar pelo próximo. O cristianismo, ao criar uma relação estreita entre a religião e o cotidiano do homem, proporcionou uma formação, ou educação informal, que colaborou e influenciou fortemente a aceitação e organização do mesmo na sociedade do século I e também nos séculos seguintes, permitindo que, aos poucos, os homens e mulheres da sociedade assimilassem cada vez mais a forma de pensar dos cristãos em detrimento da forma de pensar clássica. O que abriu discretamente as portas para a construção da sociedade cristã dos séculos seguintes.

2. O MUNDO ROMANO NO SÉCULO I E O SURGIMENTO DO CRISTIANISMO

Ainda hoje, quando se pensa em cristianismo encontra-se em Roma seu principal referencial geográfico, administrativo e estrutural. A chamada Cidade Eterna se tornou ao longo de dois milênios um símbolo da solidez e do poder da religião cristã. A origem judaica do cristianismo implica que esse papel deveria ter sido concedido a Jerusalém, a “Cidade Santa”, local onde a figura mais ilustre do cristianismo, o próprio Jesus, viveu seus últimos dias e onde sua doutrina ganhou destaque político e social, levando muitos a acreditar na conversão da morte em uma esperança de pós-vida e possibilitando a expansão de sua nova religião ao longo do tempo.

Também Jerusalém teve um papel central na difusão do cristianismo, pois no período protocristão essa cidade viu florescer a primeira comunidade cristã e de lá os seguidores de Jesus seguiram para as grandes cidades do Império Romano; mas ainda muito cedo, principalmente por causa da insurreição do povo judeu contra o poder romano, a partir de 66 d C., sua importância como local de irradiação da cristandade foi ofuscada pela influência de Roma, como salienta Kautsky (2010). Para compreender o período e as relações sociais do objeto desta pesquisa se faz necessário conhecer o Mundo romano do século I, sua estrutura e o Império, sintetizado na pessoa de Otávio (63 a. C. – 14 d. C), ou seja, do imperador César Augusto; por isso, a seguir será discutido um pouco da estrutura desse Império que tornou possível a ascensão e o desenvolvimento do cristianismo.

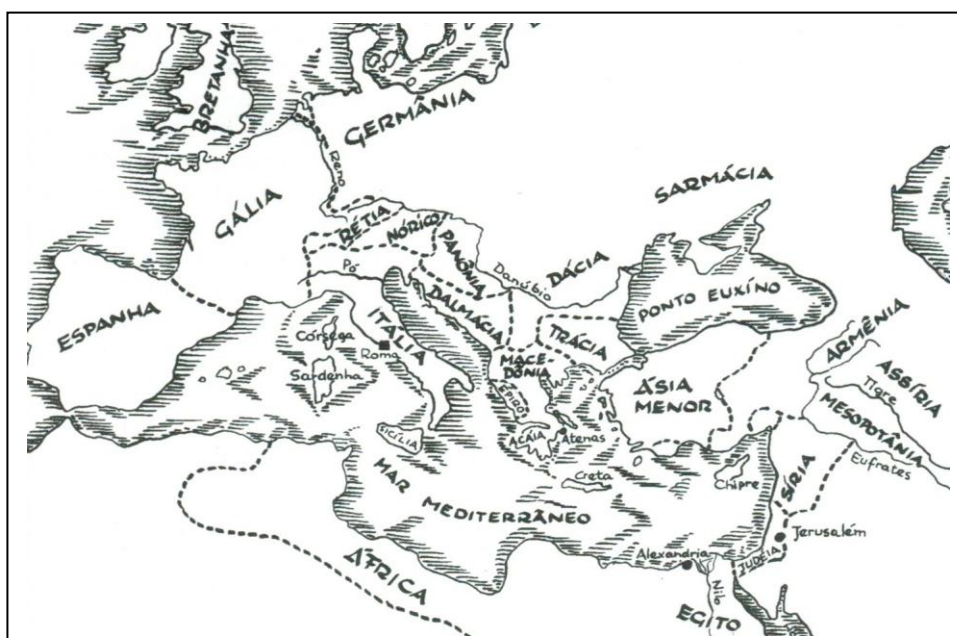
2.1 O MUNDO ROMANO NO SÉCULO I

A complexidade do Império Romano ao longo de sua existência dificulta uma abordagem ampla de todos os seus aspectos, mas mesmo assim se faz necessário separar e articular as informações referentes à conjuntura do que foi Roma e seu Império no século I, de maneira a entender como essa estrutura imperial permitiu a expansão do cristianismo e como influenciou a construção de um modo viver e de uma forma de pensar típicos dos cristãos.

Seguem então alguns aspectos do Mundo romano do século I considerados importantes para a atuação de Paulo de Tarso, ou que se fizeram essenciais para o desenvolvimento do cristianismo como nova religião no período proposto.

Segundo Funari (2011), o alcance geográfico do Império Romano chama a atenção ainda nos dias de hoje, pois ao longo da história, nenhum outro império conquistou um espaço tão grande de domínio e integração. Foram as conquistas e relações mantidas entre o governo romano e os povos conquistados que possibilitaram o desenvolvimento de uma formação do homem baseada no trabalho, na liberdade e na falta desta.

Mapa 1 – O Império Romano no tempo de Augusto (30 a. C. – 14 d. C.)



Fonte: MATOS, 2014, p. 14.

Conhecer o aspecto político do Império é o primeiro passo para compreender essa ação de expansão e domínio dos romanos sobre os territórios e povos vizinhos, pois, como afirma Funari (2011), o Império foi legatário de uma expansão multicelular do período republicano, e para governar todo esse território precisou estabelecer uma política governamental centralizada, mas que cooptava os grupos dominantes locais, diminuindo assim a burocracia administrativa.

Um segundo aspecto a ser considerado no estudo sobre o Mundo romano é a construção cultural e intelectual deste período dentro das possessões romanas. Bustamante (2006) salienta que é a identidade cultural que mantém um grupo unido,

fazendo com que se reconheçam como iguais e se distingam dos “outros”. Isto garantia ao Império Romano integridade mesmo diante da enorme extensão territorial.

Mais um aspecto relevante neste contexto é o Culto ao César. Funari (2011) propõe que esse culto, considerado uma forma de religião cívica, foi um fator aglutinador dos grupos dominantes nas várias áreas do Império, ao mesmo tempo em que diversos cultos orientais, entre eles o cristianismo nascente, eram difundidos entre as mulheres, os libertos e os pobres livres.

2.2 COMPREENDENDO ASPECTOS POLÍTICOS E ORGANIZACIONAIS DE ROMA

Como qualquer grande cidade, Roma sempre foi uma capital em constantes mudanças nos seus aspectos social e arquitetônico e também no governamental. Na abordagem do aspecto governamental, no caso político-governamental, percebe-se que este estava se firmando no século I, após ter passado por um radical processo de mudança, deixando de ser República e se tornando um Principado. Segundo Mendes (2006), o surgimento do Império, após o fim da República, transformou Roma numa “Cosmópolis”, o que a levou a ultrapassar os seus limites institucionais e espaciais, comuns para uma cidade-Estado, de forma que os conflitos resultantes desse processo - como os desentendimentos entre o individualismo e o coletivismo, a cisão nos grupos dominantes pela busca do exercício do poder, a utilização da violência na vida pública, a prática de ilegalidades constitucionais e a impotência do exército cível ante o exército profissional – fizeram surgir as bases para o estabelecimento do Principado, que, mesmo estando relacionado a mudanças profundas nas relações políticas, surgiu dentro da própria República, ao enfraquecer suas instituições sem eliminá-las, tanto que o “Império se desenvolve como um regime político de caráter pessoal, porém sob uma máscara republicana.” (MENDES, 2006, p.27)

Após seus cinco séculos como República, idealizada e liderada por forças patrícias², Roma, a muito custo, deu início ao período imperial, apaziguando as questões de luta interna e extinguindo os conflitos entre os patrícios e os demais grupos que exerciam o poder, como, por exemplo, a plebe³. Grimal (1993) comenta que as ações do imperador buscavam equilibrar o poder destes grupos distintos dentro das instituições políticas de Roma ora pela influência, ora por meio do dinheiro, ora pela força.

O Império também deve seu início à ação de expansão, que por meio da guerra garantia a glória romana, impondo medo e respeito aos povos vizinhos. Grimal (1993) esclarece que essas vitórias permitiram ao povo um novo sentimento em relação aos grandes homens - no caso, os generais -, indicando uma mudança de mentalidade. Afirma o autor que nesse processo de transição alguns desses generais poderiam ser vistos pelo povo como homens que aspiravam à realeza, como aqueles que deveriam impor ordem, e assim, aos poucos o Império estava sendo instalado na mentalidade dos romanos.

Foram mudanças como essa, apontada por Grimal (1993), que permitiram aos líderes militares, a transformação de Roma de uma República em um Império. A República era condizente com a situação de diferenças e desigualdade social, e quando a República foi ultrapassada e se instalou o Império, Roma alcançou, com o tempo, um período de tranquilidade social sob o comando do imperador.

Grimal (1993) afirma que homens como Júlio César (100 a.C. – 44 a.C.) conquistaram o povo e ao mesmo tempo despertaram inimigos. Sua ação ditatorial⁴ incomodou aqueles que na República Romana encontravam sustento. Seu assassinato não foi capaz de colocar fim aos seus planos de governar Roma isoladamente e acabou abrindo espaço para que outro homem pudesse colocá-lo em prática, no caso, Otávio (63 a. C. – 14 d. C.).

² Aristocrático, nobre. In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/patr%C3%ADcios> [consultado em 27-01-2015].

³ Classe social mais baixa, composta pelos plebeus, entre os romanos. [Por oposição ao patriciado.] = VULGO. In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/plebe> [consultado em 27-01-2015].

⁴ . Pessoa que reúne em si, temporariamente e em circunstâncias excepcionais, todos os poderes públicos. In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/ditador> [consultado em 27-01-2015].

Segundo Rostovtzeff (1998), não há dúvidas que com a ascensão de Otávio ao poder se iniciou uma nova era na história do Mundo Antigo, período que se costuma chamar de era do Império Romano. Para entender esse período em que o cristianismo se desenvolve e Paulo de Tarso difunde seus ensinamentos é preciso entender Otávio e o Império que se formou sob seu comando.

Como narra Tácito (s.d.), no início do livro I *dos Anais*, Otávio, consciente do caminho que deveria seguir e dos poderosos que deveria encontrar, assumiu-se publicamente como herdeiro de seu tio-avô assassinado, Júlio César, e paulatinamente deu início a suas conquistas, assumindo uma posição de liderança no exército, no Senado e em toda a Roma. Enfraquecendo o Segundo Triunvirato (43 a. C. – 33 a. C.), formado por Otávio, Marco Antônio (83 a. C. – 30 a. C.) e Lépido (90 a. C. 12 d. C.), Otávio enfrentou como obstáculo maior na sua busca pelo domínio de Roma Marco Antonio, o seu último oponente dentro da facção de Júlio César. Ao renunciar ao triunvirato, Otávio assumiu o consulado como protetor da plebe, aliciou os soldados a seu favor e ganhou apoio popular por meio da distribuição de víveres ao povo, e em seguida concentrou em si as funções senatoriais e legislativas, abrindo caminho para a condição e poder de imperador.

Após derrotar seu principal rival, Marco Antonio, na Batalha do Accio (31 a. C.), Otávio isolou-se no poder e assumiu ares não de ditador, mas de príncipe, fazendo-se o único representante do poder em Roma, e assim ele deteve o poder político. Em outra frente, segundo Beltrão (2006), ele assumiu o papel de *Pontifex Maximus*, tornando-se também o líder religioso. Após vencer seus opositores, ao voltar triunfante para a “Cidade Eterna” ele expandiu seu poder para os âmbitos político e religioso, e por fim, recebeu do Senado o título de Augusto, “o venerável”, o que lhe garantia um poder que ia além dos poderes de um simples humano: de fato ele já havia conquistado o cargo e os poderes de imperador (FUNARI, 2001).

O Império apresentava uma realidade bastante distinta da República, que até pouco tempo antes era marcada por lutas internas e disputas de poder. Isso foi possível por causa dos cargos públicos elevados e das terras que foram distribuídos. Direitos de posse ou mesmo a distinção como nobreza eram na Roma republicana motivos de intensos conflitos, mas estes foram apaziguados pelas ações e decisões tomadas pelo príncipe, também chamado de Imperador (GRIMAL, 1993).

Para se compreender melhor o que é ter o título de Imperador é preciso considerar que Otávio, mesmo exercendo a maior parcela do poder, não colocou fim

às esferas de poder anteriormente instituídas, como, por exemplo, o Senado, a Tribuna da Plebe e mesmo outros poderes oficiais, mas utilizando de um costume antigo, como diz Pierre Grimal (1993), ele passou a recomendar pessoalmente aos eleitores os candidatos que considerava aptos para determinado cargo. Esta prática, intitulada *commendatio*, poderia ser exercida por qualquer um, e os eleitores tinham liberdade para acatar ou não, mas é preciso levar em consideração o fato de que uma recomendação política do próprio imperador tinha um peso bastante grande e não podia ser abertamente ignorada (GRIMAL, 1993).

Por meio dessa prática viu-se uma suposta igualdade de poder entre as duas classes distintas - os patrícios e os plebeus - algo que acirrou a disputa entre elas. Augusto colocou fim a essa situação ao conceder aos membros de ambos os grupos poder para conduzir assuntos importantes do Império, possibilitando com isso o fim das guerras civis e um período de tranquilidade e fortalecimento político do Império em si mesmo (MENDES, 2006). Cargos como prefeitos, procuradores e muitos outros que estavam sob o comando direto do próprio imperador eram distribuídos aos membros de grupos distintos, de maneira a acalmar seus ânimos (GRIMAL, 1993).

A atitude de Augusto descrita acima parecia ser desinteressada do poder particular e muito mais interessada em proporcionar paz interna na administração do Estado, o que lhe rendeu, ao longo do tempo, uma soberania ilimitada, com o controle dos poderes civil e religioso, o que legitimava o poder romano na figura do imperador (MENDES, 2006). Os homens que sucederam Otávio Augusto no governo do Império herdaram também essas relações de favorecimento e lealdade, bem como o espaço sagrado que o ato de governar adquiriu no período em que ele conduziu Roma, recebendo cada um deles um poder divino ainda no plano material.

Um novo formato estava posto em Roma, cujo sistema político passava assim a ser uma monarquia com ares de república, uma vez que estavam presentes nessa organização política as instituições republicanas, mas com muito menor poder de ação. Exemplo disso foi a ordem senatorial, que no Império desenvolveu bases jurídicas muito mais precisas do que as vigentes do período republicano. Mantiveram-se também como grupo político os cavaleiros, que, embora estivessem abaixo dos senadores, também podiam ocupar magistraturas e, dependendo de seus rendimentos, até ingressar no Senado (MENDES, 2006).

Anderson (1981) afirma que, mesmo não sendo mais a autoridade central do Estado Romano, o Senado ainda figurava como o principal grupo político de Roma. Por outro lado, essa afirmação leva a um questionamento: como poderiam os senadores exercer ações políticas num Império onde Otávio, cada vez mais, centralizava em si o poder? Para responder a esse questionamento considera-se o que afirma Mendes (2006), ao citar que em 27 a. C., numa reunião do Senado, Otávio assumiu o compromisso de dividir o governo do Império de maneira que ele ficaria encarregado pelo governo civil e militar de certo número de províncias - entre elas a Espanha, a Gália e a Síria - e o Senado ficaria com a administração das demais províncias, que mais tarde foram chamadas de províncias senatoriais. Com essa atitude, aparentemente o poder do Senado estava restaurado, não haveria motivos para contestação e a ordem política estava mantida.

O Senado não era o único grupo político em Roma, havia outros grupos de menor poder, mas não menor importância, entre os quais se destaca a Ordem Equestre, ou dos cavaleiros, e também a plebe. Sobre o primeiro grupo, Otávio utilizou o poder que foi encarregado de exercer em suas províncias para garantir, também, o comando sobre esse grupo político, concedendo a eles importantes cargos administrativos, como *prefeitos dos Vigilantes*⁵, *prefeitos da Anoma*⁶ ou *prefeitos do Pretório*⁷ (Mendes, 2006). Já ao segundo, formado pelas pessoas que não faziam parte da nobreza romana, mas eram consideradas cidadãos da cidade, restava um certo espaço na política romana, sobretudo porque esse grupo exercia o direito ao voto na assembleia e também porque assumia a característica de grupo de pressão sobre os interesses da classe senatorial (STE. CROIX. 1988).

Em 23 a. C. Otávio também abriu mão do Consulado e, atendendo aos desejos da aristocracia romana, reconheceu a importância dos nobres para o exercício desse cargo. Otávio concedia poder político e administrativo às classes dominantes de Roma ao mesmo tempo em que fortalecia seu poder e sua autoridade por meio do comando militar ampliado (exercia mais poder sobre o exército no mundo romano do que seus demais colegas) e também no exercício de

⁵ Encarregado do comando das tropas especiais responsáveis por conter os incêndios e manter um policiamento noturno da cidade de Roma (MENDES. 2006, p. 32).

⁶ Cargo criado por Augusto que tinha a missão de zelar pelo abastecimento da plebe e do exército, garantindo os carregamentos de cereais provenientes da Sicília, África e Egito (MENDES, 2006, p. 32)

⁷ Comandante de um corpo de elite responsável pela segurança pessoal do Imperador (MENDES. 2006. p. 32)

sua função no tribunato da plebe, formado por grupo de políticos que deveriam defender os interesses do povo em geral, o que trazia equilíbrio aos seus poderes após abrir mão do consulado, pois com os poderes de tribuno poderia vetar as decisões do Senado (MENDES, 2006).

Em suma, como aponta Mendes (2006), a política do Império era marcada por uma crescente perda de importância e de poder das instituições políticas, ao mesmo tempo em que as pessoas que compunham essas instituições, sob o comando de Otávio ganhavam individualmente mais espaço e poder, pois passavam a ocupar cargos importantes criados no novo regime. Conforme as instituições políticas de Roma, sobretudo o Senado, perdia seu poder, segundo Rostovtzeff (1967), Augusto ampliava os seus, tanto que numa mesma reunião do Senado no ano 27 a. C. ele ao mesmo tempo alcançou a primazia sobre o exército e sobre a administração de Roma e recebeu um título reservado aos deuses:

Numa reunião do Senado em 27 a.C. abriu mão de seus poderes especiais e proclamou formalmente a restauração da antiga Constituição. Na mesma sessão, porém, o Senado insistiu em que ele aceitasse poderes novos, militares e administrativos, [...]. Tais poderes davam-lhe a posição de chefe do Senado e Primeiro Cidadão, ou princeps[...]. Recebeu na mesma ocasião o título adicional pelo qual se tornou conhecido universalmente e que se transformou em seu nome pessoal. O senado acrescentou à sua antiga denominação, Imperator Caesar Divi filius, o título de 'Augusto', anteriormente só aplicado a certos deuses para assinalar que eram 'aumentadores', criadores de algo diferente e melhor [...] (ROSTOVITZEFF, 1967. p. 164-165).

Ao se igualar aos deuses romanos Otávio dava abertura para a instituição do Culto ao Príncipe, favorecendo o fortalecimento de seu poder pessoal e também do próprio Império.

2.2.1 RELIGIÃO E POLÍTICA: O CULTO AO PRÍNCIPE

Blázquez (1999) afirma que no século I d.C. o Império Romano proporcionou um ambiente de coexistência e tolerância entre diversos cultos e religiões, algo que só havia acontecido anteriormente nos tempo de Alexandre, o Grande. Esse ambiente favorável permitiu mais do que apenas o contato dos romanos com religiões orientais e deuses variados - que na maioria das vezes passavam por um processo de sincretismo, ocupando um lugar no panteão romano -, pois também

possibilitou a ascensão do Culto ao Príncipe e até mesmo a ascensão do cristianismo no mundo romano.

Conforme infere Klauck (2011), os imperadores não eram receptores diretos dos sacrifícios e das orações do Culto ao Príncipe, mas sim seus beneficiários, isso não quer dizer que não houvesse um reconhecimento da divindade do imperador, pelo contrário, oferecer sacrifícios e rezar pelo bem dele já eram um reconhecimento público da suposta divindade do líder romano. Sobre isso Suetônio (s.d.), ao relatar a vida de Augusto, apresenta informações que indicam a sua elevação ao patamar de deus, demonstrando que isso não se deu de forma rápida, apenas por decisão do Senado, mas foi algo construído ao longo do tempo. Ele indica que essa mentalidade do imperador de detentor de poder divino foi construída ao longo de sua vida, cuja rotina austera e retidão de atitudes, segundo Suetônio, granjearam-lhe o reconhecimento do povo de todas as classes. Cumpre levar em conta a relação de Suetônio com o imperador, uma vez que foi um de seus incentivadores em vários momentos, mas mesmo assim, seu relato deixa claro que Otávio era como o mais comum dos humanos, pois vez ou outra agia de maneira a satisfazer sua ira ou seu desejo, mas na maioria das vezes se esforçava para que suas ações tivessem caráter conciliador, agradável, humilde, o que surpreendia a todos e chamava a atenção. (SUETÔNIO, s.d.)

Otávio, ainda segundo Suetônio (s.d.), agia com clemência, recusava honrarias, proibia ao povo a utilização do termo Senhor para si mesmo, saudava os senadores um por um pelo nome e sem precisar de nenhuma ajuda, lembrando de memória o nome de cada um deles. Por ocasião dos comícios para eleições percorria as tribos com seus candidatos como simples cidadão, atitudes que despertavam no povo simpatia e o amor para com ele.

Com esse tipo de conduta Otávio conquistou do povo o sobrenome de “Pai da Pátria”, título que de início recusou, mas aceitou diante da aclamação do povo:

O sobrenome de “Pai da Pátria” lhe foi outorgado com uma anuência pronta, profunda, universal. Primeiramente, o povo lhe enviou, a este respeito, uma deputação ao Ânzio. Depois, em vista da sua recusa, foi em massa ao seu encontro e coroou-o de louros no momento em que, em Roma, ia assistir a um espetáculo. Imediatamente, na Cúria, o Senado confirmou-lhe o título, não por decreto ou aclamação, mas pela voz de Valério Messala: (...) ‘O Senado, de pleno acordo com o povo romano, te saúda, pai da Pátria!’. Augusto, com os olhos rasos d’água, respondeu-lhe nestes termos que eu guardei assim como os

de Messala: “Chegado ao auge dos meus desejos, padres conscritos, que poderei mais pedir aos deuses imortais, senão que eles vos conservem nesta unanimidade de sentimento em relação a mim, até o fim da minha vida?” (SUETÔNIO, s.d., p. 98).

A citação acima indica que o culto a Augusto, título recebido por Otávio como imperador, estava fundamentado em suas ações espontâneas, pois foi o reconhecimento dessas atitudes simples e cotidianas, realizadas por um homem da mais alta posição de poder, que não tinha a menor obrigação de agir assim, que despertou no povo a admiração por ele. Augusto surpreendia o povo e os poderosos de Roma. É como se desconcertasse a cada um com suas atitudes, e por isso, conforme Suetônio (s.d), foi capaz conquistar o reconhecimento de todos a respeito de sua índole, de sua capacidade e de sua divindade.

Cumprir observar, por outro lado, que o culto divino ao imperador não foi instituído de forma tão simples, pois mesmo tendo essa vida “austera e invejável” perante a sociedade romana, não lhe faltaram calúnias para manchar a aura de homem perfeito. Marco Antônio foi um dos que proferiram muitas coisas negativas sobre Otávio, e além dele, inimigos políticos também enunciaram outras; mas o fato é que Augusto soube rebater e esgotar essas calúnias, realizando suas tarefas cotidianas, agindo com cautela e despertando no povo a ideia de que seu caráter estava acima dos boatos espalhados (SUETÔNIO, s.d.).

Seguindo ainda a mesma narrativa sobre a vida de César Augusto, encontra-se um relato segundo o qual a religiosidade e a superstição latente da vida dos romanos foram o que possibilitou todo o resto do trabalho de divinização da pessoa de Augusto, pois Suetônio comprova sua narrativa com inúmeros fatos miraculosos e sobrenaturais relacionados a todos os períodos da vida do imperador – a seu nascimento, a sua juventude, à vida adulta e até mesmo à hora da morte. Na sequência um breve relato que ilustra essa onda de justificação de poder divino na pessoa do César:

Ao ocupar-se do encerramento de uma festa lustral, no Campo de Marte, perante grande afluência popular, uma águia voou várias vezes em seu derredor e, dirigindo-se em seguida em direção ao templo vizinho, pousou em cima da primeira letra da gravação do nome de Agripa. Impressionado com este espetáculo, Augusto encarregou seu coletor Tibério de pronunciar os votos que era costume formular para o lustrum vindouro. Embora as tábuas já estivessem escritas e prontas, Augusto recusou principiar o que não devia terminar. Na mesma

ocasião caiu um raio sobre a sua estátua, apagando-lhe a primeira letra do nome. O oráculo respondeu que ele não viveria mais do que cem dias, número marcado pela letra C, e que seria colocado na categoria dos deuses, porque ‘aesar’, que era o resto do nome de ‘Caesar’, significa ‘deus’ em língua etrusca. (SUETÔNIO, s.d., p. 120).

Esse excerto ilustra a ideia de que a divindade do príncipe era aclamada e aceita pelo povo e pelas classes altas de Roma por superstição, em que a leitura de acontecimentos aleatórios ganhava sentido premonitório e favorecia a aceitação geral da suposta divindade do imperador. Desta forma Otávio detinha o poder político, e, alavancado por fatos como esse, alcançou também grande parte do poder religioso com o cargo de Sumo Pontífice, e não satisfeito apenas com essa posição, ele foi além e se tornou membro importante de todos os colégios sacerdotais, de modo que o seu poder atemporal não poderia ser contestado, ocupando uma posição tão privilegiada que o elevou ao patamar que aqui discutimos: o de divindade.

As afirmações de Beltrão (2006) sobre isso dizem o seguinte:

O que não pode ser posto em dúvida, contudo é que Augusto, o primeiro dos *princeps*, usou seu poder de modo efetivo e cauteloso, criando uma posição que jamais existira, sob a República. Ele se tornou membro de todos os colégios sacerdotais. [...] Os detalhes podem não nos ser muito claros, mas o significado geral é: uma vez que o detentor do poder religioso é o mesmo indivíduo que mantém o controle político do novo regime do Império, rapidamente ele se tornou o “cabeça” da religião do Estado e suas ações cada vez mais refletem esta posição. (BELTRÃO, 2006, p. 146-147)

Isso indica que, após o reconhecimento geral do povo quanto às suas qualidades, diante da admiração comum que se criou em relação a ele entre pobres e ricos, exercer um cargo religioso de alto nível em todas as instituições reconhecidas na sociedade romana, detendo grande influência sobre o Senado, foi o grande passo para a conquista de poderes ilimitados sobre Roma e todas as regiões que a ela pertenciam naquele período, proporcionando-lhe tamanho *status* que se deu ao século I o título de século de Augusto.

A respeito deste assunto cabe ressaltar a importância do título de imperador, pois a apropriação desse título, *imperator*, por Otávio Augusto completou a construção da divindade em torno de sua pessoa, de maneira que esse título, considerado sagrado, estava relacionado a questões transcendentais, abrangendo

os conceitos de força criativa e reguladora, agindo de forma a submeter todos à sua vontade (MENDES. 2006).

Compreende-se a importância do título de Imperador para a causa política de Augusto quando se considera que ele está relacionado ao campo mais importante da sustentação política e econômica de Roma, ao campo de batalha, e às honrarias militares, pois, ainda segundo Mendes, após uma batalha os soldados vitoriosos aclamavam seu comandante com o título de *imperator*. Isto demonstra que, ao se tornar imperador, Augusto deu a entender a todos que ele era o campeão, o vencedor, capaz de conduzir Roma a um período de paz tanto interna quanto externa.

Essas características de Otávio - justiça, clemência, piedade e bondade - são típicas de um deus e garantiram a Augusto e seus sucessores, por meio do título concedido, a dignidade de um deus, tanto que após isso o fato de ser mortal já não importava, pois o imperador era tratado como um imortal (MENDES, 2006). Tudo isso assegurou a Augusto poderes temporais e atemporais, políticos e religiosos, o que o colocava à frente de todos os seus antecessores, inclusive de Júlio César, e o faria o homem mais poderoso de Roma, estendendo assim o poder conquistado também a seus sucessores. Augusto, no século I, era um homem, um governante e também um deus.

De acordo com Klauck (2011), o Culto ao Imperador funcionava como uma “metáfora institucional”, servindo mais para a estruturação política de poder do que para causas de fé, Mendes (2006) também se refere a esse fato ao afirmar que o culto passou a ter característica política quando elevou o imperador a uma posição acima dos demais grupos romanos, ação pela qual, como dito anteriormente, o próprio Senado foi o responsável. Nesse sentido, o Culto ao Príncipe era uma antecipação da divindade do imperador e receberia o mesmo aspecto que os demais cultos somente após sua morte, cabendo ressaltar que, diferentemente dos demais cultos antigos em que se faziam práticas litúrgicas, nesse culto inicialmente não havia esse costume, mas nem por isso era menos popular.

Com indica Mendes (2006), para os grupos mais elevados da sociedade que exerciam o domínio político na sociedade romana, o Culto ao Príncipe era mais uma convenção formal estabelecida dentro da máquina de governo romana, mas para a plebe em geral era a certeza de que tinham um deus em seu favor, zelando por suas necessidades. O Culto ao Príncipe, nesse sentido, fundamentava a mentalidade dos

homens pobres, sobretudo trabalhadores do campo e das cidades, livres ou escravos, que reconheciam em Augusto um ser muito superior a eles e esperavam da parte dele favores que lhes aliviassem as dificuldades da vida.

Augusto denota um aspecto importante do Império Romano, mas não é o único: o povo de Roma constituía o outro elemento importante na construção e manutenção desse império. Compreende-se que não há poder reconhecido se não há povo para justificá-lo. Nesse aspecto entende-se que os grupos romanos envolvidos na política, já citados aqui, foram de grande importância, de forma que tanto a nobreza quanto o grupo mais popular, a plebe, eram os que sustentavam a vida na sociedade romana e garantiam a manutenção do poder imperial. Cabe aqui lembrar que a plebe era formada basicamente por homens que se dedicavam ao trabalho de forma independente e que, juntamente com os escravos, formavam a maior parte da população romana. Esses dois grupos, mesmo não exercendo influência ou poder político em grande escala, eram responsáveis indiretos pela divinização do imperador e exerciam papel relevante na sociedade, mesmo sendo pouco valorizados pelas classes abastadas, já que exerciam o trabalho com as próprias mãos, uma prática decadente, segundo os romanos ricos, pois no mundo greco-romano o trabalho intelectual era o mais valorizado.

2.3 O TRABALHO NO MUNDO ROMANO

O Império Romano, com toda a sua extensão e estrutura, exigia uma grande leva de pessoas dedicadas a muitos tipos de ofício, alguns mais populares do que outros, mas todos essenciais para a manutenção do Império. Léon (2007), ao narrar o perfil do mundo do trabalho no Império Romano, destaca essa grande variedade de ofícios exercidos por pessoas pobres de maneira independente, ou mesmo por escravos, perpassando vários campos da sociedade da época, tanto que, desde a máquina burocrática romana até as grandes propriedades de terra, tudo era fonte de cargos e ofícios para satisfazer às mais variadas demandas:

A burocracia governamental e a área militar eram grandes negócios, assim como o ramo de entretenimento e esportes, do teatro musical a corridas de bigas conduzidas por celebridades. A construção de novas colônias, novos portos, templos grandiosos e residências senatoriais

mantinha empregada uma multidão de carpinteiros, operadores de guindastes, engenheiros hidráulicos, mergulhadores e supervisores administrativos. O agronegócio, principalmente de trigo, vinho e azeite de oliva, era imenso, suprimindo as necessidades de três continentes. Grande parte dessa produção era armazenada e embarcada em ânforas de barro, a embalagem reciclável mais barata da época, ela própria uma fonte de lucro para os fabricantes. (LÉON. 2007. p. XV)

A autora aponta também a importância da religião para a criação e manutenção de empregos no Império Romano, além dos também importantes prestadores de serviços:

Havia ainda os picaretas autônomos, a maioria de má fama, mas perfeitamente legítimos: leiloeiros, treinadores de gladiadores, cafetões e informantes. Os cargos de maior prestígio incluíam uma miscelânea de oráculos, sacerdotes e intérpretes de vísceras. Nas empresas de médio porte, construíam-se navios, rodas de carroças, tijolos e esculturas de bronze. Qual era o maior empregador civil? Uma versão sofisticada da moderna indústria de spas: banhos públicos, milhares deles, empregavam a força de trabalho de todas as cidades e vilas, da Espanha à Síria, da Gália ao Mar Negro. (LÉON. 2007. p. XV)

Diante desse panorama amplo, para melhor compreendermos o papel e a importância dos homens e mulheres dedicados ao trabalho no Mundo romano e no contexto de expansão do cristianismo, estabeleceremos grupos ou categorias que então integravam a maior parte dos ofícios, a saber: os sacerdotes, os juristas, os soldados, os artesãos, os mercadores, os camponeses, os escravos e os libertos.

Como mencionado anteriormente, a religião e a política estavam profundamente associadas em Roma, de tal modo que ser sacerdote no mundo romano era mais do que apenas exercer uma função religiosa, era também fazer parte do aparato de governo. Como afirma John Scheid (1992), o sacerdócio no Mundo romano não era uma questão de vocação, mas uma questão política, era uma função especificamente masculina e designada àqueles que tinham sido eleitos como magistrados. Ao assumirem esse cargo deveriam dedicar parte do seu tempo para a realização de ritos sacrificiais públicos e também os auspícios, uma função nobre, que competia apenas ao grupo formado pela classe dominante.

Outro grupo de homens dedicados a um ofício que também era de competência dos poderosos de Roma e trabalhava na área da administração eram os juristas. Segundo Aldo Schiavone (1992), os juristas se destacavam não apenas por serem sábios e conhecedores do direito, mas também por serem, nesse período,

os construtores do código de direito civil romano. Este autor ainda indica que “(...) o poder normativo estava concentrado predominantemente nas prerrogativas de castas juristas”, e a eles, mesmo ocupando cargos públicos, era permitido criar o direito (SCHIAVONE, 1992, p. 75).

Os soldados também compunham um grupo importante na organização social de Roma; eles obedeciam a uma rígida hierarquia, definida pelos recursos particulares de cada homem ou família - o que acontecia também com os sacerdotes e magistrados –, de forma que o *status* de nascimento ou os rendimentos financeiros de suas famílias eram o que determinava o papel de cada indivíduo no exército romano. De acordo com os apontamentos de Carrié (1992), servir ao exército, mais do que um dever, era um privilégio, e tanto os ricos como os pobres poderiam fazer carreira no exército romano. A diferença estava em que a organização militar seguia os princípios fundamentados da tradição, segundo a qual o comando estava reservado àqueles advindos dos grupos sociais superiores, mas todos reconheciam no soldado o poder do exército e sabiam que acima de tudo deveriam ser fiéis ao imperador. Em parte essa fidelidade pode ser entendida pelo fato de Augusto ser o responsável pela elevação do soldado à condição de ofício. Antes, todo civil era um soldado em potencial, mas com a profissionalização do exército sob o comando de Augusto o serviço rotativo foi substituído pelo continuado, possibilitando a criação de carreiras ou mesmo a ascensão social por meio do exército.

Entre aqueles que exerciam os trabalhos civis destacavam-se três grupos distintos: dois grupos urbanos e um rural. Entre os urbanos estavam os mercadores e os artesãos, e o grupo rural era constituído pelos camponeses. Referindo-se aos papéis dos mercadores e artesãos na sociedade romana, Morel (1992) ressalta que o trabalho com as mãos não era bem visto pelos grupos dominantes, e todos os que trabalhavam em troca de salário eram vistos por eles como vulgares e grosseiros. Referimo-nos aqui aos homens que se dedicavam ao trabalho de forma independente, produzindo bens de maneira artesanal que comercializavam diretamente ou por meio de intermediários. Considerando-se a extensão do Império, existia uma grande demanda de uma série de mercadorias, que muitas vezes deveriam vir de lugares específicos onde eram produzidas, ou eram produzidas artesanalmente na própria capital do Império. Esse ofício competia a essas pessoas ou grupos, que eram essenciais para a manutenção da vida na sociedade imperial.

O terceiro grupo dedicado aos trabalhos civis eram os camponeses, que exerciam um papel importante na organização de trabalho do mundo romano, pois supriam as necessidades alimentícias de uma grande quantidade de pessoas dentro do Império. Segundo Kolendo (1992), poucos eram os camponeses livres que cultivavam suas próprias terras, pois a propriedade não era condição básica para ser camponês, em geral eles cultivavam as terras de outras pessoas. Os camponeses, da mesma forma que os artesãos e mercadores, também eram vistos pelos grupos superiores como grosseiros, rústicos ou incivilizados. O autor ainda ressalta que a pobreza dos homens e mulheres do campo era tamanha, que aqueles que possuíam alguma terra não se limitavam apenas a cultivá-la, mas propunham-se a trabalhar em troca de dinheiro para os donos de extensas propriedades rurais durante os grandes trabalhos sazonais.

Os dois últimos grupos a serem considerados dentro do mundo romano do trabalho estão relacionados ao *status civil*, no caso, a liberdade: um porque não a possui e o outro porque de alguma forma a conquistou – a saber, os escravos e os libertos. O primeiro, o dos escravos, era um grupo bastante complexo, podendo ser dividido em escravos do campo e escravos da cidade. De acordo com Maestri (1985), as condições de vida de um escravo variavam de acordo com as funções que ele desempenhava. No campo existiam os escravos instruídos para o trabalho nas vinhas, nas oliveiras, no cultivo de grãos e no pastoreio. Mesmo o mundo romano sendo de caráter predominantemente agrícola, os escravos urbanos tinham um papel importante nas cidades romanas, pois exerciam funções das mais variadas; em sua maioria estavam ligados a atividades domésticas, mas também havia um grande número de escravos helênicos instruídos desempenhando o papel de conselheiros ou pedagogos, e, segundo Maestri (1985), uma grande massa de pessoas exercia trabalhos manuais de forma escrava, atendendo a inúmeras funções, pois eram qualificados em várias áreas.

O último grupo considerável era o dos libertos, que se dividiam em duas categorias: os que eram homens livres mas que não poderiam exercer nenhum tipo de direito de cidadãos e os que eram livres e tinham direitos relativos de cidadãos. Sobre isso Maestri (1985) aponta o seguinte:

Um escravista libertava um cativo *inter amicos* sempre e quando expressasse o desejo – em recepção doméstica, quando nas termas,

etc. – que seu escravo assumisse o status de homem livre. Os manumitidos *inter amicos* não se tornavam cidadãos e eram assimilados aos *Latini Iuniani*. Não podiam participar da distribuição de alimentos, não testavam nem herdavam, etc. Os escravos manumitidos por censo, testamento ou na presença de um magistrado, ao contrário, ascendiam a uma forma restrita de cidadania romana. Como os manumitidos *inter amicos*, eles não podiam ser novamente reduzidos à escravidão. Participavam, porém, das distribuições e dos deveres e direitos municipais. Não eram, entretanto cidadãos plenos. Não elegiam os magistrados e prestavam um serviço militar subalterno. (MAESTRI. 1985. p. 47- 48)

De qualquer forma, um liberto não perdia de forma total o vínculo com seu senhor, por isso sempre estava ligado ao trabalho que exercia, e mesmo após liberto ele ainda tinha obrigações para com seu senhor. Se sua liberdade havia sido comprada essas obrigações eram menores, mas se havia sido dada gratuitamente as obrigações poderiam ser opressivas (MAESTRI. 1985). Era comum, no meio doméstico, alforriar escravos para que esses continuassem trabalhando na casa da família a quem pertenciam. No meio rural, muitos escravos libertos se tornavam arrendatários de seus antigos senhores, portanto os libertos constituíam um número razoável de pessoas que garantiam sua sobrevivência por meio do trabalho dentro do Império Romano.

Diante dessa organização social do trabalho é preciso considerar as características gerais do mundo romano que podem ser compreendidas a partir dessa análise, sendo possível afirmar, como aponta Kautsky (2010), que no Império Romano como um todo, a agricultura despontava como o principal meio de produção, seguida em menor escala pela produção artesanal e pelo comércio de mercadorias. O grupo de menor número dedicado a um ofício era composto pelos que estavam relacionados aos cargos públicos ou políticos. Não existia produção para o mercado, o primeiro trabalho era a produção para o lar e o excedente era comercializado, mas não por via de regra. A existência do conceito de propriedade garantia a produção dos meios de subsistência, ao mesmo tempo em que gerava a desigualdade social, num contexto em que o trabalho não era apenas o meio de sobrevivência, mas também o que definia o papel social de cada pessoa.

Florenzano (1982) indica que mesmo após o Império, a camada urbana, cuja fonte de riqueza tinha por base o comércio e a produção artesanal, manteve uma prática que era comum no período da República: o investimento de suas economias na aquisição de terras, pois “(...) qualquer um que nessa época quisesse ter uma

economia doméstica tinha que possuir seu próprio estabelecimento agrícola, o que se fazia mais seguro quando este era constituído em sua própria terra” (KAUTSKY, 2010, p. 71). Essa expansão das grandes propriedades de terra demandava mão de obra para trabalhá-la, neste caso, a mão de obra ofertada pelos camponeses, que, segundo Kautsky, era pouca e temporária, o que tornava viável o modo de produção escravista.

Desde o período de expansão do território romano, durante a República, a escravidão por guerra tinha se tornado a principal fonte de mão de obra do mundo romano, o que criava um abismo entre os grupos abastados e a classe pobre, formada por artesãos, mercadores, camponeses, escravos e libertos, que representavam a grande maioria da população imperial. Ter essa grande quantidade de pessoas apoiando o imperador realçava ainda mais o seu poder, que já era grande, sendo que a garantia da justificação do poder de Augusto vinha da política adotada pelo Império, que agradava a todos, ricos e pobres, especialmente à classe mais pobre e fadada ao trabalho. Conhecida como *panem et circenses* (pão e circo), essa política utilizava os recursos abundantes provindos das conquistas para garantir a aceitação do poder imperial por meio da diversão e da comida. (FLORENZANO, 1982)

Neste contexto, é possível compreender o conflito social estabelecido, que tinha por base o trabalho, pois tanto as classes dominantes como as classes menos favorecidas, que dele dependiam, tratavam o trabalho com grande desprezo e como uma punição, uma função rústica, grosseira e degradante. De acordo com a pesquisa realizada, ser cidadão pobre ou escravo, em Roma e em toda a grande extensão de seu Império, era reconhecer-se como um ser inferior, e por isso, desprovido de consideração. A política de Augusto do *panem et circenses* agradava aos desprovidos obrigados a trabalhar, mas não lhes apresentava garantia de melhora de vida ou de ascensão social. Nesse aspecto, entender a proposta do cristianismo, difundida principalmente entre esse grupo de pessoas, permite compreender o trabalho como princípio formativo na vida dos cristãos do século I, pois a proposta cristã de trabalho se distanciava muito da realidade estabelecida pelo Império. Nessa realidade de afirmação de poder e de desconsideração do valor do trabalhador, o cristianismo encontrou espaço para se firmar como religião, de maneira que a valorização do trabalho funcionou para os cristãos como princípio de igualdade, como relação de filiação (no caso, filiação divina), permitindo a ascensão

espiritual ao *status* de filho de Deus e também a autoaceitação do papel de servidor ou servo, um fator fundamental para o cristianismo que precisava ser internalizado pelos povos greco-romanos.

2.4 O SURGIMENTO DO CRISTIANISMO E SUA ACEITAÇÃO PELOS POBRES

A Morte de Jesus, por volta do ano 33 d. C., marca o início da ação dos cristãos e os primeiros passos do grupo que mais tarde fundaria o que conhecemos como cristianismo. Em vida, Jesus se preocupou em ensinar seus seguidores mais próximos e despertar neles uma nova forma de conduta social. Esse período, narrado pelos evangelhos, mostra que em sua vida pública Jesus disseminou suas ideias, que mais tarde resultaram no surgimento do cristianismo. Nesses evangelhos encontra-se uma relação muito próxima entre o Império e o desenvolvimento do cristianismo, a começar pelo nascimento da figura central dessa religião, Jesus, que nasceu num período de recenseamento do Império Romano decretado por Augusto, fato que é narrado apenas no evangelho de Lucas (Lc 2, 1) e que por si só aproxima Jesus do Império.

Os evangelhos e os dados neles contidos permitem precisar o período em que o judeu chamado Jesus viveu e como empreendeu sua pregação junto ao povo de Israel, Blázquez (1999), ao estabelecer uma cronologia para a vida de Jesus, afirma:

Los datos sobre la vida de Jesús son pocos e imprecisos. Jesús, al parecer, nació en los últimos años de la vida de Herodes, muerto en el año 4 a. de C. Si el censo recordado por Lucas es el mismo citado por Josefo, el nacimiento de Jesús habría que situarlo entre los años 6-7. Jesús murió durante el gobierno de Poncio Pilato (26-36), probablemente en torno al año 30. Su predicación debió de comenzar hacia los 30 años, después de ser bautizado por Juan Bautista, cuyo ministerio señala Lucas en el año 15 del gobierno del emperador Tiberio. Según Marcos la vida pública de Jesús duró un año; según Juan, tres o algo más. (BLÁZQUEZ. 1999. p. 34)⁸

⁸ “Os dados sobre a vida de Jesus são poucos e imprecisos. Jesus, pelo que parece, nasceu nos últimos anos da vida de Herodes, morto no ano 4 a. C. Sobre o recenseamento recordado por Lucas é o mesmo citado por Josefo, o nascimento de Jesus deve ser situado entre os anos 6-7. Jesus morreu durante o governo de Pôncio Pilatos (26-36), depois de ser batizado por João Batista, cujo ministério assinala Lucas no ano 15 do governo do Imperador Tibério. Segundo Marcos, a vida pública de Jesus durou um ano, segundo João, três anos, ou um pouco mais” (BLÁZQUEZ. 1999. p. 34 – tradução nossa).

Blázquez (1999) indica a importância que o batismo de João Batista⁹ teve na vida Jesus, pois foi após este acontecimento que Jesus assumiu publicamente a ação de pregar ao povo, ensinando sua nova fórmula de vida ao mesmo tempo chamando a atenção por meio dos inúmeros milagres.

Essa nova fórmula de vida era intitulada por Jesus como “Reino de Deus”, um conceito que, segundo Boff (1986), tem como pano de fundo uma compreensão escatológico-apocalíptica, baseada na concepção de que o mundo não estava de acordo com a vontade de Deus. Dessa forma, Jesus não fazia pregação de si mesmo, mas desse conceito que é o “Reino”, compreendido como uma nova forma de agir em relação a si mesmo e ao próximo.

Neste sentido Blázquez (1999) propõe que essa pregação do “Reino de Deus” consistia na vitória da soberania divina sobre a criação e sobre a humanidade, pois inspirava as pessoas a deixarem de fazer o que era comum – considerado pecado - para fazer o que era a vontade de Deus, desse modo sua mensagem não tinha nenhum cunho político, mas um fim utópico. Fazer a vontade de Deus consiste no chamado reinado, tanto que Boff (1986) afirma que o “(...) Reino de Deus é o signo semântico que traduz esta expectativa (Lc 3,15) e se apresenta como a realização da utopia de uma libertação global, estrutural e escatológica” (BOFF. 1986. p. 26); e tinha caráter utópico e escatológico porque não se situava no agora, mas em algo que ainda estava por vir ou por se fazer, introduzindo uma expectativa e despertando uma espera.

Na prática, a pregação de Jesus ou a construção do “Reino” não era uma oposição à lei judaica, mas apenas uma interpretação mais livre dessa lei, ao mesmo tempo em que propunha uma ajuda direta, principalmente aos mais necessitados, tanto que sua pregação era dirigida, sobretudo, aos marginalizados, miseráveis e “pecadores” de seu tempo (BLÁZQUEZ 1999). Essa ação de caráter não político, mas carregada de teor social, ganhou ares de subversão, incomodou a classe judaica dominante e colocou Jesus na condição de inimigo público.

Perseguido pelos poderosos da sociedade judaica, Jesus foi morto, e sua morte manifestava a mais próxima relação entre o Jesus e o Império, nestes primórdios de cristianismo. O papel do Império Romano na construção do

⁹ João era o fundador de uma seita oposta ao judaísmo oficial que pregava a purificação dos pecados diante da eminente chegada de Deus. Ele não se considerava o Messias, mas reconheceu Jesus como tal. Jesus descobriu sua vocação provavelmente no momento em que foi batizado por João. (BLÁZQUEZ. 1999. p. 34)

cristianismo em torno de seu mártir maior, Jesus, é tão importante quanto o papel do judaísmo. Segundo Lucas, após prender Jesus e interrogá-lo, as autoridades religiosas judaicas enviaram Jesus ao governador da província - na época, Pôncio Pilatos. Isso indica não apenas uma submissão do poder local ao poder de Roma, mas também uma estratégia para que o poder maior de Roma sentenciasse e executasse o líder sociorreligioso Jesus no lugar das autoridades judaicas (Lc 18, 12-40). Roma não foi passiva na construção do cristianismo, pois mesmo não estando ligada diretamente ao interesse judaico de dispersão do grupo de seguidores de Jesus, por causa da posição que exercia como mantenedora da ordem local viu-se obrigada, na pessoa de Pilatos, a levá-lo a julgamento popular.

Jesus recebeu uma morte reservada aos criminosos: segundo o costume romano, foi crucificado, ao matar Jesus com uma punição romana e não judaica, Roma, despropositadamente, faz de Jesus um perseguido político, embora sua pregação não indicasse isso (BLÁZQUEZ. 1999). Esse fato se apresenta como relevante porque muito mais difícil seria para os judeus de Israel ou da diáspora acreditar numa seita cujo fundador foi reconhecido, julgado e condenado por ser criminoso e blasfemador contra a lei, mas o julgamento romano redime Jesus desse fardo, abrindo a possibilidade de um questionamento particular sobre a potencial injustiça cometida contra ele, já que os judeus nutriam antipatia pelos romanos por serem o povo conquistador. Assim, a execução de Jesus realizada pelo poder romano se tornou o motor para a crença cristã, já que, segundo o próprio Jesus, era necessário que ele estivesse morto para inaugurar o “Reino do Deus”, uma promessa que passou a ganhar mais força e mais adeptos após a morte de Jesus (Mt 19: 28).

Em vida Jesus havia escolhido doze homens para serem seus discípulos. Eles teriam contato mais direto com suas ideias e com sua pregação, para estarem preparados para ir a outros lugares e reproduzir não apenas seus ensinamentos, mas também suas práticas, cabendo-lhes dar continuidade ao projeto do “Reino” após a morte de seu mestre, iniciando a primeira comunidade de seguidores, a chamada Igreja Primitiva. Essa comunidade só surgiu após a fé na ressurreição de Jesus ser estabelecida, de forma que a tradição cristã reconhece o dia de Pentecostes como o dia do nascimento da Igreja primitiva (BLÁZQUEZ 1999).

Desse modo, o cristianismo surgiu como uma promessa, a construção do “reino”, e espalhou-se entre os judeus como de breve realização, tanto que poderia

ser experimentada parcialmente na vida em comunidade. Segundo o Atos dos Apóstolos, os primeiros cristãos, que compunham essa Igreja primitiva, tinham tudo em comum: viam a necessidade do próximo, vendiam seus bens e doavam o dinheiro aos que mais precisavam, ajudavam-se mutuamente, eram como uma família, pois partiam o pão e rezavam juntos. Essa ideia de pertença ao grupo era o que reforçava a crença na ressurreição de Jesus (Atos 2: 42-47).

Essa vivência, somada à ideia messiânica amplamente difundida na mentalidade judaica que se havia convertido à nova fé, garantiu a sobrevivência e a manutenção do cristianismo no território judaico. Jesus, ao pregar sobre os pobres e para os pobres, assegurava aos seus seguidores a esperança de uma superação da realidade de desigualdade, se não nessa vida, pelo menos na outra, “(...) ao mesmo tempo, esse foi também o germe de aproximação com o resto do mundo, o mundo não judaico” (KAUTSKY. 2010).

Kautsky (2010) lembra que o conflito de classes contra os mais abastados e essa solidariedade vivenciada entre os pobres - como visto na comunidade cristã primitiva acima citada - eram algo aceitável não apenas por judeus, mas por povos de outros lugares também, de maneira que Jesus passou a ser o redentor dos pobres, e não mais apenas o redentor dos judeus. Isto abriu caminho para a aceitação do cristianismo nas províncias do Império Romano no século I, um conceito que tinha ares de novidade e foi muito bem desenvolvido e difundido. Paulo de Tarso, um homem que se dedicava principalmente ao trabalho, mas não estava alheio às explorações e desigualdades de seu tempo, propôs que o trabalho fosse utilizado para despertar o novo jeito de ser do homem cristão, e utilizou este conceito como forma de exortação e de formação deste novo homem conforme os preceitos de sua nova fé.

3. PAULO DE TARSO, ORIGEM, FORMAÇÃO E CONVERSÃO

Paulo de Tarso surgiu no cristianismo quando este já havia dado seus primeiros passos, a primeira comunidade já estava formada, a crença na ressurreição já havia sido difundida em Jerusalém e já alcançava os judeus que viviam em outras cidades. Os pobres - sobretudo os que se dedicavam ao trabalho em busca da garantia de sobrevivência - com quem os discípulos tinham contato já encontravam na utopia do “Reino” o sentido para sua existência. Nesse contexto de primeira difusão do cristianismo surge o questionamento: qual a importância de Paulo para o desenvolvimento de um cristianismo que já existia? Dunn (2003) afirma que Paulo foi o pensador teológico mais criativo da primeira geração do cristianismo, também Quesnel (2004) assegura que Paulo é um dos autores mais originais dos últimos dois milênios, tanto que seus ensinamentos são parte fundamental da definição do que é cristianismo. Isso indica que entender seus escritos é entender também as bases da origem de toda a sociedade ocidental, já que ela foi fundamentada nos pilares dos valores cristãos.

Dada abrangência da ação paulina junto aos cristãos, é preciso considerar e analisar a importância dos métodos paulinos na busca por ensinar e instruir judeus, gregos, romanos e outros povos sobre essa nova fé e, em longo prazo, sobre esse novo mundo, que era o cristianismo. Por ora vamos buscar entender quem era Paulo de Tarso. Por meio de sua família procuraremos descobrir sua origem, de onde ele veio e as bases de sua formação, questões que são relevantes, pois permitem entendê-lo como pensador e como homem sensível à realidade que se apresentava à sua volta. Em sua maioria, os dados sobre as origens de Paulo de Tarso são bíblicos, e os poucos dados extrabíblicos existentes são divergentes (Ferreira, 2011). Mesmo assim, ainda é possível inferir sobre sua formação intelectual de forma a promover uma melhor análise de seus escritos, pois as cartas paulinas trazem posicionamentos, admoestações e afirmações que foram concebidos tendo por princípios os conhecimentos adquiridos por ele ao longo de sua história.

De onde veio Paulo de Tarso? De acordo com Quesnel (2004) e como já indica o próprio nome de Paulo, ele nasceu em Tarso, por volta do ano 10 d. C., numa cidade localizada no atual Sul da Turquia que era a capital da Cilícia, um grande centro comercial e estudantil, com população mista. A cidade era

atravessada pela via de ligação entre o Oriente e o Ocidente e era de longa data uma província romana (BARBAGLIO. 1993). A importância e a localização geográfica privilegiada faziam dos cidadãos de Tarso pessoas que tinham contato com a cultura de diversos pontos do Império e principalmente da capital, Roma, homens e mulheres que usufruíam dos costumes e das estruturas da cultura clássica.

Lucas, o autor do livro dos *Atos dos Apóstolos*, um seguidor dos apóstolos e amigo particular de Paulo, é quem indica as origens de Paulo. Segundo Barbaglio (1993), Lucas tinha um interesse direto pela pessoa de Paulo de Tarso, pois o livro escrito por ele figura como uma apresentação oficial de quem era Paulo para o mundo, ou seja, era um tipo de biografia, que também narrava os primeiros feitos dos apóstolos, uma vez que seria impossível falar de Paulo sem se remeter aos apóstolos. Essa necessidade de narrar os feitos de Paulo se deve ao fato de que, enquanto os demais apóstolos são citados nos evangelhos, tendo nestes relatos bíblicos - embora escassos -, suas origens e o que representaram para o cristianismo, Paulo de Tarso se encontrava em desvantagem, pois não poderia ser citado em nenhum desses livros, já que sua conversão foi tardia.

O relato de Lucas indica o próprio Paulo afirmando sua origem. Numa situação bastante adversa, Paulo foi capturado e, diante de uma multidão de judeus que clamavam por sua morte¹⁰, foi levado para a fortaleza da cidade, para as autoridades, e em determinado momento ele se dirigiu para o oficial e perguntou se poderia falar com ele. Tamanha foi a surpresa do oficial que perguntou de volta: “Você fala grego?” (At 21: 37). Os acontecimentos narrados no livro *Atos dos Apóstolos* mostram que, além do questionamento sobre o idioma oficial, também o oficial perguntou a Paulo se não era ele o egípcio que havia subvertido os sicários; Paulo então se apresenta indicando ao oficial sua origem: “Sou judeu de Tarso, cidadão de uma cidade nada desprezível.” (At 21: 37-39)

Essa resposta tinha uma função dupla: esclarecer por que ele sabia falar grego e deixar claro para o oficial romano que ele era alguém e que tinha uma ascendência respeitável, vindo de uma cidade que, pelo desenrolar dos

¹⁰ Judeus vindos da Ásia viram Paulo no Templo e amotinaram o povo, e agarrando-o, clamavam: “Israelitas, ajudai-nos: este é o homem que em toda parte, anda falando a todos contra o povo, contra a lei e contra o templo, e, como se fosse pouco, introduziu pagãos no templo, profanando o lugar.” É que tinham visto Trófimo de Éfeso com Paulo e pensavam que ele o tivesse levado ao templo. (At 21: 27-29)

acontecimentos, já demonstrava que tinha muita importância no contexto do mundo romano do século I, pois Paulo diz ser ela “uma cidade nada desprezível”. Fabris (2010), comentando essa técnica de intimidação utilizada por Paulo de Tarso, afirma que sua cidade natal era apresentada por ele como forma de conseguir um mínimo de prestígio para sua pessoa, e principalmente respeito, tanto que essa não era a primeira vez que ele agia assim, “(...) ele já havia feito valer esse direito na colônia romana de Filipos, para conseguir sair da prisão” (FABRIS, 2010. p. 33).

Lucas inclui esse acontecimento, e especificamente o diálogo entre Paulo de Tarso e o oficial, quando ele brada qual sua origem, não para indicar uma posição diferenciada entre ele, Paulo, e os demais cristãos, mas para apresentar as origens e a importância de uma figura central para o desenvolvimento do cristianismo em seu início. Assim, essa narrativa esboça uma forma de demonstrar por que Paulo de Tarso era tão bem-sucedido em evangelizar o mundo de base cultural clássica, ou seja, as províncias romanas, principalmente as de origem grega (Fabris, 2010).

A narrativa de Lucas chama a atenção para o espanto do oficial ao perguntar a Paulo: “Você fala grego?”; e na sequência o apóstolo, ao responder à indagação sobre sua origem, utiliza a cidade como justificativa para o idioma, pois o grego era a língua oficial de Tarso (At 21: 37). Paulo de Tarso não apenas falava o grego, mas escrevia nesse idioma, e isso era uma grande vantagem que colocava Paulo à frente de seus futuros companheiros; mas neste caso o diferencial não estava em Paulo, e sim no mundo conhecido naquele momento. O Império Romano proporcionou aos povos daquele período um bilinguismo que poucas vezes se viu na história da humanidade (Fabris 2010). Segundo Schnelle (2010), o Grego *Koiné*¹¹ era falado de maneira quase fluente entre romanos, palestinos, sírios e muitos outros grupos étnicos daquele período. O Grego *Koiné* teve grande êxito como língua no Império Romano, de tal forma que mesmo as pessoas de camadas mais pobres o dominavam consideravelmente, fazendo dele, naquele momento, uma língua quase universal.

Ao se referir ao Grego *Koiné*, Schnelle (2010) aponta o seguinte:

Ao lado do aramaico, o grego koiné estava muito difundido, e até nas camadas mais baixas da população falava-se grego. Uma situação

¹¹ Segundo Fabris (2010), essa era a forma mais popular do grego, o termo quer dizer, literalmente, comum. Também é conhecido como grego bíblico, ou grego do Novo Testamento. Este formato do grego difere bastante do grego clássico.

linguística comparável encontrava-se na Síria onde dominavam igualmente o aramaico e o grego. Depois da campanha militar de Alexandre Magno, a Ásia Menor estava sob influência grega, de modo que o grego determinava completamente o rosto linguístico da Ásia Menor. [...] Tanto os romanos educados como o imenso número de escravos trazidos a Roma desde a parte oriental do Império dominavam o grego (SCHNELLE, 2010, p.165 e 166).

Naquele contexto, nascer e crescer numa cidade que utilizava o grego como língua oficial permitiu a Paulo de Tarso uma maior facilidade de comunicação entre os povos distintos que constituíam o Império Romano. Além disso, não era apenas o idioma falado na cidade que chamava a atenção na formação paulina, outros aspectos da cidade devem ser considerados.

3.1 A CIDADE DE TARSO

A cidade de Tarso apresenta-se como uma das principais respostas para uma questão pertinente: “Por que Paulo foi tão eficaz entre os gentios?” Para obter essa resposta é preciso conhecer um pouco mais da capital da Cilícia Oriental, Tarso. Fabris (2010) afirma que, geograficamente, a cidade apresenta alguns aspectos que devem ser considerados relevantes. O primeiro é que ela está na região plana da chamada Cilícia Pedias, bem diferente da região oposta, bastante acidentada e de difícil acesso, conhecida por Cilícia Tracheias. O fato de a cidade estar situada numa planície, banhada por cursos d’água vindos do monte Tauro, que fica ao norte dessa região, fazia dela uma terra fértil, acostumada ao cultivo de trigo, vinho, azeite e linho. O linho, juntamente com a lã da Anatólia, era a matéria-prima para o desenvolvimento da atividade têxtil da região de Tarso, tanto que lá se desenvolveu o tecido grosseiro e resistente que foi batizado com o nome do local, “cilício”. Além disso, havia o comércio do ferro, retirado das minas do Tauro e trabalhado pelos homens da região (Fabris, 2010).

Fabris (2010) ainda afirma que a riqueza e o desenvolvimento de Tarso também se deviam à sua posição geográfica. O fácil acesso dos moradores de vários lugares à cidade de Tarso proporcionou a Paulo um contato com muitas pessoas de várias origens, o que contribuiu para que ele, mais tarde, divulgasse tão ativamente a doutrina cristã na Ásia Menor, na Grécia e principalmente na Itália, sede do Império Romano.

A cidade de Tarso estava no que se pode chamar de encruzilhada para o Oriente, e isso permitia o acesso direto para aquela região, o que fazia de Tarso uma cidade tão importante quanto rica. Fabris (2010), ao referir-se à localização da cidade de Tarso e sua importância, escreve o seguinte:

De fato esse território representava a via de acesso, ao longo da costa oriental, em direção à Síria. A via costeira, prosseguindo para o leste, através das “Portas da Síria” (...). Daí se ramificam, para o Sul, a estrada que desce até o Egito ao longo da costa mediterrânea, e, para o oriente, a estrada que, passando por Alepo e Damasco, vai se unir com as pistas que atravessam o deserto para chegar até a região dos grandes rios, a Mesopotâmia, e, mais a leste, a Pérsia. Ao norte da planície da Cilícia, a estrada, por uma única passagem montanhosa chamada “Portas da Cilícia”, atravessa a cadeia do Tauro e desemboca no planalto Anatólio. A “Portas da Cilícia” colocam a Cilícia e as grandes estradas comerciais do planalto – ao norte chegam ao mar Negro e ao ocidente ao mar Egeu – em comunicação com o Mediterrâneo sul-oriental (FABRIS, 2010, p. 19 - 20).

Também Schnelle (2010) fundamenta essa ideia ao afirmar que Tarso era vista como um entroncamento importante no Mundo Antigo. Pessoas vindas de muitos lugares do Ocidente utilizavam a cidade como ponto de encontro, local de descanso ou lugar estratégico, por isso, ao longo da história, exércitos, reis e conquistadores passaram por aquela região, deixando sua marca, sua influência, seus costumes, seu conhecimento e seu dinheiro.

A cidade de Tarso exerceu um papel tão relevante na antiguidade que os escritores antigos a exaltavam, concedendo-lhe uma origem divina, tanto que sua fundação é atribuída ao herói grego Perseu, filho de Zeus. Essa origem grega era importante para a cidade que o culto ao deus local, Sandon, foi substituído pelo culto a Perseu (FABRIS, 2010).

Isso indica que a relação e o papel dos gregos em relação à cidade não eram apenas de vizinhos ou de conquistadores que dominaram o local no período helenístico; os gregos eram mais que isso, eles eram a origem da grandeza da cidade, tanto que Schnelle (2010) afirma que Tarso pode ser considerada como um agrupamento urbano de cultura helenística. Daí seu apego aos costumes dos gregos e a popularidade de sua língua, pois era a Grécia que garantia a Tarso a sua identidade, mesmo não estando localizada no Peloponeso (FABRIS, 2010).

Na qualidade de capital da Cilícia Oriental, Tarso exercia uma relação muito próxima com Roma. Sobre isso, Fabris (2010) afirma que por volta do ano 68 ou 67

a. C. Pompeu reorganizou a região como província romana e concedeu a Tarso a categoria de capital da província. Depois disso ela foi reincorporada à província da Síria e só foi desmembrada novamente por volta do ano 72 d. C., um feito de Vespasiano (9 d.C. – 79 d. C). Um aspecto a ser considerado é a posição da cidade durante a transição da República para o Império. Tarso era muito bem vista por Júlio César e por isso, após sua queda, Tarso sofreu implicações, sendo obrigada a pagar duros tributos, dos quais se livrou apenas após o ano 41 A. C. quando os assassinos de César, Cássio (85 a.C. – 42 a.C.) e Brutos (81 a.C – 43 a.C.) foram vencidos por Marco Antônio e Otávio em 41 a.C. Após essa vitória, para a reorganização da cidade, que estava entregue à corrupção, Antônio tentou reestabelecer ordem na cidade enviando para lá um administrador, e como este não alcançou êxito, o próprio Otávio Augusto enviou para lá Atenodoro (74 a.C. – 7 d.C.), com a missão de garantir a paz naquele local estratégico do Império (FABRIS. 2010).

Tarso foi berço de importantes filósofos estoicos, Fabris (2010) aponta que os tarsiotas viviam num ambiente cultural que favorecia a inclinação ao pensamento, à erudição e à filosofia. Isto justifica a proximidade entre a escrita de Paulo de Tarso e os preceitos da filosofia estoica, pois sendo também tarsiota, Paulo teve contato com esta vertente de pensamento típica dessa cidade. Ao ser a cidade governada sob a égide desse pensamento, o povo de Tarso pôde beber diretamente da fonte estoica a partir de seu próprio governo, pois essa cidade figura para o Estoicismo como o lugar de origem de muitos de seus grandes nomes. Zenão (333 a.C. – 263 a.C.), por exemplo, seu fundador, era filho de pai tarsiota, e também nasceram em Tarso Antípatro (sec. II a.C.), Atenodoro, o preceptor de Otávio, e outros estoicos importantes.

Esses dados assinalam duas forças em contradição na cidade de Tarso: a riqueza de uma cidade cosmopolita - que provavelmente dividia sua população entre os costumes dos muitos viajantes que por ali passavam, fazendo dela uma cidade de muitas tendências culturais e por isso mesmo, dada ao luxo, à riqueza e à ostentação - e por outro lado, a condição de cidade dos filósofos, principalmente do pensamento estoico, que destoava de todas as tendências filosóficas anteriores, sendo o pensamento de homens pouco voltados às coisas fúteis.

Filostrato (170 D.C. – 250 D.C.), quando escreve sua obra *Vida de Apolônio de Tiana*, apresenta a afirmação do jovem Apolônio (2 a.C – 98 d.C.) de que aos 14 anos foi levado pelo pai para Tarso, uma cidade que, segundo ele, era um lugar

onde reinava o luxo e a futilidade, com habitantes insolentes e mais preocupados com a beleza de suas roupas do que os atenienses com a filosofia. Embora os períodos sejam distintos e a Tarso de Apolônio já não fosse a Tarso de Paulo, considera-se que o “clima geral ligado à prosperidade e ao cosmopolitismo” continuava muito parecido (FABRIS, 2010).

Schnelle (2010) apresenta o lado oposto da contradição quando expõe uma Tarso completamente diferente da cidade descrita por Apolônio - um lugar, segundo ele, muito rico economicamente, mas igualmente rico em cultura e filosofia:

Tarso era uma cidade de vida econômica e cultural florescente. Xenofonte louva Tarso como “grande e feliz”, e numerosos filósofos retóricos e poetas atuavam na cidade. Tarso era considerada um centro da filosofia estoica, e o líder da escola estoica por volta de 140 a. C. era Antípater de Tarso. Strabo afirma: “Os habitantes [i.e., de Tarso] manifestavam tanto zelo pela filosofia e toda a educação que superaram nisso até mesmo Atenas, Alexandria e qualquer outro lugar” (SCHNELLE, 2010, p. 64).

Paulo não fazia parte do grupo social dominante, não era um homem rico. Sua família, ao que tudo indica, obrigava-se ao trabalho e era muito diferente da descrita por Apolônio, que a descreveu como uma família dedicada ao exagero, ao luxo e à ostentação. A família de Paulo fazia parte do grupo menos abastado, mas não mais ignorante, de forma que o trabalho lhe garantia a sobrevivência e ao mesmo tempo lhe permitia um mínimo de cultura e conhecimento, pois, como afirma Estrabão (63 a.C. – 24 d. C.) citado por Schnelle (2010), naquele lugar os habitantes manifestavam zelo pela filosofia.

É bem isso que torna Paulo essa figura tão emblemática. Sua origem era muito distinta da origem dos demais discípulos; sua vida se desenvolveu num lugar diferente, seus contatos foram outros e o meio social que forjou sua personalidade nada tinha a ver com as regiões simples de Israel de onde vinham os demais discípulos. Em suma, Paulo de Tarso detinha um *status* social que o distinguia dos demais apóstolos¹².

¹² Apóstolo: Cada um dos doze discípulos de Jesus. O que foi o primeiro a pregar o Cristianismo num país. [Figurado] Propagandista dedicado (de grandes ideias). Missionário exemplar. In: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/ap%C3%B3stolo> [consultado em 09-02-2015].

3.2 O STATUS SOCIAL E STATUS CIVIL DE PAULO DE TARSO, CIDADÃO ROMANO E “TRABALHADOR”

Pouco se sabe sobre Paulo antes de sua conversão, contudo é possível fazer algumas afirmações sobre seus *status* social e civil, dos quais o segundo pode colaborar para a compreensão do primeiro. Retomemos mais uma vez sua origem. Ele é de Tarso, mas sua origem é judaica. Ele mesmo informa a sua procedência, pois na carta enviada à comunidade de Filipos e na dirigida aos cristãos de Roma, afirma sua pertença ao povo de Israel. Na carta enviada aos Felipenses ele afirma: “(...) circuncidado ao oitavo dia, israelita de raça, da Tribo de Benjamim” (Fl 3:5). A afirmação de Paulo define sua origem judaica, tornando-o uma figura de duplo valor para o cristianismo, pois ele é judeu, reconhecido pelos judeus, e também é cidadão romano, reconhecido pelos povos do Império. Isso indica que Paulo era um judeu da diáspora¹³, que estava longe de sua capital, mas que, como outros judeus iguais a ele, tinha uma sinagoga própria para frequentar em períodos de peregrinação à cidade de Jerusalém; ou seja, mesmo longe, ele estava unido à vida, à cultura e à religião dos judeus. Dessa forma, no tocante à sua autoridade dentro do cristianismo, Paulo estava ligado a dois mundos diferentes, o judaico e o greco-romano, de forma que podia se dirigir de igual para igual para judeus e gregos, ou romanos - aspecto que o torna um diferencial naquele momento de nascimento e propagação do cristianismo.

A questão é: como um judeu da diáspora alcançou a cidadania romana? As formas pelas quais era possível se tornar um cidadão romano permitem inferir algumas afirmações sobre o *status* social de Paulo. De acordo com Schnelle (2010), existiam algumas formas de se alcançar a cidadania romana, “que podia ser adquirida por nascimento, libertação concedida, compra da escravidão, libertação da prisão de guerra, dispensa de serviço militar prolongado e adoção ou acolhida na associação dos cidadãos” (SCHENELLE, 2010. p. 65). O autor apresenta alguns fatos sobre Paulo, ligados especificamente ao seu *status* social, que permitem entender quem ele era na sociedade daquele tempo. Segundo esse autor, Paulo era um artesão, construtor de tendas; não era de um grupo elevado, não era rico nem

¹³ Diáspora: Dispersão de um povo, de alguns dos seus elementos, de uma comunidade. Dispersão do povo judeu. In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/di%C3%A1spora> [consultado em 09-02-2015].

poderoso, mas pertencia a um grupo intermediário entre os mais pobres e os mais ricos – como referido anteriormente - logo não poderia comprar o título.

Sua cidadania romana é questionada principalmente porque mais de uma vez ele foi flagelado. Sendo ele um cidadão romano não poderia ter sido repetidamente flagelado em sinagogas judaicas. Sobre isso Schnelle (2010) afirma que “(...) a flagelação de cidadãos romanos era proibida, mas na prática, essa norma nem sempre foi observada”, tanto que Suetônio e Cícero (106 A.C. – 43 D.C.) narram situações em que cidadãos romanos foram mortos, desconsiderando-se a lei Pórcica¹⁴. Ao rebater essa dúvida o autor chama atenção para a influência do pensamento cínico¹⁵ sobre os cidadãos de Tarso e indiretamente sobre o cotidiano dos fariseus, grupo ao qual Paulo estava ligado: “Paulo valorizava seu trabalho manual como autorrebaixamento voluntário para garantir independência” (SCHNELLE, p. 2010).

Outro aspecto a ser considerado em favor do *status civil* de Paulo de Tarso e que é apresentado tanto por Schnelle (2010) quanto por Fabris (2010), ao discorrerem sobre sua cidadania romana, é o seu nome romano. Na antiguidade um cidadão romano devia ter os *tria nomina*¹⁶, que consistem em um *prae-nomen* (pré-nome), que é seu nome pessoal e particular e que não tinha muita importância no período imperial, um *nomen* (nome), que está ligado ao seu pai, indicando a família a que pertencia, e um *cognomen* (algunha), que fazia referência ao seu caráter honorífico. Mesmo sendo muito difícil resgatar os *tria nomina* de Paulo de Tarso, fica claro que ele tem um nome romano, pois Paulo, que significa pequeno, pode ser tanto o *cognomen* como o *prae-nomen*.

Ele também tinha um nome de origem judaica, conforme informa Quesnel (2004), o que muito provavelmente deveria ser utilizado em família, esse nome era Saul, ou *Sha’ul*, que quer dizer invocado, o nome do primeiro rei de Israel, escolhido na mesma tribo à qual Paulo pertencia, a chamada tribo de Benjamim, um dos doze filhos de Jacó que, segundo a tradição, deram origem ao povo judeu (Gn 29: 30 e 35:16-22). Por meio dos *Atos dos Apóstolos* esse nome chegou aos tempos atuais em sua forma grecizada, Saulo; por outro lado, ficou muito mais conhecido como

¹⁴ Essa lei ameaçava com severas penas alguém que mandasse castigar corporalmente ou executar um cidadão romano (SCHNELLE, 2010. p. 65).

¹⁵ Cínico: Pertencente à seita filosófica que desprezava as conveniências sociais. In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/c%C3%ADnicos> [consultado em 09-02-2015].

¹⁶ Na Roma Antiga era comum que os nomes masculinos fossem compostos por três nomes próprios (Fabris, 2010).

Paulo, e assinou suas cartas usando esse nome, que é romano. De forma que Paulo (pequeno) pode fazer referência ao fato de Paulo, segundo a tradição, se considerar o último dos apóstolos designados por Cristo, e por isso, o menor dentre eles. De qualquer forma, fica claro que ele tem um nome latino que pode claramente ser um vestígio do *tria nomina* que comprovaria seu *status* civil como um cidadão romano (FABRIS 2010).

Analisando-se estes fatos e situando-se Paulo como judeu da diáspora com raízes judaicas fortes, o mais prudente seria considerar a possibilidade de ele ter herdado seu *status* de cidadão romano de seus antepassados, que provavelmente foram judeus libertos, já que sua posição social não lhe permitia tê-lo conseguido de outra forma (SCHNELLE, 2010). Outro aspecto a considerar sobre Paulo de Tarso é o fato de ele se posicionar constantemente como trabalhador: ele é povo com o povo, iguala-se ao povo e se sustenta com o trabalho de suas mãos. Muitos relatos dos *Atos dos Apóstolos* e de suas cartas indicam que ele, ao se instalar em determinada cidade, trabalhava ali para seu sustento (At 18: 3).

Sua profissão era parte integral de seu *status* social: ele era um artesão livre, como Áquila, amigo originário de Roma que havia fugido da cidade e que trabalhou ao seu lado. O ofício de construtor de tendas se encaixa bem nas suas origens, pois Tarso era uma grande produtora de linho; além disso, a criação de cabras e o trato de seu couro também eram comuns na região da Cilícia, e o couro era outro material muito utilizado para a construção de tendas (FABRIS, 2010). Provavelmente Paulo dominava o processamento de ambos para a produção da matéria-prima de suas tendas. A popularidade das tendas deve ser levada em consideração aqui, pois num lugar onde o sol é escaldante, como o Mediterrâneo ou o Oriente, tendas - ou todos, como alguns chamam - feitas de linho eram muito eficazes para a diminuição de calor, ainda mais que possivelmente o exército também fazia parte de seus clientes, já que as tendas estavam incluídas entre os materiais de campanha militar (FABRIS, 2010).

Essa atividade profissional não exigia a fixação em um único lugar ou cidade, por isso ela possibilitava a Paulo de Tarso uma ação itinerante no período de evangelização, fixando-se em várias cidades do mundo romano e se deslocando entre elas tranquilamente (At 15:36 – 18:28). Por outro lado, ao se considerar a profissão de Paulo é preciso aprofundar mais uma afirmação já apresentada aqui: a de que um artesão livre deveria, provavelmente, pertencer ao grupo pobre da

sociedade romana, enquanto sua formação intelectual estava muito além de sua formação profissional. Dessa forma, como estabelecer o *status* social de Paulo?

O fato de saber ler e escrever, e mesmo a linguagem utilizada em suas cartas, também geram dúvidas sobre a compreensão de seu *status* social. Ferreira (2011) é enfático ao afirmar que na Antiguidade, especificamente no século I, a alfabetização estava relacionada aos grupos sociais mais altos, como forma de garantir a manutenção do prestígio e do poder. Esse autor ainda afirma que no âmbito religioso judaico isso não era diferente, pois saber ler e interpretar os textos sagrados legitimava o poder e conferia autoridade. Dessa forma, conforme Scnelle (2010), Paulo tinha uma formação superior à das camadas mais baixas da sociedade, e sua formação judaica e grega permite inferir que ele estava sendo formado para tomar lugar junto aos líderes religiosos do judaísmo helênico. Diante disso, é mais apropriado encaixar Paulo de Tarso num grupo intermediário, entre os pobres e os abastados, um grupo urbanizado e detentor de certa intelectualidade, capaz de produzir escritos literários e teológicos como o conjunto epistolar paulino.

3.3 PAULO DE TARSO, UM HOMEM DIVIDIDO ENTRE TRÊS MUNDOS

Paulo de Tarso tem sua personalidade desenvolvida em meio a um mundo complexo constituído do poder romano, da cultura grega e da tradição judaica; ele nasceu e cresceu recebendo influência destas três vertentes, e em sua formação de caráter e intelectualidade se aproveitou do que cada uma tinha de melhor para oferecer. Paulo de Tarso pertencia a três mundos distintos, e como personagem histórico, é forjado em parte pelo caráter político dos romanos, em parte pelo caráter filosófico e cultural dos gregos e, por fim, pelo caráter religioso, embasado na tradição e no respeito, característico dos judeus (SCHNELLE 2010). Paulo de Tarso estava inserido nesses três mundos e ao mesmo tempo não pertencia a nenhum deles, de forma que sua ação junto ao cristianismo o tornou um cidadão do Mundo Antigo, e não um judeu, um grego ou um romano.

Em sua personalidade encontram-se traços deixados por estas três realidades, apontando para um homem que teve uma dupla formação: a formação clássica junto aos gregos e romanos e a formação judaica, herdada de seus antepassados e retomada após sua adolescência entre os 13 e os 15 anos. Sua ligação com a Cilícia, mais especificamente com a cidade de Tarso – em que Paulo

nasceu e viveu em sua infância, a qual tinha características de cosmopolita e era fortemente influenciada pela cultura grega - justifica seu contato direto e primário com a cultura grega, afinal, mesmo sua família sendo judaica e tendo ofertado para ele contato com o aramaico dentro de sua casa, a sua língua materna ainda era o grego, língua vernácula de Tarso (FABRIS 2010).

Paulo foi educado primeiramente em grego, principalmente pelo contato com os escritos importantes, a literatura, a poesia e os tratados filosóficos gregos. Nesse sentido sua ascendência judaica não o impedia de ter uma formação grega, pois mesmo sendo um judeu da diáspora, a sociedade que construía sua personalidade não era judaica, mas grega. Seu conjunto de cartas pode ser compreendido como um indício disso, já que sua escrita possui elementos próprios da literatura grega, sua forma de transmitir as ideias, sua retórica e sua proximidade com os elementos filosóficos dos cínicos e dos estoicos são perceptíveis em suas cartas (FABRIS 2010).

Segundo Becker (2007), Paulo, enquanto judeu, provinha de uma família farisaica, ligada diretamente às observações impostas pela Lei. Isto indica que muito possivelmente ele não frequentou uma escola de “gentios”, mas mesmo assim, morando em Tarso seria muito difícil que ele vivesse isolado da cultura e da filosofia grega, sendo muito provável que casualmente ele tenha ouvido um retórico falar ou tenha mantido contato com as ideias filosóficas dos gregos. Desta forma é possível supor que Paulo tenha frequentado uma escola judaica helenista. Sobre esse sistema de ensino Becker diz o seguinte:

Esse sistema constava de matérias didáticas que, nos dois primeiros graus de formação, eram muito similares aos das escolas dos gentios, até por causa da pressão da concorrência. Podia haver, e havia certamente, diferenças. É claro que a Torá era o objeto principal da instrução. A ginástica não gozava de muito prestígio junto aos judeus, podendo, portanto, ser omitida. Quanto às línguas, porém, principalmente o aramaico e o grego, estavam no plano de estudos. Uma introdução à filosofia grega só podia ser ensinada com cautela, ou nem mesmo era ministrada. Mas é muito improvável que renunciassem a retórica: ainda que os judeus haviam instituído seus próprios tribunais, quando podiam, eles necessitavam, mesmo assim, de recorrer aos tribunais gentios se o acusador não era judeu. Parece que muitos judeus helenistas tampouco renunciavam pronunciar, em uma associação ou festa particular, um discurso tolerável ou inclusive grato aos ouvidos dos helenistas. Podemos conceber, pois, o sistema educativo judeu na diáspora helenística em perfeita analogia com a formação helenista. (BECKER. 2007. p. 84)

A formação educacional helenista consistia em um “(...) nível fundamental (ginástica, música, ler e escrever). Isso era realizado pela gramática, leitura dos clássicos, retórica (arte de falar e elaborar discursos), dialética (prolegômenos da filosofia), matemática e teoria da música” (BECKER, 2007, p. 83). Após todo esse percurso o estudante era direcionado às escolas filosóficas, onde receberia conhecimentos técnicos importantes para o homem da época.

Ainda sobre a formação secular clássica da cidade de Tarso e o contato que Paulo teve com ela, Murphy-O'Connor (2007) afirma:

A qualidade da educação secular de Paulo se mostra não apenas em seu domínio do grego, mas no modo como organizava o conteúdo de suas cartas. Não era um estilista. Porém escrevia num grego rigoroso, de tal forma expressão de seus pensamentos deixava vislumbrar suas emoções. Seu domínio das figuras de estilo e a estrutura retórica das cartas somente podem ser frutos de estudo sério e longa prática. Seu manejo dos princípios da arte da persuasão era tão seguro que ele podia até mesmo parodiá-los. [...] A resposta mais simples é que Paulo teria frequentado uma escola de ensino superior, uma ‘universidade’ de Tarso. Como convinha a uma cidade sedenta de instrução, no primeiro século essa grande instituição de ensino se equiparava às de Atenas e Alexandria, as mais eminentes escolas superiores da Antiguidade (Murphy-O'Connor, 2007, p. 27).

Paulo teve, sim, contato com a cultura clássica, mas, como aponta Becker (2007), sua formação não era a mesma da classe dominante daquela sociedade. Uma evidência disso são suas cartas, pois no seu conjunto epistolário não é possível encontrar um grande número de referências bibliográficas clássicas, a não ser uma citação da comédia “*Thais*” de Menandro (1 Cor 15: 33), que está mais para dito popular do que para referencial de peso. É possível argumentar que não era intenção de Paulo relacionar o cristianismo a outras ideias - no caso, as clássicas -, daí o motivo de ele não as citar em suas cartas. Mesmo quando discursa ele não utiliza como referência estas citações, que garantiriam pelo menos um mínimo de atenção, como no caso do Areópago de Atenas (At 17:22).

O mundo grego estava repleto de filósofos itinerantes, tanto que o próprio livro dos *Atos dos Apóstolos* afirma que Paulo foi levado ao Areópago por filósofos epicuristas e estoicos, que se encaixavam nessa descrição e conheciam os textos filosóficos, que utilizavam a retórica, falavam ao povo e citavam os clássicos para

convencer o povo de seu conhecimento (FABRIS, 2010). A pregação paulina não era novidade; poderia ser um diferencial, mas não uma novidade. No Areópago, entre as camadas populares do povo ateniense, fazer uso de uma citação clássica garantiria a Paulo de Tarso pelo menos um mínimo de atenção e respeito, mas não é isso que ele fez e, bem por isso não recebeu atenção - pelo contrário, sua pregação foi um fracasso e de sua plateia só recebeu desprezo, como se observa em Atos 17: 15-34.

Figura 1 - *Paulo* (part.), Mosaico (séc. VI) Ravena, Capela de São Pedro Crisólogo.



Fonte: FABRIS, 2010. p. 419

Paulo recebeu formação suficiente para entender de escrita, para empregar as figuras de linguagem, para utilizar retórica e outros elementos da escrita grega, e seus escritos comprovam essa ideia, pois a escrita de suas cartas, em grego, pertence a uma escrita mediana, provinda de um homem detentor deste tipo de formação, o que já era suficiente para o que ele pretendia fazer, ou seja, anunciar o cristianismo; sua facilidade com o grego *koiné* era natural, ele pensava em grego e escrevia com agilidade (BECKER, 2007).

Ainda em relação à sua escrita pode-se afirmar que ela indicava uma formação de cultura clássica média, diferente da teologia fundamental, pois nela se encontra um diferencial que não era do mesmo porte, mas muito superior. Paulo de Tarso tinha grande facilidade em escrever e ordenar aspectos sociais a partir de princípios da religião, o que demonstra sua boa formação teológica. Além disso, em suas cartas ele também citava com naturalidade os textos do Antigo Testamento na tradução grega chamada de Septuaginta. (BECKER 2007).

Neste caso, a formação religiosa judaica de Paulo de Tarso supera em qualidade sua formação clássica. Assim, se ainda hoje existem alguns questionamentos quanto à comprovação da profundidade da formação helenística deste homem, não há dúvidas em relação à sua formação judaica, recebida primeiramente na família, depois na sinagoga de Tarso e posteriormente na cidade de Jerusalém (FABRIS 2010). Ao falar de si mesmo, nos relatos encontrados no Novo Testamento, ele não hesita em afirmar que fazia parte do grupo dos fariseus, e mesmo quando já era cristão ainda demonstrava lembrança do zelo que herdara deste grupo. Nos Atos dos Apóstolos ele diz: “Sou Fariseu e filho de fariseus” (At 23:6).

No Novo Testamento é frequente a presença de dois grupos religiosos que aparentam estar em constante conflito: os fariseus e os saduceus¹⁷. A partir dos relatos relacionados a estes grupos chega-se à informação de que eles ocupavam a categoria mais alta em relação a questões espirituais no judaísmo do século I, mas o que chama a atenção é o exercício de comparação entre os dois grupos, porque suas semelhanças são muitas, mas suas diferenças são ainda maiores (Schnelle, 2010). Diante disso, surge a pergunta: por que Paulo de Tarso se tornou fariseu e não saduceu? Esse pertencimento era por herança familiar ou escolha livre? Ou ainda, por que ele decidiu aderir ao modo de vida dos fariseus?

Este ponto é determinante para entender a trajetória de vida percorrida por Paulo de Tarso, pois, sendo judeu da diáspora e tendo recebido formação grega, ele poderia simplesmente voltar às costas ao judaísmo e às suas mais de 300 leis e restrições a seguir, mas a sua escolha de vida foi retornar às suas origens judaicas e vivê-las da melhor forma possível, por isso ele vai para Jerusalém, por isso ele quer uma formação judaica mais aprimorada. Segundo Murphy-O’connor (2007), o farisaísmo é sua única opção porque ele não poderia escolher ser sacerdote, como já relatado anteriormente, ele era da Tribo de Benjamim e o sacerdócio era hereditário, sendo direito apenas dos descendentes de outra tribo, a de Levi; ele também não poderia escolher livremente o grupo dos saduceus, porque para isso

¹⁷ Tanto os Saduceus quanto os Fariseus eram partidos religiosos nos dias de Jesus. Os Saduceus se consideram “conservadores”. [...] Os Fariseus eram um grupo leigo, representando mais o homem comum. Em acréscimo à Lei escrita de Moisés, os Fariseus aceitavam como autoridade o restante daquilo que para nós chama-se “Antigo Testamento”, além da “tradição dos anciãos”. In <http://www.veritatis.com.br/respostas-catolicas/7640-quais-eram-as-diferencas-entre-saduceus-e-fariseus> [consultado em 10-02-2015].

ele deveria ou fazer parte da nobreza sacerdotal ou ser de uma família rica, o que não era o caso. Conclui-se então que adotar os preceitos farisaicos, pelo que é provável, com todo o seu rigor, foi uma opção feita em decorrência de sua condição social, já que sua família, pelo que tudo indica, já era pertencente ao farisaísmo (BECKER, 2007). Outra questão relacionada a estes fatos é a seguinte: por que ir para Jerusalém para se tornar fariseu? Tudo indica que Paulo, desde sua infância, já havia sido educado segundo a lei judaica, e mais tarde, já na adolescência, é que foi levado a Jerusalém para aprofundar seus conhecimentos em relação ao judaísmo (FABRIS, 2010).

De acordo com Schnelle (2010), a viagem para a Jerusalém é justificada pelo fato de que não se têm notícias de nenhuma grande escola farisaica entre os judeus da diáspora, pelo contrário, ser fariseu estava ligado intimamente à cidade de Jerusalém, e foi nessa cidade que ele teve sua formação na tradição veterotestamentária¹⁸ com um reconhecido mestre daquele período, chamado Gamaliel (? – 50 d. C) (At 22:3).

Algumas dúvidas sobre esse fato são vigentes, pois há indícios de que os ensinamentos de Gamaliel são bem diferentes das atitudes de seu pupilo no principio do cristianismo. O próprio livro dos Atos dos Apóstolos indica um Gamaliel equilibrado, apaziguando os ânimos de judeus enfurecidos contra discípulos cristãos, enquanto Paulo de Tarso, neste período, não media esforços para perseguir e repreender os seguidores de Cristo (At 5: 33-39). Essa divergência tem gerado dúvidas e, muitas vezes, colocado em dúvida a veracidade dos escritos lucanos sobre a formação judaica de Paulo. Sabe-se que no século I dois grandes mestres se chamavam Gamaliel: o primeiro era esse com o qual Paulo de Tarso teve contato, e o segundo era o neto do primeiro que recebeu o mesmo nome e que também gozou de grande prestígio entre os judeus (FABRIS, 2010).

Dado esse fato, surge a questão: no Atos dos Apóstolos Lucas não teria apresentado a relação entre Paulo de Tarso e Gamaliel apenas para conferir autoridade à pessoa daquele tarsiota junto aos judeus? Schnelle (2010), quando aborda esse assunto, chama a atenção para a falta de uniformidade do grupo farisaico nesse momento, dado o distanciamento do rigor entre as duas escolas dos

¹⁸ Relativo aos livros da Bíblia que correspondem ao Antigo Testamento. In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/veterotestament%C3%A1rio> [consultado em 10-02-2015].

fariseus, a de Hillel, mais moderada, da qual Gamaliel fazia parte, e uma segunda, a de Shamaï, muito mais rigorosa.

Teria Paulo de Tarso pertencido à rigorosa escola farisaica de Shamaï¹⁹ (50 a. C. – 30 d. C.)? Isso seria improvável, pois tanto uma quanto a outra escola já garantiriam a ele prestígio entre os judeus, em decorrência da formação séria e centrada que ambas ofereciam, de forma que Lucas não teria motivo algum para forjar os fatos. Diante disso, o afincamento em perseguir os cristãos pode ser visto como uma tendência particular de Paulo de Tarso de viver o radicalismo farisaico. Sobre esse assunto Fabris (2010) afirma que o judaísmo ainda não havia assumido uma forma rígida e monolítica, o que possibilitaria inúmeras tendências dentro desses grupos. Provavelmente, ele pode ter ido além do grupo farisaico e ter tido contato com alguma dessas tendências. Sobre esse assunto, Schnelle (2010) chama a atenção para a possibilidade de Paulo de Tarso ter assumido o zelo como uma forma de defender as tradições paternas, as quais ele entendia que estavam em risco por causa do cristianismo, o que o levaria a adotar para si o radicalismo farisaico.

Essa divergência entre a formação moderada e a ação radical de Paulo chega ao fim quando se torna explícita a forte influência da educação recebida de Gamaliel, que só se tornou visível após sua conversão. O Paulo de Tarso cristão, pelo que se pode entender, é um bom reflexo do suposto equilíbrio e da moderação de Gamaliel, só que mais ousado, porque troca a radicalidade farisaica pela radicalidade do Cristo, como ele mesmo indica, o que é próprio a alguém que tem domínio sobre si mesmo (Gl 5: 22).

Silva (2005) afirma que, em sua formação recebida em Jerusalém, Paulo aprendeu retórica, métodos de debate, argumentação escriturística, domínio do *midrash*²⁰, tudo isso advindo de um mestre renomado - no caso, Gamaliel, formado por uma cidade que já havia sido helenizada desde muito tempo por Alexandre, e que naquele momento era influenciada por várias partes do mundo conhecido, enriquecendo amplamente sua cultura. Essas informações permitem a construção de uma figura paulina muito particular: Paulo de Tarso, conforme esses indícios, era

¹⁹ Diferente da Escola Farisaica de Hillel, que era considerada liberal, a Escola de Shamaï era muito mais rígida e fundamentalista (Schnelle, 2010).

²⁰ Midrash pode significar tanto um tipo de literatura quanto uma forma de interpretação da literatura bíblica. In: <http://doutorhermeneutica.blogspot.com.br/2009/01/midrash.html> [consultado em 10-02-2015].

um homem com formação intelectual, mas também era um homem que tinha suas origens nas camadas mais baixas da sociedade, por isso era um conhecedor da realidade do trabalho daquele período.

Paulo de Tarso era um trabalhador, como a grande maioria das pessoas do Mundo Antigo, mas com um diferencial: ele sintetizava em si a austeridade romana, a sabedoria grega e a devoção judaica, características que o tornaram o homem certo para a evangelização da parte grega do Império Romano, tanto que sua ação evangelizadora aconteceu na Ásia Menor, de característica helênica, e na região da Grécia. Além disso, mais tarde ele também iria se dedicar à evangelização na capital do Império, Roma, demonstrando que sua pertença ao mundo romano também era garantia de bom resultado entre os donos do mundo.

3.4 PAULO CRISTÃO: “POR QUE ME PERSEGUES?”

A história de Paulo de Tarso confunde-se com a história dos primeiros cristãos, tanto que sem os primeiros cristãos a vida dele e seus escritos não teriam permanecido em evidência até a atualidade. É preciso reconhecer a importância destes primeiros cristãos na biografia de Paulo de Tarso sob dois aspectos: a perseguição e a dedicação.

A trajetória de vida pública de Paulo de Tarso pode ser resumida em dois momentos e em ambos encontramos a presença crucial dos primeiros cristãos. O primeiro momento é aquele anterior à sua conversão²¹, em que suas atitudes se resumem na busca por eliminar os cristãos. Como infere Lopez (2011), ele ameaçava de morte os primeiros cristãos e utilizava de violência contra eles, por considera-los dissidentes do judaísmo, acreditando, naquele momento, que eles deturpavam a fé judaica, colocando em risco a sua manutenção (At 8:3). Durante a execução desse objetivo, enquanto procurava identificar e prender os cristãos, Paulo de Tarso opta pela conversão ao cristianismo, iniciando assim o segundo momento de sua vida pública, ao longo do qual, enfrentando dificuldades, ele vai construindo uma carreira distinta de propagador do cristianismo.

²¹ Conforme Quesnel (2004), o termo indicado por Paulo é “vocação” (Gl 1:15-16), mas a tradição, inspirada pelos Atos dos Apóstolos, consagrou o termo conversão, se tornando esse mais popular para se referir ao momento em que Paulo de Tarso se tornou cristão.

O contexto religioso da região da Palestina antes da conversão de Paulo ainda era muito pouco definido, mas tanto os judeus quanto os cristãos sabiam o que temer e o que esperar uns dos outros. Os primeiros conviviam com o surgimento de um grupo dissidente que, instigado pela morte de seu Messias, pregavam a ressurreição e um novo reino, algo curioso para alguns judeus menos conservadores e bastante ofensivo para os judeus mais zelosos, entre eles Paulo de Tarso. Diante desse panorama, Paulo de Tarso assumiu a posição de inimigo dos cristãos, por isso ele se colocou a perseguir os cristãos que estavam na cidade de Damasco, conforme o relato de Lucas:

Saulo, respirando ameaças contra os discípulos do Senhor, apresentou-se ao sumo sacerdote e lhe pediu cartas para as sinagogas de Damasco, autorizando-o a levar presos para Jerusalém todos os seguidores do Caminho que encontrasse, homens e mulheres. Estando em viagem, já perto de Damasco, de repente uma luz celeste o ofuscou. Caiu por terra e ouviu uma voz que lhe dizia: - Saul, Saul, por que me persegues? Respondeu-lhe: Quem és, Senhor? Disse-lhe: Eu sou Jesus, a quem tu persegues. Agora levanta-te, entra na cidade, e aí te dirão o que deves fazer. Os acompanhantes se detiveram mudos, pois ouviam a voz e não viam ninguém. Saulo, levantou-se do chão e, ao abrir os olhos, não enxergava. Tomando-o pela mão, fizeram-no entrar em Damasco, onde esteve três dias, cego, sem comer nem beber. (ATOS DOS APÓSTOLOS 9:1-9)

Segundo os Atos dos Apóstolos, este acontecimento é o oposto do se esperava de Paulo, o que acabou confundindo o grupo judaico do qual Paulo fazia parte e despertando a desconfiança dos cristãos, que temiam a ação perseguidora de Paulo. Os cristãos, conforme relata Lucas, tinham conhecimento de que o homem que se encaminhava para Damasco, levando uma carta de recomendação das autoridades judaicas de Jerusalém para a sinagoga daquela cidade, tinha o intuito de prendê-los e castigá-los, mas, ao que tudo indica, contraditoriamente, no meio do caminho acabou tornando-se um deles (At 9: 21). Como pode ser possível? Abandonar a posição de perseguidor e assumir a função de colaborador não era uma novidade nos escritos bíblicos, principalmente no Antigo Testamento, tanto que é possível citar pelo menos dois outros casos em que as circunstâncias e o resultado são muito parecidos.

O primeiro caso, narrado no livro de Números, é do mago Balaão²², e está situado dentro das narrativas sobre como os judeus reconquistaram a “terra prometida”, após a fuga do Egito. Conforme o relato do livro de Números, o rei de Moab, Balac, estava assustado com as vitórias dos judeus, por isso chamou Balaão para amaldiçoar os judeus, oferecendo-lhe uma grande fortuna como paga. Durante aquela noite Balaão, segundo a narrativa, ouve a voz de Deus e por isso se converte, de forma que não queria mais amaldiçoá-los, mas diante da insistência dos homens de Balac, de acordo com a mesma narrativa, recebeu ordens divinas para partir. Ao seguir em frente, no caminho acabou vivenciando uma situação inesperada, pois conforme narra o texto bíblico, em determinado trecho da estrada a jumenta que o transportava não lhe obedecia e ele por três vezes bateu nela, e segundo o texto, de forma surpreendente a jumenta se colocou a falar, indicando a presença de um anjo logo à frente. Balaão dialogou com o anjo e procurou mudar sua atitude por completo, passando a obedecer às ordens divinas (Nm 22: 01 e 41).

A outra narrativa, que se aproxima da narrativa de Lucas sobre a “conversão de Paulo” também se encontra no Antigo Testamento e está num dos livros dos Macabeus. Este livro narra a história de Heliodoro²³, chefe do governo Selêucida²⁴, que foi enviado para confiscar os tesouros do templo de Jerusalém, os quais, além de suprir as obrigações para com o templo, eram utilizados para as necessidades dos indigentes e das viúvas, conforme exposto no livro dos Macabeus. Conforme a narrativa dos Macabeus, diante da oração do sacerdote e dos judeus que estavam inconformados com a situação, houve um acontecimento singular em que três homens, em cavalos - de acordo com o livro - com características sobrenaturais, apareceram e derrubaram Heliodoro a golpes. A narrativa diz que ele caiu e não se recuperou mais até quando o sacerdote ofereceu sacrifícios em seu favor. Após os sacrifícios - continua a narrativa - Heliodoro se recompôs e ele próprio ofereceu os

²² Filho de Beor, foi um homem que ocupou certa posição entre os Midianitas (Ne 31:8). Morava em Petor (Dt 32: 4), na Mesopotâmia (Ne 32: 7). [...] possuía uma reputação, que se imaginava que, quem ele abençoasse, seria abençoado e quem ele amaldiçoasse, seria amaldiçoado. In: Dicionário e Estudos Bíblicos. 2012. p. 56.

²³ Foi o primeiro ministro de Seleuco IV Filopator, rei da Síria; foi por ele enviado para trazer os tesouros do templo de Jerusalém para Antioquia, mas foi castigado por dois anjos em forma de jovens. Curou-se graças às orações do sumo sacerdote Onias (Mac 3: 1-40). In: Dicionário e Estudos Bíblicos. 2012. p. 197.

²⁴ Dinastia grega, fundada por Seleuco, general macedônio, a qual reinou na Síria e várias vezes em outros territórios na Ásia. In: Dicionário Português <http://dicionariportugues.org/pt/seleucida> [consultado em 10-02-2015].

sacrifícios a Deus, e depois, retornando para seu rei, colocou fim ao desejo de confiscar os tesouros de templo. (2 Mc 3: 1-40)

Os dois relatos de conversão súbita, mesmo com contextos e detalhes diferenciados, apresentam um formato que é muito parecido com o encontrado no relato de conversão narrado por Lucas em Atos dos Apóstolos, no capítulo 9: nos três relatos encontra-se um homem com uma tarefa a cumprir, também está presente um equino a partir do qual se desencadeia a ação central de mudança de atitude, e por fim, em todos os três relatos encontra-se uma ação fora dos padrões de normalidade ou da realidade, o que é convencionalmente chamado pelos cristãos de milagre ou “manifestação mística”. Tanto o relato de Lucas quanto os outros dois manifestam o mesmo tema central: o contraste entre o antes e o depois, entre o momento anterior e o posterior à conversão.

Retomemos a conversão de Paulo de Tarso. Segundo a tradição cristã, está presente a intenção de perseguir, prender e transportar os cristãos de Damasco para Jerusalém, o que representa o período anterior à conversão. Essa narrativa ainda indica a queda de Paulo de seu cavalo no momento em que ele tinha uma visão fora do comum, o chamado “milagre”, em que, conforme a tradição cristã, o próprio Cristo falava com ele: “Saul, Saul, por que me persegues?” (At 9: 4).

De acordo com Murphy-O'Connor (1994), a conjectural experiência sobrenatural vivenciada por Paulo de Tarso se encaixa no padrão que ele chama de “crisofanias de reconhecimento”, que seriam supostas experiências com a finalidade de converter a pessoa que a vivenciava. Ainda segundo esse autor, um fator chave para a propaganda e súbita conversão de Paulo foi a convicção de que um morto havia ressuscitado, pois, como fariseu, Paulo acreditava na ressurreição, mas não tinha expectativas de ver um morto ressuscitar, nem mesmo de ver o Cristo, o messias das pessoas que ele perseguia, de forma que essa experiência foi decisiva para o futuro de Paulo, marcando sua conversão.

Da mesma forma que, segundo a tradição, ocorreu com Balaão e Heliodoro, a mudança de atitudes com a suposta “conversão” de Paulo trouxe um benefício direto para aqueles que, no entendimento cristão, eram o povo escolhido por Deus que estava sendo perseguido. Com isso, os cristãos conseguiram mais um pilar para a sustentação e expansão de sua crença e de seu evangelho. Junto com Pedro, Paulo se tornou um dos principais cristãos do século I a propagar a doutrina de Jesus fora

dos limites dos judeus e, segundo Dunn (2003), o fundador mais importante da teologia cristã daquele momento.

Quando se aborda o termo *expansão do cristianismo*, mais uma vez se leva em consideração quem eram os primeiros cristãos, as pessoas com quem Paulo teve seu primeiro contato após a conversão, não somente em Damasco, mas em toda a região da Palestina e seu entorno. No período da conversão de Paulo de Tarso essa afirmação já era uma realidade, e é por isso que ele deixou Jerusalém e se conduziu para Damasco, pois o cristianismo já começava a se expandir discretamente para as regiões próximas a Jerusalém. A cidade de Damasco estava geograficamente situada na encruzilhada entre o Ocidente e o Oriente, e se os cristãos já haviam se espalhado entre os judeus que moravam naquela cidade, mais cedo ou mais tarde, influenciados pelas rotas comerciais ou por grupos de viajantes, chegariam mais longe, a outras cidades ou regiões do Império.

A ação de Paulo de Tarso deveria ser urgente, era preciso conter os cristãos naquela cidade para que o risco que eles representavam para o judaísmo fosse extinto. A sua carta de apresentação provavelmente trazia estas informações. As autoridades religiosas não poderiam interferir e comandar as sinagogas das cidades helênicas, mas naquelas circunstâncias, com o problema da expansão do cristianismo entre os judeus da diáspora, um pedido feito pelo Sinédrio²⁵ não seria desconsiderado.

O que representava para os cristãos daquele período a ação perseguidora de Paulo? Lucas dá a entender a forma como acontecia a perseguição, o julgamento e a execução dos primeiros cristãos a partir do relato do martírio de Estevão, ao qual Paulo estava presente e que figura como uma ilustração do termo perseguição. Conforme o relato lucano, logo após o discurso de Estevão ocorreu o seguinte:

Estevão, cheio da graça e poder, fazia grandes milagres e sinais entre o povo. Alguns membros das sinagogas dos Emancipados, gente de Cirene e Alexandria, da Cilícia e da Ásia, puseram-se a discutir com Estevão; mas não conseguiam resistir à sabedoria e espírito com que falava. Então subornaram alguns que declararam tê-lo ouvido blasfemar contra Moisés e contra Deus. Amotinaram o povo, incluindo senadores e letrados, chegaram apoderaram-se dele e o conduziram

²⁵ Sinédrio era o mais alto tribunal religioso dos judeus, do qual faziam parte os sumos sacerdotes (o atual e os anteriores), chefes religiosos (anciãos) e professores da Lei. Tinha 71 membros, incluindo o presidente (Jo 11: 47). In: Dicionário e Estudos Bíblicos. 2012. p. 409.

ao Conselho. Apresentaram testemunhas falsas que declararam: - Este homem não para de falar contra este santo lugar e contra a lei. Ouvimo-lo afirmar que Jesus Nazareno destruirá este lugar e mudará os costumes que Moisés nos legou. [...] Ouvindo seu discurso, eles se mordiam por dentro e frangiam os dentes contra ele. Ele, cheio do Espírito Santo, fixando o olhar no céu, viu a glória de Deus e Jesus à direita de Deus e disse: - Vejo o céu aberto e aquele Homem de pé à direita de Deus. Eles deram um grande grito, taparam os ouvidos e se lançaram juntos contra ele, o lançaram fora da cidade e começaram a apedrejá-lo. As testemunhas haviam deixado os mantos aos pés de um jovem chamado Saulo. Enquanto o apedrejavam, Estevão invocou: - Senhor Jesus, acolhe o meu espírito. E, ajoelhado, gritou com voz poderosa: - Senhor, não lhes leves em conta este pecado. E dito isso, morreu. (ATOS DOS APÓSTOLOS 6:8-14; 7:54-60)

Aqui se delineia o método utilizado pelos judeus mais zelosos para alcançar o objetivo de eliminar os dissidentes cristãos: o primeiro passo é a identificação, o segundo é a utilização de seu próprio discurso contra ele mesmo (no caso relatado por Lucas, os falsos testemunhos eram deturpações das palavras do próprio Estevão), e o terceiro passo seria agitar o povo para que houvesse um julgamento rápido seguido por uma execução.

Esse método não havia sido elaborado pelos fariseus, os quais, por influência do próprio Gamaliel, já haviam decidido esperar que o tempo revelasse as intenções dos cristãos e assim eles os julgassem. Paulo era fariseu, mas nesse episódio agiu por contra própria, por zelo particular. Esse não era um método utilizado pelo grupo, mas uma ação isolada, que tinha um objetivo claro e despertava um interesse comum - no caso, eliminar os cristãos. Neste sentido, presume-se que a mudança de atitude de Paulo, de perseguidor a colaborador, veio a somar-se com as ações dos cristãos, sobretudo dos discípulos, não apenas em Damasco, mas em outros pontos importantes do Império, possibilitando a expansão da nova religião para o mundo romano.

Paulo de Tarso já conhecia o Cristo e seus seguidores, pois para persegui-los era preciso conhecê-los e entendê-los. Murphy-O'Connor (1994) afirma que ele provavelmente teria participado de reuniões em que se discutia tanto sobre Jesus quanto sobre as ações dos cristãos. Por isso a visão mística tinha sentido para ele, pois, segundo a tradição cristã, o Cristo que se apresentou a ele e o questionou sobre o porquê das perseguições não lhe era um desconhecido, pelo contrário, desde então se torna para ele um novo e íntimo conhecido. Paulo de Tarso já sabia

tanto sobre o Cristo que a única coisa que faltava era uma comprovação de sua propagada ressurreição, de forma que, após ter supostamente acreditado nessa comprovação, rapidamente mudou de lado e se tornou um cristão (At 9: 22).

Com este acontecimento Paulo de Tarso mudou a direção de suas ações e, segundo a tradição cristã, recebeu de Jesus, por meio dessa visão, o cargo de apóstolo. Neste ponto cabe explicitar uma diferenciação entre discípulo e apóstolo. Paulo nunca foi discípulo, mas se tornou apóstolo, mas de modo diferente dos demais apóstolos, os quais já antes eram discípulos.

De acordo com o dicionário “Estudos Bíblicos” (2012), define-se discípulo da seguinte forma:

É discípulo o que aprende de alguém, ou que segue os princípios de um Mestre, seja de Moisés (Jó 9: 28), ou de João Batista (Mt 9: 14), ou dos fariseus (Mt 22: 16) – mas de um modo preeminente se dá a qualidade de discípulo, ou em geral aos que seguiam Jesus Cristo (Mt 10:42), ou de modo restrito aos Apóstolos (Mt 10: 1). (DICIONÁRIOS: ESTUDOS BÍBLICOS. 2012. p. 118)

Os apóstolos, segundo o mesmo livro, são definidos deste modo:

Foram homens judeus que “enviados” (como indicado pela palavra grega apóstolos), por Jesus para pregar o Evangelho, inicialmente apenas aos judeus e depois também aos gentios, em todo o mundo. “Ele chamou para si os seus discípulos, e deles escolheu doze, a quem ele chamou de apóstolos”. Evangelho de (Lucas 13). (DICIONÁRIOS: ESTUDOS BÍBLICOS. 2012. p. 42).

Os discípulos são tidos pelo cristianismo como profundos conhecedores de Jesus e também de sua causa, de suas expectativas e de seus desejos, uma vez que conviveram e aprenderam diretamente com o Mestre, e só se tornaram apóstolos por terem sido escolhidos e enviados por Jesus (Mc 3: 14-15). Paulo não era discípulo de Jesus, era discípulo de Gamaliel e do farisaísmo (Fabris, 2010), mas após sua conversão se tornou apóstolo de Cristo, de quem, segundo afirmou, recebeu diretamente sua missão de anunciar seu evangelho (At 9: 15). Paulo tinha consciência dessa diferença, tanto que afirma ser o último dentre os apóstolos, referindo-se a si mesmo como um “aborto”²⁶, já que não fazia parte do grupo

²⁶ “apareceu a mim por último como a um aborto.” (1 Cor 15: 8)

original, não tinha sido escolhido para a convivência com o mestre nem tinha aprendido propriamente dele.

Essa distinção entre o Paulo de Tarso perseguidor, e após a conversão, o apóstolo, é algo bastante relevante, principalmente para aquelas pessoas a quem ele dirigiu seus esforços em busca da conversão e da expansão do cristianismo. Ele fez isso principalmente entre judeus da diáspora, nas cidades helenísticas do Império Romano, pessoas que num primeiro momento não aceitavam o cristianismo, como se pode constatar no caso de Estevão, e eram os perseguidores (At 6: 9). Como apóstolo ele se sobressaía aos demais, os antigos discípulos de Jesus, porque eles não eram judeus da diáspora, mas Paulo de Tarso sim, e por isso era tido como um igual.

Como judeu da diáspora Paulo de Tarso representava redenção e perdão em sua própria história, características típicas do cristianismo (Mt 06: 14-15), pois como perseguidor era uma ameaça aos cristãos, que o consideravam como pecador, e como tal, se o quisesse, Paulo poderia recorrer à misericórdia deles em busca de redenção de seus atos e de aceitação por seu grupo - e foi justamente isto o que aconteceu. Paulo de Tarso teve muitas dificuldades e atritos com os demais apóstolos, mas mesmo assim conquistou seu espaço dentre eles. Assumiu a evangelização das cidades helenísticas porque era instruído, conhecia profundamente a lei judaica e seus preceitos, e também conhecia o mundo romano assim como o pensamento grego. Ele era um reforço de peso junto aos demais apóstolos, que, como ele, haviam deixado Jerusalém e partido cada qual para uma região distinta para cumprir a ordem que, conforme a tradição, o próprio Cristo lhes deu, de ir fazer discípulos entre todas as nações (Mt 28:19).

Paulo, ao lado de Pedro, foi aquele que indicava o caminho e lançava as bases sólidas da forma de pensar e agir dos cristãos, agregando novos conceitos e categorias ao que antes era uma simples dissidência do judaísmo, tanto que Dunn (2003) afirma que Paulo de Tarso é o segundo fundador do cristianismo, dada a teologização dos preceitos cristãos empreendida por ele, teologização que permitiu a Paulo lançar conceitos que formassem ou educassem os homens de seu tempo segundo o cristianismo. Sua conversão na estrada para Damasco alterou sua trajetória de vida, permitindo-lhe aproveitar seus conhecimentos - que deveriam ser utilizados para indicar o que era errado em relação ao judaísmo - para justificar e

atrair povos de muitos lugares do Império Romano para o cristianismo, que ele próprio perseguira, conforme Atos do Apóstolos 13: 13-52.

Figura 2 – *Pedro e Paulo*, Grafite (séc. IV), Vaticano, Museus Lateranenses.



Fonte: FABRIS, 2010, p. 418

A importância da pessoa de Paulo para o desenvolvimento do cristianismo exige uma análise mais profunda das relações existentes entre Paulo e os grupos a quem ele se dirigia no trabalho de difusão do cristianismo. Paulo de Tarso não se dirigia apenas aos judeus da diáspora, mas também aos homens e mulheres das colônias romanas da Grécia da Ásia, e até mesmo aos da própria Roma. Para se fazer ouvir e para ter sua mensagem efetivada entre essas pessoas ele precisava de um ponto de aproximação, algo que gerasse uma primeira empatia, que chamasse atenção para o que ele pretendia difundir, e nesse ponto se destaca seu *status* social: o fato de Paulo de Tarso vir de uma família de origem judia propensa ao trabalho e de se dispor a trabalhar é tão importante quanto sua formação intelectual, recebida em Tarso ou em Jerusalém.

Lucas, ao inserir Paulo de Tarso em sua narrativa no livro dos *Atos dos Apóstolos*, não cita, em nenhum momento antes da conversão, a profissão de Paulo, sua inclinação ao trabalho ou sua formação religiosa como judeu, mas após sua conversão, à medida que Paulo ganha destaque na difusão do cristianismo, Lucas cita até mesmo a sua profissão de construtor de tendas. Isto indica que a manutenção do seu *status* social também fazia parte de sua estratégia de formação de uma mentalidade nova entre os homens aos quais propunha o cristianismo, pois, segundo *Atos dos Apóstolos*, quando estava em Corinto ele trabalhava ao longo da

semana e no sábado ia até a sinagoga para pregar tanto a judeus quanto a gregos (At 18: 1-4). Com isso Lucas queria dizer que Paulo se dedicava com o mesmo afinho a duas funções: trabalhar e evangelizar.

3.5 PAULO DE TARSO E O TRABALHO COMO PROPOSTA FORMATIVA

O cristianismo como religião surgiu como uma proposta de vida que envolvia, além do convertido, todas as pessoas próximas, a chamada comunidade. A proposta cristã não era tão simples, porque precisava ser aprendida, assimilada e vivenciada em conjunto. Essa prática já era difícil para os judeus, dado o teor de sua novidade em relação aos costumes e às tradições já estabelecidas e o fato de que o cristianismo tinha uma grande proximidade com o judaísmo, já que Jesus era judeu (CHEVITARESE. 2006. 162). Se os judeus tinham essa dificuldade, muito mais a tinham os povos romanos e helênicos. Este fato justifica a afirmação de que o cristianismo surgiu como uma ação formativa direcionada para os judeus e para os povos não judeus.

Conforme Melo (2001), a proposta pedagógico-doutrinária levada pelo cristianismo não recebeu de Jesus fundamentos teóricos que dessem base para uma “pedagogia”, função que por isso foi realizada por Paulo de Tarso, “que fez dos ensinamentos de Jesus um fato pedagógico universal” (MELO. 2001. p.98). Considera-se também, o que assinala Klauck (2011), não somente sobre o cristianismo, mas sobre qualquer religião:

Com o auxílio de um acesso inspirado pela sociologia, pode-se descrever a religião como uma espécie de sistema de signos que formula estados de coisas importantes para a sociedade, porém não os nomeando diretamente, mas sim de modo simbólico, e de tal maneira que os participantes desse jogo linguístico nem mesmo estão cientes do exato significado. (KLAUCK. 2011. p. 89)

Nesse sentido, o cristianismo constrói e difunde um sistema de símbolos próprios, que ao ser assimilado pelos fiéis implica uma nova forma de entender a sociedade, as relações e inclusive as ações dos homens, algo que pode ser encontrado nos escritos de Paulo de Tarso, onde o cristianismo formula-se na sociedade, justamente, como esse tipo de educação informal, assistemática e

prática, conforme apresentado por Klauck (2011), onde não é nomeado como educação ou pedagogia, mas como anúncio e conversão. Ao se converter, o cristão não perde seus *status* social ou civil, mas assume para si outra forma de vivenciar sua prática social. Murphy-O'Connor (1994) fundamenta a afirmação acima quando escreve que toda a perspectiva de realidade que Paulo tinha estava condicionada a sua visão ou entendimento sobre o Cristo, logo "(...) sua compreensão do que a humanidade podia e devia ser estava enraizada em sua compreensão da humanidade de Cristo" (MURPHY-O'CONNOR. 1994. p. 33).

Também Melo (2001) salienta essa "imitação de Cristo" como fator central da pedagogia cristã, inferindo que, "(...) em suma, com a pedagogia paulina, a educação cristã converteu-se, operativamente, num processo que visava obter a plenitude humana e sobrenatural" (MELO. 2001. p.99). Após a conversão o cristão buscava aproximar sua vida das práticas pregadas pelo Cristo, e nessa atitude encontrava sua plenitude nos dois aspectos - o humano e o sobrenatural. O cristianismo deveria ser ensinado, e Paulo se propôs a organizar e difundir esse cristianismo como forma de vida, e ao fazer isso, desenvolveu seu método formativo, de maneira que num primeiro momento o trabalho figurou como um chamariz para o cumprimento dessa formação, ou seja, um princípio de abordagem, pois o cristianismo se desenvolveu por primeiro junto aos escravos, o grupo destinado ao trabalho no mundo romano do século I.

Cabe ressaltar que o trabalho não é método pedagógico, mas conforme as indicações apresentadas acima, ele é o meio que torna possível a assimilação, a empatia e a prática daquilo que, segundo a tradição, foi proposto por Jesus e ensinado por Paulo (1Tm 4: 10-12). Retornemos ao conceito de *status* social. No mundo antigo, para garantir a sobrevivência os homens pobres precisavam se dedicar ao trabalho, e embora os gregos e romanos pobres não encontrassem nobreza no ato e encarassem o trabalho para a sobrevivência como uma fatalidade, para os judeus ele era uma prática comum e muito bem vista (KAUTSKY, 2010). Por isso Paulo utiliza o trabalho como forma de inculturação, fazendo com que sua crença e seu modo de viver fossem mais facilmente compreendidos pelas pessoas mais simples do mundo romano.

Paulo de Tarso incorpora à sua prática pedagógica um princípio de inculturação²⁷. Ao discorrer sobre essa forma de evangelização inculturada, Abreu (2006) apresenta algumas afirmações que estão de acordo com o método de Paulo. Afirma o autor: “Para evangelizar ou exercer a ação evangelizadora é preciso penetrar também na cultura como o conjunto das relações e significados, das produções e manifestações dos diversos povos” (ABREU. 2006. p. 79). Paulo procurou vivenciar a realidade social daquelas pessoas a quem ele pretendia formar como cristãos, fazendo com que sua ação tivesse peso.

Compreende-se que Paulo tinha facilidade com a cultura romana e grega devido a sua ascendência, mas no que se refere ao social, seu *status* também deveria favorecê-lo, por isso ele trabalhava com as próprias mãos nas comunidades que iria evangelizar, e desse trabalho tirava seu sustento, pois ao fazer isso - algo a que já estava habituado – chamava a atenção dessas pessoas e despertava nelas a busca da vivência cristã. Inúmeras são suas exortações e admoestações em que utiliza como pano de fundo o trabalho, confirmando que este tinha caráter formativo dentro de sua proposta (1 Ts 4: 10-12; 2 Ts 3:10-12; 1 Tm 5:8, Ef. 4:28).

O anúncio do que chamavam de “Boa nova”, mais do que apresentar apenas a pessoa de Jesus, era ensinar a sua proposta e também um modo de vida. Toda forma de ensino percorre certo itinerário: primeiro estudar, depois planejar e por fim, articular, Paulo de Tarso fez esse mesmo percurso. Quando jovem, estudou, conheceu e aprendeu os ensinamentos aos quais teve acesso tanto em Tarso, quanto em Jerusalém, e após sua conversão, depois de três anos, reuniu-se com Pedro e alguns apóstolos, provavelmente para planejar como agir e onde agir (Gl 1: 17-18), e após essa reunião Paulo assumiu sua ação de expandir o cristianismo, articulando sua ação evangelizadora por seu exemplo.

De acordo com Dettwiler (2011), ao articular sua ação, Paulo de Tarso fundou o que se entende como a primeira escola cristã direcionada à expansão e manutenção do evangelho, difundida por meio de suas cartas seus, que eram endereçadas a várias regiões do Império romano, por causa dos mais variados motivos, mas todas continham em sua essência o ensinamento da fé (cabe aqui referir que o envio de cartas era uma prática comum na Antiguidade, e Paulo de

²⁷A expressão Inculturação refere-se a um neologismo específico da linguagem cristã. Trata-se de um termo típico do linguajar teológico e de recente utilização no discurso missiológico (ABREU. 2006. p.84)

Tarso utilizou esse recurso para atingir seus objetivos). Conforme assegura Schnelle (2010), ao dirigir-se aos romanos e aos gregos ele se valia de princípios próprios do mundo clássico para aproximá-los da fé, pois, mesmo que os primeiros a terem acesso às cartas fossem judeus da diáspora, o contato deles com esses dois mundos os influenciava diretamente, logo, precisavam dessa atenção diferenciada em seu ensinamento.

Paulo de Tarso fundou o que se entende por “Escola paulina” tendo por base a inculturação, de forma que por meio de suas cartas é possível compreender o que foi sua ação para a formação do povo. Relacionando as situações do cotidiano com os preceitos cristãos ele influenciava sua comunidade e ao mesmo tempo era influenciado por ela - prática que continuou por muitos cristãos após Paulo. Sobre essa escola e suas práticas Schnelle (2010) afirma:

Paulo fornecia a seus colaboradores e comunidades soluções para questões polêmicas, reflexões teológicas que determinavam os rumos e orientações éticas; ao mesmo tempo, ele mesmo era fortemente influenciado em seu pensamento por colaboradores e por transformações nas situações das comunidades. Finalmente, a suposição de uma escola paulina oferece uma ideia acerca do processo da formação de teologia, assim como ele se reflete nas cartas paulinas através da interação de argumentação situativa, instrução de validade geral e tradição fundamental. (SCHNELLE, 2010. p. 181)

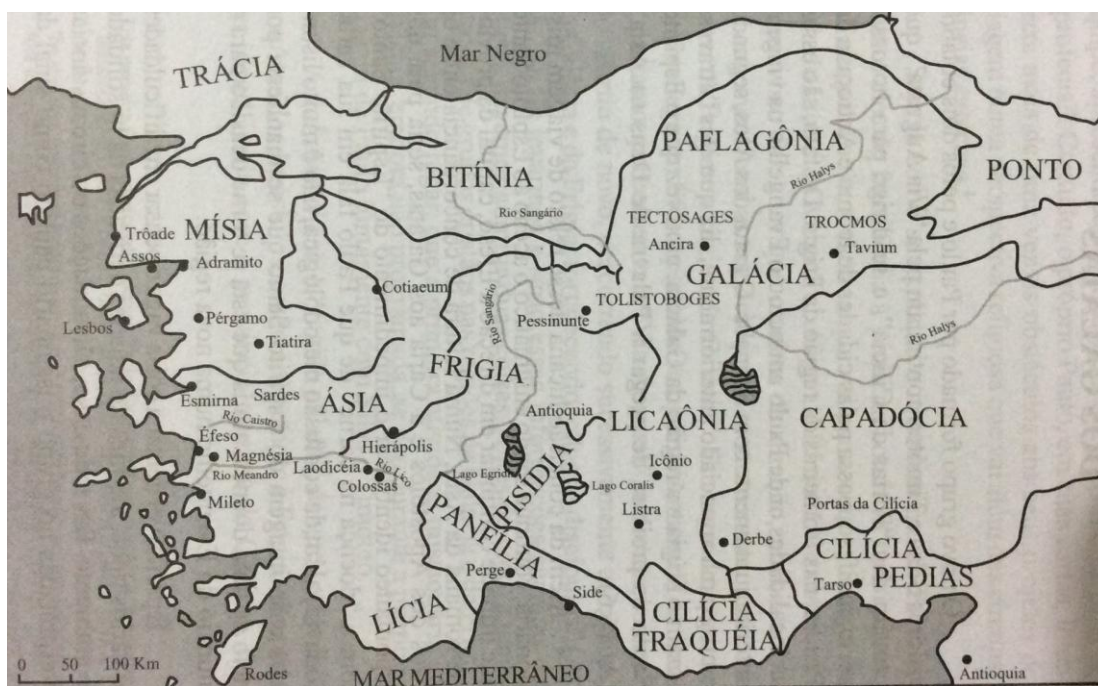
A suposta Escola paulina, voltada para a formação do homem, não só mudou a crença de homens e mulheres, mas reorganizou valores judaicos, preceitos cristãos e pensamento grego e romano, despertando uma nova forma de se compreender a humanidade, conforme o próprio Cristo (MURPPHY-O’CONNOR. 1994). Foi esse novo homem, embasado no Cristo, que organizou, em longo prazo, uma nova sociedade. Para entender melhor o que foi a ação formativa da chamada “Escola paulina” a pessoa precisa se aprofundar nas cartas enviadas por Paulo de Tarso aos cristãos de várias comunidades, pois essas cartas permitem a percepção sobre em que consistia, concretamente, a missão proposta por Paulo. Conforme Schnelle (2010), nelas é possível encontrar informações que indicam que Paulo de Tarso não anunciava o evangelho apenas nas sinagogas, mas de diversas formas e em vários lugares: em casas privadas, nas praças públicas, em salas alugadas e até por meio de seu trabalho artesanal, que lhe garantia independência financeira,

liberdade intelectual e contato estreito com os colaboradores, o que lhe permitia uma ação formativa direta.

4. O TRABALHO NO EPISTÓLARIO PAULINO: CARIDADE, SERVIÇO E CONSTRUÇÃO DO REINO

As cartas paulinas são fruto do esforço empreendido por Paulo de Tarso, durante seu trabalho de pregação do cristianismo. Neste período ele percorreu grande parte das províncias romanas, começando pela Palestina, passando pela Grécia até chegar à Ásia Menor, e nesses lugares foi criando laços, fazendo amigos e pregando a fé cristã. Ao deixar uma comunidade e se dirigir para outras cidades, com a intenção de divulgar a nova fé, ele corria o risco de que seu trabalho e ensinamentos naquele lugar se perdessem, por isso ele utilizava as cartas como forma de garantir que seus ensinamentos não fossem esquecidos ou deturpados (Fabris, 2010).

Mapa 2 – A Ásia Menor no Tempo de Paulo de Tarso.



Fonte: FABRIS, 2010, p. 281.

Paulo nutria forte afeição, respeito e senso de responsabilidade para com essas comunidades, tanto que, mesmo após partir dos locais onde ajudara a fundar as comunidades cristãs, ainda mantinha contato com elas por meio de correspondências, direcionando, exortando e admoestando os fiéis daquelas comunidades. Essas cartas paulinas se tornaram, na Igreja nascente, os primeiros livros sagrados do Novo Testamento, e só mais tarde os evangelhos – mais recentes

que as cartas – foram agregados a elas, formando o que conhecemos por Cânone²⁸ Bíblico (BECKER. 2007).

É essencial entender, discutir e reconhecer a importância destes escritos para a formação/educação do homem cristão, pois permite conhecer também o próprio mundo cristão que estava germinando e que floresceria ao longo do milênio seguinte. As informações já expostas sobre o Império Romano e sobre a pessoa de Paulo de Tarso possibilitaram traçar um panorama político, cultural, social e geográfico que auxilia no entendimento do contexto no qual as cartas paulinas foram escritas e para quem foram direcionadas. Os conhecimentos sobre o século de Augusto e toda a rigidez de seu aparato político, a amplitude de sua extensão geográfica e a sua influência social e religiosa sobre os povos, sobretudo na região grega do Império, permitiram entender por que as cartas - mesmo ressaltando os valores cristãos - possuem referências ao Império, ao culto ao imperador e à forma como os pobres destinados ao trabalho eram percebidos e tratados. Por sua vez, as informações sobre a pessoa de Paulo, suas origens e sua formação, tornam possível entender por que as cartas que fundamentam o cristianismo e sua prática são essenciais para se estabelecerem as diferenças e aproximações entre a cultura e a filosofia grega e a fé e a tradição judaica.

Conforme afirma Barbaglio (1989), as cartas escritas por Paulo de Tarso em suas atividades missionárias e pastorais e os diversos temas nelas contidos não são apenas a grande herança espiritual do apóstolo, são também as fontes que tornam possível entender sua influência e as mudanças de hábitos propostas pelo cristianismo aos povos gregos e romanos e aos judeus da diáspora que conheceram cristianismo por meio de Paulo, ou seja, essas fontes não figuram apenas como obras literárias e intelectuais, mas como manuais práticos concebidos durante a ação. Considerando-se esse fato, a análise do discurso de Paulo nessas cartas permite delinear a maneira como ele conduzia a formação do homem no início do cristianismo.

4.1 AS FONTES DO PERÍODO PROTOCRISTÃO

²⁸ Cânon ou Cânone: Regra, preceito. Decisão conciliar sobre matéria de fé ou disciplina católica. Catálogo, relação, lista. In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/C%C3%82NONE> [consultado em 21-02-2015].

O início do cristianismo é marcado pela ausência de fontes primárias que sistematizem o seu surgimento e desenvolvimento. O relato mais popular deste período foi deixado pelo cristão Lucas, autor de um dos evangelhos que narram os feitos de Jesus e também do Livro dos Atos dos Apóstolos, onde estão contidos os primeiros feitos dos seguidores de Jesus e os primeiros anos deste grupo de pessoas em comunidade.

Além de Lucas, os outros três evangelhos também trazem essa particularidade de transmitir a essência dos ensinamentos de Jesus e seu surgimento. Caldas (2006) define que este período, compreendido como o início do cristianismo, vai além do período contemplado nos evangelhos e nos Atos dos Apóstolos; ele está datado entre a morte de Jesus (provavelmente no ano 33 d. C.) e a conversão de Constantino, por volta do ano 337 d. C.; ou seja, são três séculos que marcam o chamado período protocristão, com sua origem e seu desenvolvimento. Sobre isto afirma Caldas (2006):

Este período pode ser dividido em três fases: a) a primeira fase está situada entre a época da vida de Jesus até o ano 100, data em que a maioria dos contemporâneos de Jesus já havia falecido; b) a segunda fase vai do ano 100 ao ano 250, no momento em que o Cristianismo se propagava fora da Palestina, principalmente nas províncias romanas antigas (Síria, Ásia Menor, Egito e, é claro, pela Itália, especialmente Roma), sem, no entanto, constituir uma religião universal; c) o terceiro momento abrange a época em que o Cristianismo foi mais intensamente perseguido pelo Estado romano (entre 250 e 311) até sua aceitação como religião do Estado imperial romano a partir de 391. (CALDAS. "Vida e Morte no Cristianismo Primitivo". Revista Cantareira – Revista Eletrônica de História. Vol. 1, n.º 3, 2004)

Conforme a citação acima, a primeira fase de desenvolvimento do cristianismo foi aquela em que os contemporâneos de Jesus estabeleceram as bases do que seria essa religião. Especialmente as primeiras três décadas deste primeiro período foram relevantes, pois foi durante elas que o cristianismo esboçou suas características principais, seus valores e suas opiniões sobre o mundo e sobre a relação com ele. Este foi o tempo em que ocorreu a expansão dos ensinamentos de Jesus sobre os aspectos inerentes à vida dos seres humanos daquele período. Desses ensinamentos não foi deixado de lado o trabalho - fosse ele independente ou escravo - pois era a força motora tanto da vida das pessoas quanto do Império

Romano, e segundo os conceitos cristãos, também deveria ser a força que viria a tornar possível a instauração do chamado “Reino de Deus”.

Kautsky (2010) aponta a dificuldade de obter fontes não cristãs e sobre isso comenta que a referência feita a Jesus por Flávio Josepho é na verdade uma interpolação e que não foi escrita por Josepho, mas provavelmente por um copista cristão no século III. Com esse fato, Kautsky (2010) afirma que restaram como fonte não cristã apenas os comentários contidos nos Anais de Tácito, onde este narra a acusação de Nero aos cristãos, responsabilizando-os pelo incêndio de Roma. Mesmo as fontes cristãs contidas no Cânone Bíblico não são as mais fidedignas, uma vez que nem todas foram escritas pelos autores de quem levam os nomes e que houve certa distância entre sua escrita e os fatos acontecidos, o que permitia a inclusão de algum acontecimento mais miraculoso do que de fato havia sucedido. Segundo Kautsky (2010), na época isto não era uma exclusividade dos cristãos, mas uma prática muito comum na literatura religiosa, fosse ela judaica ou clássica. Dessa forma, as cartas paulinas figuram como fontes seguras para o entendimento da mentalidade cristã do período proposto.

4.1.1 AS CARTAS PAULINAS COMO FONTES PROTOCRISTÃS: ESTRUTURA E CONTEÚDO

Fruto do primeiro período de expansão do cristianismo, as cartas escritas por Paulo de Tarso para as comunidades cristãs de várias províncias romanas retratam as realidades dessa época e salvaguardam os ensinamentos do cristianismo nascente. A mais antiga menção ao epistolário paulino se encontra numa lista de livros sagrados do final século II, o chamado Cânone de Muratori²⁹, um texto escrito em latim bárbaro que apresentava os 22 livros escolhidos pela Igreja para serem lidos publicamente na liturgia. Neste relato já se encontram todas as cartas que, segundo a tradição, foram assinadas por Paulo de Tarso (FABRIS, 2010).

Esse fato comprova a influência dessas cartas na formação e organização da Igreja primitiva. Das cartas que estão no Novo Testamento temos nove destinadas a igrejas locais ou comunidades e quatro destinadas a amigos que o cristianismo considera também como colaboradores, somando um total de treze cartas. Além

²⁹ Chama-se assim porque foi encontrado e publicado pela primeira vez por Ludovico Antonio Muratori. (Fabris. 2010. p.655)

dessas treze soma-se ainda a Carta aos Hebreus, ou judeus, que não se encontra no Cânon de Muratori e que foi, durante um bom tempo, rejeitada pela Igreja de Roma, que acreditava de não ter sido escrita por Paulo; mas com o tempo também essa carta foi considerada importante e passou a integrar o epistolário paulino encontrado no Cânone Bíblico.

Qual a motivação de Paulo de Tarso para escrever tantas cartas? Paulo tinha assumido em sua conduta certa responsabilidade pelas comunidades por ele fundadas ou que dele receberam apoio e direção, o que por si só já justifica a coleção de quatorze cartas encontradas no Novo Testamento consideradas de sua autoria; mas Drane (1982) expõe outra justificativa interessante para a origem das cartas paulinas: Paulo de Tarso escreveu suas cartas com o intuito de ensinar o que convinha para que as comunidades cristãs – sobretudo as da Grécia, da Ásia e da Síria – pudessem viver segundo essa nova religião, como bons cristãos, seguindo os preceitos de Cristo. É então de perguntar: se o próprio Paulo havia fundado essas comunidades e pregado diretamente para essas pessoas, por que escrever cartas posteriores à sua ação para ensiná-las?

Desde muito tempo as principais cidades das províncias romanas abrigavam comunidades judaicas, formadas por judeus da diáspora. Esses judeus foram os primeiros a se converterem ao cristianismo, e muitas vezes olhavam com reprovação a conversão dos gregos, romanos e sírios à religião cristã. Quando se convertiam pessoas pertencentes a esses grupos, considerados pelos judeus como “gentios”, esses novos cristãos tinham contato primeiro com os cristãos advindos do judaísmo, e com eles conheciam também a tradição veterotestamentária e todas as suas prescrições, regras e proibições. Desse contato surgia nos neoconvertidos o receio de terem que seguir e observar todas essas leis, o que provavelmente os deixava numa situação complicada (DRANE, 1982). Quando Paulo de Tarso tomou ciência dessa situação utilizou as cartas como forma de ensinar e formar os cristãos de origem clássica - e também, de origem judaica - sobre como deveriam agir, depositando nessas cartas toda a essência da novidade que o cristianismo apresentava, tanto no mundo greco-romano como no mundo judaico.

Os estudos de Bosch (1997) confirmam essa afirmativa – de que as cartas eram escritas conforme surgiam as necessidades nas comunidades - quando ele ressalta a ideia de que as cartas paulinas são fontes fidedignas a respeito das origens do Cristianismo, não porque trazem mais informações sobre esse período,

mas, principalmente, porque trazem informações constituídas a partir de fatos reais, ocorridos na própria comunidade:

Sob o ponto de vista do historiador, a contribuição das cartas de Paulo para a história das origens cristãs é incomparavelmente superior à de qualquer outra fonte: não porque digam mais coisas, mas porque diz *com fatos* concretos e com confiabilidade total. Por isso, as cartas de Paulo são *pedra de toque* sempre que se fala das origens da Igreja (BOSCH. 1997. 14).

Nessa categoria de fontes essenciais do cristianismo, os escritos de Paulo compõem parte fundamental do Novo Testamento. As cartas de Paulo formam o chamado *conjunto epistolar paulino*, que pode ser classificado, do ponto de vista teológico e histórico, em dois grandes grupos. O primeiro grupo é considerado como as cartas autênticas, ou seja, aquelas que segundo a tradição cristã foram escritas pelo próprio Paulo de Tarso e nas quais é possível encontrar vestígios que indiquem ou comprovem essa afirmação. Esse conjunto pode ser chamado de Cartas Protopaulinas e nele estão contidas as seguintes cartas: 1 Tessalonicenses, Gálatas, 1 e 2 Coríntios, Romanos, Filipenses e Filemon. O outro grupo epistolar, que possivelmente foi escrito por seguidores de Paulo, é chamado de Cartas Canônicas. Nesse grupo podem-se incluir as cartas consideradas Deuteropaulinas, que são Efésios, Colossenses e 2 Tessalonicenses, e também as chamadas Cartas Pastorais, 1 e 2 Timóteo e Tito, bem como a carta aos Hebreus, que pode ser considerada um escrito à parte (Silva, 2005).

As cartas ganharam na prática evangelizadora de Paulo de Tarso um espaço central e passaram a ser vistas não somente como um artifício para substituir a presença do apóstolo, mas como uma forma distinta e persistente de propagar o ideal cristão e seu modo de vida; em outros casos as cartas eram mais eficazes na resolução de um problema do que uma conversa direta (SCHNELLE, 2010). Fabris (2010) afirma que o epistolário paulino figura como pequenos manuais em forma de cartas, concebidos para auxiliar na organização das Igrejas. Isso pode ser facilmente comprovado ao se analisar a estrutura das cartas. Exemplos disso são os verbos “ensinar” e “exortar”, que são encontrados de forma recorrente em sua obra, ou a autoapresentação que Paulo de Tarso faz como remetente, deixando claro qual era sua posição dentro da Igreja: segundo ele mesmo, teria sido chamado pelo próprio

Jesus para exercer o papel de apóstolo, o que lhe conferia autoridade para ensinar e admoestar os cristãos.

Sobre a estrutura do corpo epistolar paulino, Barbaglio (1989) faz as seguintes observações:

As cartas paulinas apresentam um esquema estrutural semelhante ao que era costume na época: o endereço, com os nomes do remetente e do destinatário, uma saudação e, frequentemente, um breve preâmbulo, introduziam o corpo da carta, que esse concluía com augúrios e saudações. No entanto, vistos mais de perto, mesmo os elementos comuns como gênero epistolar greco-romano apresentam relevantes particularidades. As qualificações teológico-religiosas do remetente e do destinatário e as fórmulas litúrgicas que aparecem no endereço e na conclusão não encontram paralelo externo. Baste-nos citar a introdução de 1Cor e o final de 2Cor: “Paulo, por vocação de Jesus, segundo a vontade de Deus, e o irmão Sóstenes, à Igreja de Deus que está em Corínto, a todos aqueles que Deus santificou por meio de Jesus Cristo, aos santos por vocação, com todos os que em qualquer lugar, invocam o nome de nosso Senhor Jesus Cristo, Senhor deles e nosso; a vocês, graça e paz da parte de Deus, nosso Pai, e do Senhor Jesus Cristo” (1,1-3); “A graça do Senhor Jesus Cristo, o amor do Pai, e a comunhão do Espírito Santo estejam com todos vocês” (13,13). (BARBAGLIO, 1989. p. 40-41)

Barbaglio (1989) ainda afirma que, geralmente, o corpo epistolar paulino segue o costume de fazer uma introdução por meio de “um agradecimento a Deus pelo florescimento da vida cristã na comunidade destinatária” (BARBAGLIO. 1989). O mesmo autor também afirma que as cartas apresentam como estrutura básica uma rica variedade de formas de expressão – *Maranatha*, *Abbá*, *Antáthêma*³⁰ - e de gêneros literários, como o gênero hínico, encontrado em Filipenses 2: 6-11 (hino cristológico) e no capítulo 13 de 1 Coríntios (hino ao amor), além dos numerosos trechos autobiográficos, que colocavam a comunidade destinatária a par do que ocorria em outros lugares (cf. 1Ts 2: 1-16; 2Cor 1: 2-13; Fl 1: 13-14). A apologia e a polêmica também eram constantes nas cartas de Paulo, estando presentes em grande parte de seu epistolário. O trecho de 2Cor 2: 14-7,4 é conhecido como carta apologética, e em Fl 3: 1-21 encontra-se uma situação polêmica, quando Paulo faz duros ataques a um inimigo que é mantido em anonimato. Seu caráter exortativo é outro aspecto a ser considerado sobre a estrutura das cartas paulinas, cujas

³⁰ Maranatha: “vem, Senhor!”; Abbá: “Pai” e Anáthêma: “seja maldito!” (BARBAGLIO, 1989. p. 41)

passagens exortativas também podem ser chamadas de parenéticas³¹. Essas exortações poderiam ser inspiradas por um motivo específico. No caso de Rm 13: 1-7, por exemplo, a exortação é motivada pela contestação da autoridade; em outras situações o motivo era a necessidade de especificar vícios e virtudes, como é o caso de 2Cor 10: 1, em que as virtudes do Cristo são propostas para serem copiadas pelos cristãos.

4.1.2 A POPULARIZAÇÃO DAS CARTAS PAULINAS NAS COMUNIDADES PROTOCRISTÃS E SUA CLASSIFICAÇÃO

Cabe ressaltar que Paulo de Tarso “mais do que mandar, ele pede, exorta, suplica, encoraja. Sua palavra, porém não perde valor, pelo contrário, pois em sua voz ressoa o apelo [...] de Cristo” (BARBAGLIO. 1989. p. 43). É esse apelo de Cristo, segundo o cristianismo, contido nas palavras de Paulo, que garante outro aspecto de seu conjunto epistolar a ser ressaltado: a atemporalidade de sua escrita. Suas cartas vão além do destino original, o que permitia que esses escritos pudessem ser utilizados também fora da conjuntura na qual foram concebidos, possibilitando uma troca de cartas entre as comunidades cristãs (FABRIS, 2010). Esse costume de trocar cartas paulinas colaborou muito para a popularização dos escritos de Paulo de Tarso no século I. Considera-se que essa prática de trocar as cartas gerava um vínculo muito forte entre Paulo e os cristãos, tanto que após sua morte a tendência de copiar e trocar suas cartas entre as comunidades fundadas por ele ganhou ainda mais força, pois o sentimento de filiação existente entre o apóstolo e essas comunidades era tão intenso que tornava cada cristão advindo do mundo clássico um destinatário em potencial de suas cartas (FABRIS, 2010). Um exemplo que ilustra esse fato é a expressão paulina contida na carta ao Filipenses: “Repetir-vos por carta as mesmas coisas, não é pesado para mim e é seguro para vós” (Fl 3, 1).

Sobre isso, Fabris (2010) ainda indica que Paulo atribuía às suas cartas uma função respeitável, pois elas deveriam servir para a orientação dos cristãos e para a vida das comunidades, dando normas para que a carta destinada a uma

³¹ Parénese: Exortação. Discurso moral. Sermão. In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/par%C3%A9nese> [consultado em 21-02-2015].

comunidade fosse levada ao conhecimento de todos os grupos que a compunham, confirmando que as cartas, mesmo sendo endereçadas especificamente a uma comunidade ou uma pessoa, eram utilizadas de forma comum por várias pessoas e grupos. Isso explica por que a tradição paulina ainda é tão forte na Igreja. O fato é que as comunidades cristãs de fora da Palestina, com o tempo se tornaram inúmeras, pois a influência do pensamento paulino exposto nas cartas se estendeu a muitos lugares. Além disso, os cristãos de Roma, que naquele momento era o centro do mundo conhecido, adotaram e acolheram os preceitos de Paulo, fato que deu ainda mais peso a seus ensinamentos e sua forma de propagar o cristianismo.

4.2 O CONCEITO DE TRABALHO PARA OS CRISTÃOS E OS INDÍCIOS DO CARÁTER FORMATIVO DO TRABALHO NAS CARTAS DE PAULO

As fontes bíblicas não são alheias ao conceito de trabalho, desde que foram concebidas sempre deram destaque para esse conceito, que é relevante em qualquer grupo humano, seja qual for sua origem, civilização ou temporalidade. O grupo de livros sagrados dos judeus do Antigo Testamento já fazia referências importantes sobre o ato de trabalhar, formando desde cedo a mentalidade e os costumes dos judeus para essa prática. Exemplo disso é o fato de que, segundo o mito judaico-cristão da criação, o homem, desde seu início, já estava fadado ao trabalho, como narra o Livro de Gênesis 3: 17-19:

E disse ao homem: - Porque deste atenção à tua mulher e comeste da árvore proibida, maldito seja o solo por tua culpa: dele comerás com fadiga enquanto viveres; para ti produzirá cardos e espinhos e comerás erva do campo. Com o suor de tua fronte comerás o pão, até que volte à terra, porque dela te tiraram pois és pó e ao pó voltarás. (GÊNESIS 3:17-19)

Seguindo esse costume, outros livros do Antigo Testamento destacaram uma visão mais positiva do trabalho, de modo que ele deixou de ser visto como uma maldição, como narrado no excerto acima, e passou a ser entendido como uma virtude; por isso um homem dedicado ao trabalho era valorizado dentro da sociedade judaica e diferente do homem dado à preguiça: “Os desejos matam o preguiçoso, porque suas mãos se negam a trabalhar” (PROVÉRBIOS 21: 25). O judeu era instigado a ser aplicado em tudo o que fazia, especialmente no seu

trabalho, já que seu futuro era visto como incerto: “Tudo o que estiver a teu alcance faze-o com empenho, pois não se trabalha nem se planeja, não há conhecer nem saber no Abismo para onde te encaminhas” (Ecl 9, 10). Com isso, compreende-se que a tradição judaica já trazia uma relação próxima entre religião e trabalho, uma relação em que a religião inspirava a ação dos homens para o trabalho regulando suas vidas.

Os exemplos acima citados permitem uma análise comparativa entre judeus e o pensamento greco-romano. De um lado está a mentalidade das classes dominantes do mundo romano, que valorizavam o ócio produtivo e a intelectualidade e para as quais o trabalho manual existia, era importante, mas entendido como uma fatalidade destinada apenas aos mais pobres, de modo que os poderosos trabalhavam apenas pelo *status* e não pela importância do ato em si, influenciando negativamente a forma como as camadas mais baixas dessa sociedade compreendiam a si mesmas; do outro lado está a relação dos judeus com o trabalho, que era muito mais austera, contemplando-o como uma dádiva divina e uma necessidade social, de maneira que os que estavam impedidos de trabalhar eram vistos como um fardo para a sociedade e beiravam à marginalidade, como era o caso das pessoas com deficiências (Jo 9:8).

Paulo de Tarso entende o trabalho da mesma forma que Jesus, que também era judeu e tinha no trabalho um meio de valorização do ser humano e de predisposição para a construção de uma sociedade melhor - o “Reino” - que deveria ser construída por meio do trabalho, que era a realização prática do amor/caridade pregado por Jesus. Esse conceito de trabalho relacionado ao cuidado com o outro, sobretudo o mais necessitado, pode ser ilustrado pela narrativa de Mateus, onde Jesus, por meio de uma parábola, fala sobre o julgamento das nações e revela que o critério do julgamento consiste no serviço/trabalho dedicado ao outro:

Então o rei dirá aos da direita: Vinde, benditos de meu Pai, para herdar o reino preparado para vós desde a criação do mundo. Porque tive fome e me destes de comer, tive sede e me destes de beber, era migrante e me acolheste, estava nu e me vestistes, estava enfermo e me visitaste, estava encarcerado e fostes ver-me. Os justos lhe responderão: Senhor, quando te vimos faminto e te alimentamos, sedento e te demos de beber, migrante e te acolhemos, nu e te vestimos; quando te vimos enfermo ou encarcerado e fomos visitar-te? O rei lhes responderá: Eu vos asseguro: o que fizestes a estes irmãos menores, a mim o fizestes. Depois dirá aos da esquerda: Afastai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno preparado para o Diabo e seus

anjos. Porque tive fome e não me destes de comer, tive sede e não me destes de beber, era migrante e não me acolhestes, estava nu e não me vestistes, estava enfermo e encarcerado e não me visitastes. Eles replicarão: Senhor quando te vimos faminto ou sedento, migrante ou nu, enfermo ou encarcerado e não te socorremos? Ele responderá: Eu vos asseguro: o que não fizestes a um destes mais pequenos, não o fizestes a mim. Estes irão para o castigo perpétuo, e os justos para a vida perpétua. (MATEUS 25: 34-46)

O trecho acima pode ser interpretado de duas formas e em ambas o trabalho se faz importante. Conforme a primeira, Jesus na parábola utiliza como exemplos algumas ações que são próprias de serviçais, de pessoas que geralmente estão a serviço de um amo ou senhor e cujas ações são próprias de pessoas pobres ou de escravos: servir a comida, servir a bebida, vestir a roupa, cuidar dos doentes - indicando que todos deveriam estar a serviço, trabalhando para suprir as necessidades de quem precisasse. Quanto à segunda, os versículos podem ser também interpretados como referência à caridade desatrelada do serviço, vista apenas como o ato de prover o que era necessário ao próximo, e mesmo assim, eles ainda traziam a ideia de trabalho, pois quando são direcionados para pessoas pobres, entende-se que, para que estes pudessem prover às necessidades dos outros precisariam de posses, que só se poderiam adquirir por meio do trabalho.

Paulo de Tarso assumiu este conceito de trabalho apresentado por Jesus e o transmitiu e ensinou durante a evangelização das comunidades greco-romanas às quais ele dirigia suas cartas, exortando-as e ensinando-lhes a observarem-no, já que este conceito era responsável por reensinar os cristãos de origem greco-romana a se relacionarem com o trabalho, que, neste sentido, era a base do exercício da caridade, ou ajuda mútua, como o próprio Paulo indica no capítulo 6 da carta aos Galátas, quando escreve: “Carregais os fardos uns dos outros, assim cumprireis a lei de Cristo” (Gl 6: 2). A lei de Cristo era amar o próximo com a si mesmo (Mc 12: 31), mas de acordo com Pearlman (2012), essa lei pode ser entendida como uma predisposição em trabalhar para o bem do próximo, mesmo que para isso, fosse necessário realizar esforço braçal, por isso, a metáfora de “carregar os fardos” é tão significativa, porque ilustra esse caráter formativo do trabalho em função da prática do bem.

4.2.1 O TRABALHO NAS CARTAS ESCRITAS AOS TESSALONICENSES

Paulo de Tarso, sendo o primeiro a sistematizar de forma escrita os direcionamentos do cristianismo, traz, na essência de suas cartas, esse apelo ao trabalho herdado do pensamento judaico, questão que se tornou explícita em sua primeira carta enviada à comunidade cristã de Tessalônica. Essa carta foi escrita pelo ano 51 ou 52 d. C. manifestando ares de novidade, por ser o primeiro escrito a conter os preceitos dos cristãos. Sobre a cidade de Tessalônica se faz necessário indicar pelo menos três características que permitem entender a relevância do tema na conjuntura dessa cidade no século I. A primeira dessas características é que no século I Tessalônica já era uma cidade respeitável em relação às demais cidades do Império, e de longe, uma das maiores em extensão e população. Nela encontrava-se um grande porto no mar Egeu, o que lhe proporcionava uma posição privilegiada em relação ao acúmulo de riquezas e fazia dela o destino de muitos comerciantes e outras pessoas com posses (FABRIS, 2010). A segunda característica é que, seguindo os costumes da capital do Império, Roma, a cidade mantinha na base de sua sociedade um grande grupo formado pela mão de obra escrava, pois, conforme afirma Silva (2005), dois terços da população eram constituídos de escravos, o que fazia de Tessalônica uma cidade com elevado número de escravos e com um seleto grupo de cidadãos pertencentes às demais classes. A terceira característica era seu caráter plurirreligioso, pois, como outras cidades de sua época, ela mantinha certa dependência ideológica para com a capital do Império; isso obrigava seu povo a cumprir os cultos ao imperador, mas não lhe proibia de cultivar suas próprias práticas religiosas, de modo que a cidade prestava culto a divindades egípcias, gregas e asiáticas, possibilitando uma convivência entre essas crenças e favorecendo o sincretismo (FABRIS, 2010).

Aprofundando um pouco mais essa relação entre religião e trabalho encontrada em Tessalônica, pode-se considerar o culto local ao deus Cabirus, que era de grande destaque entre os habitantes daquela cidade. Segundo esta crença, o jovem deus Cabirus foi assassinado por seus irmãos e, após isso, despontou como divindade foi, cultuado como realeza e um deus no qual o povo depositava a esperança de um retorno triunfante da morte em seu socorro. Este culto exprimia a insatisfação e a esperança das pessoas marginalizadas, que se identificavam com

Cabirus, sobretudo com sua morte, por causa da injustiça que sofriam (MURPHY-O'CONNOR. 2007).

As camadas pobres deste grande centro urbano nutriam nesta prática religiosa a esperança de algum tipo de justiça sobrenatural, mas abandonaram essa crença quando o culto perdeu seu sentido real junto aos pobres. Isto aconteceu quando o grupo governante e as pessoas de condição financeira mais elevada decidiram adotar o culto a Cabirus como culto patriótico local, o que fez surgir, entre as camadas populares, certa antipatia pelo culto a essa divindade local, deixando o povo mais uma vez órfão de religiosidade e à mercê dos cultos estrangeiros e de sua dominação social e ideológica (MURPHY-O'CONNOR. 2007).

Nesta situação, Paulo, Silas e Timóteo introduziram na sociedade tessalonicense o cristianismo, que aos poucos foi ganhando espaço, principalmente entre a população das camadas mais baixas da cidade, que muitas vezes aceitaram o Cristo em associação a Cabirus, já que suas histórias eram parecidas. Nesse panorama compreende-se que o sucesso da missão de Paulo de Tarso nessa cidade se deu junto aos prosélitos³², um grupo de não judeus que, por vontade própria, assumiram para si a religião judaica, agregando-se ao povo judeu pela circuncisão, que nesse tempo já era amplamente difundida³³ em Tessalônica e em outras cidades do Império (Mt, 23: 15. At 2:11; At 13:43). Sobre isso vale ressaltar que nessa época o judaísmo já era conhecido como religião lícita dentro do Império, o que dava liberdade religiosa aos judeus, permitindo-lhes a criação de sinagogas próprias para judeus da diáspora as quais, conseqüentemente, também eram utilizadas por não judeus que, órfãos de um culto local, interessavam-se por outras religiões, entre elas o judaísmo e posteriormente o cristianismo.

Estes prosélitos foram os primeiros a aderir à fé cristã (1T 1:9), e mais tarde a difundir-la junto a outras pessoas de seu grupo social próximo, divulgando em

³² Prosélito: Pagão que abraçava religião diferente da sua. Novo convertido a uma religião, a uma seita ou a um partido. Partidário; sectário. In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/pros%C3%A9lito> [consultado em 24-02-2015].

³³ De acordo com a Bíblia do Peregrino (2011), por vários séculos os judeus desenvolveram grande atividade proselitista com notáveis resultados. Isso indica que o judaísmo se dedicava, já desde algum tempo, à expansão de sua fé, e que havia alcançado sucesso nessa empreitada ao converter pequenos grupos de pessoas de origem greco-romana em várias cidades do Império, dos quais alguns foram os primeiros a se tornarem cristãos nessas cidades, como é o caso de Tessalônica.

Tessalônica a nova religião e fortalecendo a comunidade cristã dessa cidade, especialmente entre os trabalhadores. Murphy-O'Connor (2007) indica que o cenário do ministério de Paulo em Tessalônica era o local onde ele desenvolvia seu ofício de construtor de tendas, inferindo que o local de trabalho do apóstolo era o também o lugar onde ele se dedicava à evangelização dos tessalonicenses. Diante dos fatos conhecidos, duas razões justificam essa afirmação. A primeira é que Tessalônica não tinha nenhum patrono rico convertido ao cristianismo que pudesse prover as necessidades do apóstolo, sendo ele por isso obrigado a trabalhar para sobreviver; e a segunda é que, sendo Paulo de Tarso um judeu, pertencia a um povo que encarava o trabalho como algo dignificante, e por isso não tinha nenhum problema em trabalhar com as próprias mãos ao se encontrar numa cidade onde a maior parte do povo era composta por gente pobre e trabalhadora, grupo de onde provinham os primeiros convertidos: ele aproveitou-se da necessidade de trabalhar para dar continuidade à cristianização já iniciada naquele local.

Com essa atitude Paulo iniciou uma mudança de mentalidade dos tessalonicenses em relação ao trabalho. O cristianismo havia herdado do judaísmo a visão positiva do trabalho, e o próprio Jesus, em suas pregações públicas, fazia questão de instigar seus seguidores a se colocarem a serviço, e algumas vezes, para dar o exemplo, ele mesmo se tornava o servidor que exercia o trabalho com as próprias mãos, conforme Jo, 13: 4-5. Por sua vez, ao se tornarem cristãos os homens e mulheres greco-romanos deveriam também assumir o serviço ao próximo como uma demonstração de fé e conversão. Quanto à mentalidade estabelecida entre os povos clássicos, compreendemos que existia um conflito entre ser um trabalhador manual e ser um trabalhador intelectual, porque havia uma valorização do segundo em detrimento do primeiro. Diante disso, Paulo de Tarso precisava elevar o trabalho manual ao mesmo patamar do trabalho intelectual, para que o cristianismo fosse realmente aceito e vivenciado pelos povos de origem clássica. Como fazer isso? A resposta é simples: por meio do exemplo. Paulo trabalhava com as próprias mãos ao mesmo tempo em que se dedicava a servir/trabalhar para os mais próximos e necessitados (1Ts 2: 9), e assim atrelava o seu exemplo aos ensinamentos do fundador da religião, Jesus, como se vê em Mt 20:28; Mc 10:45.

O cristianismo se difundia nas cidades do Império entre as camadas mais baixas da sociedade, e embora houvesse alguns cristãos abastados, eram os pobres os que mais aderiam à proposta cristã, o que refletia a própria preferência de

Jesus pelos mais pobres (Mt, 25: 35-45). Estar no meio dos pobres, principalmente dos pobres que se dedicavam a algum tipo de ofício, era a principal forma de ensinar-lhes como ser cristãos. Essa prática reafirma a suposição do caráter formativo do cristianismo por meio do exemplo. Para se aproximar daqueles que deveriam ser cristianizados era preciso participar da mesma rotina, estar ao par de suas funções e se identificar com elas: é a isto que chama de “evangelização inculturada”. Essa prática serviu de exemplo para as comunidades cristãs de outras cidades do Império Romano, quando as cartas passaram a ser divulgadas e trocadas entre elas. Sobre o local de trabalho de Paulo em Tessalônica onde acontecia boa parte da evangelizadora, Murphy-O'Connor (2007) escreve o seguinte:

A oficina que ficou sendo o endereço de Paulo era a base estável de uma rede de contatos já organizada pelo seu empregador, por seus fregueses e companheiros de trabalho. Todos esses três grupos tinham suas famílias e amigos; entre eles haveria um contínuo intercâmbio muito variado em diferentes níveis, e disso tudo Paulo tirou proveito (“trabalhando anunciamos” 1Ts 2,9). Essa oficina estaria numa rua movimentada ou num mercado, mundo novo que exigiria ainda mais energias de Paulo. (MURPHY-O'CONNOR. 2007. p. 93).

A referência acima sugere que o local de trabalho de Paulo de Tarso lhe possibilitava estabelecer contato com muitas pessoas, e era para essas pessoas que o apóstolo direcionava seus ensinamentos e sua nova fé, fazendo do trabalho um meio de divulgação do cristianismo. Esses dados apresentados por Murphy-O'Connor (2007) estão de acordo com o que indica a primeira carta de Paulo de Tarso aos Tessalonicenses, pois a carta, em sua ação exortativa, faz referências ao trabalho, de forma que este é o gerador dos outros dois temas relevantes nela contidos - as tribulações e a Parusia³⁴, pois “(...) em consequência das novas relações de trabalho, vieram as tribulações a partir das quais os cristãos apelaram para a Parusia” (SILVA. 2005. p. 30).

Paulo de Tarso assumiu-se categoricamente como um difusor do cristianismo que trabalhava - como se vê em 1Cor 4, 12 -, uma posição diferente de Jesus, que

³⁴ (grego *parousía*, -as, presença, chegada, advento) Crença no regresso de Jesus Cristo no final dos tempos, para o cumprimento do Juízo Final. Crença na segunda vinda de Jesus Cristo à Terra. In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/parusia> [consultado em 25-02-2015].

em sua vida pública não exerceu seu ofício abertamente (segundo a tradição, ele era carpinteiro) , mas nem por isso deixava de ser um homem dado ao trabalho, já que de outras formas exercia também o serviço/trabalho junto os pobres, por meio dos supostos milagres e curas³⁵; além disso, os relatos dos evangelhos estão repletos de parábolas contadas por Jesus nas quais ele utiliza esse gênero didático para melhor se fazer entender e coloca o trabalho, algo próprio da vivência do homem que o cercava, para explicar o que pretendia ensinar (Mt 13:3; Lc 10: 2; Mt 20). Segundo o evangelho de João, Jesus também fez uma referência direta ao valor do trabalho ao afirmar que ele é um trabalhador porque Deus também o é: “Meu Pai continua trabalhando e eu também trabalho” (Jo 5:17). Diante disso, o conceito de trabalho, para Paulo de Tarso, era o mesmo conceito de Jesus: o trabalho era o instrumento pelo qual poderia ser exercido o amor ao próximo, por meio do serviço, e dessa forma seria construído – ou instaurado -, o chamado “Reino de Deus”.

Jesus era judeu e Paulo também o era, por isso ambos haviam crescido em um ambiente de valorização do trabalho, embasando seus ensinamentos nos conceitos herdados do Antigo Testamento e tornando essa ideia cara para o cristianismo. Estes conceitos estão contidos no livro do Deuteronômio, que relaciona o trabalho com a prosperidade: “Lembra-te do Senhor teu Deus. É ele quem te dá força para te criar essas riquezas, e assim, mantém a promessa que fez a teus pais, como o faz hoje” (Dt. 8:18). Esse versículo pode ainda ser relacionado à narrativa do mito judaico-cristão, anteriormente comentado, em que no paraíso Deus entrega ao primeiro homem a tarefa de cuidar do jardim, guardando-o e cultivando-o (Gn 2:15). A palavra cultivar denota ideia de trabalho, estar no paraíso compreendia estar disposto a trabalhar para transformá-lo de acordo com as necessidades do primeiro homem.

Este relato de Deuteronômio indica que, para o judaísmo, o homem recebe de Deus forças para poder trabalhar e produzir os bens necessários para sua sobrevivência, podendo até se tornar próspero, de forma que a força, o trabalho e a prosperidade são dádivas divinas. Este conceito é muito próximo daquele

³⁵ Conforme expresso na Bíblia do Peregrino (2011), as curas e os milagres eram considerados pelos judeus como o exercício de um ofício, o que o caracterizava como trabalho. Referências a esse fato podem ser encontradas em Mt 12: 8-14 e Mc 3: 1-6, em que os doutores da Lei perseguiram Jesus por ter realizado uma cura no dia de sábado, dia dedicado ao descanso e que deveria ser sumariamente guardado pelos judeus.

apresentado por Paulo de Tarso em suas cartas, e neste sentido, aproxima o cristianismo da premissa judaica sobre o trabalho. Silva (2005) indica que o tema trabalho contido na carta aos Tessalonicenses é mais inovador do que parece, pois a proposta paulina de trabalhar com as próprias mãos era completamente oposta à ideologia dos setores dominantes romanos, que desvalorizava o trabalho manual e indiretamente influenciava os setores mais pobres, que realizavam os trabalhos manuais, pois tinham consciência de que eram desprezados por isso e de que não era reconhecido o papel fundamental que exerciam na estrutura do mundo romano. O indício de que Paulo de Tarso se utilizou do trabalho para impor uma formação/educação para os homens de Tessalônica, colocando fim a esse conflito social que vigorava na mentalidade dos pobres do Império Romano, está explicitado no capítulo 4 da carta, mais propriamente nos versículos de 10 a 12:

Contudo, vos recomendamos que continueis progredindo. Esmerai-vos em manter a calma, em ocupar-vos dos vossos assuntos e trabalhar com vossas mãos, como vos recomendamos. Assim vos comportareis dignamente diante dos estranhos, e não tereis necessidades de nada (1 TESSALONICENSES 4: 10-12).

Este trecho do discurso de Paulo aos cristãos de Tessalônica propõe a ideia de que o trabalho garantia dignidade para os cristãos diante dos estranhos; mas quem seriam esses estranhos? Possivelmente os cidadãos tessalonicenses não convertidos seriam tratados assim por lhes ser estranha a fé cristã; dessa forma o trabalho era o meio de propagação da fé porque despertava a atenção dos outros, como também era o meio para a garantia da sobrevivência, pois, segundo Paulo, trabalhando eles não teriam “necessidade de nada”. Essa ideia ganha veracidade quando relacionada à recordação proposta por Paulo no início da carta, logo após a saudação e introdução, no capítulo 2, onde ele impõe peso a suas exortações ao fazer memória do exemplo dado por ele e por seus amigos na estadia em Tessalônica: “Lembraí-vos, irmãos, nosso esforço e fadiga: trabalhamos de noite e de dia para não vos sermos pesados, enquanto vos proclamávamos a boa notícia de Deus” (1Ts 2: 9). Paulo deu o exemplo do trabalho como atividade cristã, e esse exemplo, segundo ele, deveria ser seguido.

Por que o trabalho se tornou um tema importante na primeira carta aos Tessalonicenses? Tudo indica que o tema ganhou relevância no corpo da carta principalmente porque um grupo de fiéis interpretou os ensinamentos de forma

inadequada, acreditando que assuntos terrenos eram irrelevantes e desnecessários, logo não valia a pena perder tempo trabalhando³⁶. Esse foi um pretexto para abordar e aprofundar as ideias de valorização do trabalho (Bíblia do Peregrino. 2011).

Para Paulo as coisas espirituais eram importantes e a necessidade de aspirar à promessa do pós-vida era essencial, mas tão importante quanto isso era a construção do pré-morte, ou seja, da vida e de como ela preparava o caminho para o que viria depois. O trabalho passou a ganhar então ares de justificação do pós-vida, o céu passou a pertencer também àqueles que dignificavam sua vida por meio do trabalho para benefício próprio, mas, sobretudo, para o benefício do outro (serviço). Como consequência disso, o modo de vida dos cristãos de origem grega e posteriormente dos de origem romana era diferente, fazendo com que um cristão fosse reconhecido por seus vários aspectos, entre os quais ganhava destaque a assiduidade ao trabalho, tido como dádiva divina. Assim o trabalho se tornou um artifício importante e um suporte para a formação do homem cristão em meados do século I, quando Paulo, por meio do exemplo, buscava pôr fim aos conflitos sociais que a mentalidade dos pobres greco-romanos nutriam em relação ao trabalho.

Os três temas abordados na primeira carta aos Tessalonicenses se repetem na segunda. Paulo, após as saudações, ao discutir a questão da tribulação, mais uma vez faz ressalvas quanto à segunda vinda de Cristo, e termina exortando os tessalonicenses a trabalharem. Tudo indica que os problemas enfrentados na conjuntura da primeira carta foram recorrentes e que mais uma vez o trabalho foi utilizado como forma de instruir os convertidos à prática que deles se esperava:

Irmãos, em nome do Senhor nosso Jesus Cristo vos recomendamos que vos afasteis de todo irmão de conduta desordenada e em desacordo com as instruções de nós recebidas. Vós sabeis como deveis imitar-nos: não agimos desordenadamente entre vós; não pedimos o pão de graça a ninguém, mas trabalhamos e nos afadigamos de dia e de noite para não ser pesados a nenhum de vós. E não é que não tivéssemos direito; mas quisemos dar-vos um exemplo a ser imitado. Quando estávamos convosco, vos

³⁶ Abordando o contexto ao qual o escrito pertence observa-se que a expectativa da segunda vinda do Cristo, a Parusia, é o que movimenta os cristãos de Tessalônica a negligenciarem suas obrigações em relação ao trabalho, causando um mal-estar generalizado na sociedade. Os cristãos estavam mais preocupados com a morte e com a segunda vinda de Cristo do que com a realidade do agora, e assim passaram a dar pouco valor às funções que exerciam na sociedade, deixando de realizar o necessário para a sobrevivência e dando ao trabalho importância secundária em suas vidas (SILVA. 2005).

recomendamos isto: quem se nega a trabalhar, não coma. Pois ficamos sabendo que alguns de vós se comportam desordenadamente, muito atarefados e sem fazer nada (2 TESSALONICENSES 3:6-11)).

A iminência da Parusia, conforme a carta, outra vez relativizou os valores e as virtudes terrenas, deslocando do trabalho o seu caráter central de meio de sobrevivência e trazendo problemas para a comunidade de Tessalônica. Paulo é taxativo ao recordar – da mesma forma que na primeira carta – o exemplo dado por ele mesmo, e em seguida dizer a quem se negue a trabalhar, que não coma. Estes versículos indicam que a ação exortativa de Paulo tinha como função formar o caráter do cristão, que não deveria ser propenso ao ócio, pelo contrário, deveria ser o protagonista dentro da comunidade, colocando-se à disposição tanto do trabalho (manual/ofício) quanto do serviço (caridade, sobretudo com os irmãos). Barbaglio (1989) comenta o seguinte sobre esses versículos:

Mas nesse ponto a carta abre-se num trecho exortativo que tem por objeto o trabalho (3, 6-15). Censura-se o ócio e o parasitismo de alguns fiéis, o que os remetentes procuram corrigir com medidas severas; prescrevem, por isso, que a comunidade distancie-se dos ociosos. O objetivo é conduzi-los à autocrítica. (BARBAGLIO. 1989. p. 114)

Teria Paulo de Tarso consciência da ideia de formação que estava propondo ao exortar os tessalonicenses cristãos a trabalharem? Os conteúdos das cartas tinham realmente esse objetivo? A segunda pergunta pode ser respondida facilmente pelo autor da segunda carta aos Tessalonicenses, que afirma de forma clara: “Portanto, irmãos, permanecei firmes, conservai o ensinamento que aprendestes de mim; oralmente ou por carta” (2Ts 2: 15). Paulo era para suas comunidades cristãs aquele que ensinava, que instruía, que formava para o novo, e para isso utilizava certos conceitos, entre eles o trabalho, tanto que em alguns parágrafos à frente do versículo citado ele irá exortar os cristãos a trabalharem; já para elucidar a pergunta anterior – sobre a consciência de Paulo – é necessário o auxílio de outra carta: a carta de Paulo de Tarso aos Efésios.

4.2.2 - CARTAS AOS EFÉSIOS E AOS CORINTÍOS: O TRABALHO COMO PRINCÍPIO DE DISTINÇÃO DO CRISTÃO

A cidade de Éfeso estava situada num porto que possibilitava o escoamento do comércio até o Mar Mediterrâneo, e havia sido declarada, no ano 133 a. C. como capital da província romana da Ásia, uma região diferente da Macedônia - onde estava Tessalônica - e cujos habitantes tinham costumes e características também diferentes (BÍBLIA DO PEREGRINO, 2011). Ao chegar a essa cidade da Ásia, Paulo de Tarso encontrou alguns cristãos nada instruídos, pessoas que ele ensinou e formou segundo o cristianismo, desenvolvendo nessa cidade uma base de expansão do cristianismo para a região. A carta escrita para essa comunidade, ao que tudo indica, é tardia, e segundo Silva (2005), “(...) atém-se a problemas gerais, sem perseguição ou erro específico a combater, [...] procura-se expor com clareza os comportamentos que distinguem os cristãos das demais pessoas” (SILVA. 2005. p. 98). Entre as características que distinguem os cristãos das demais pessoas está o trabalho. No capítulo 4 dessa carta Paulo escreve: “Quem roubava não roube mais; ao contrário, trabalhe e se afadigue com as próprias mãos para ganhar alguma coisa e estar em condição de socorrer a quem tem necessidade” (Ef, 4:28). Neste versículo o trabalho é apresentado não só como o meio pelo qual o cristão pode realizar o ato de caridade de socorrer os necessitados, mas também como o que o distingue das demais pessoas. Com isso se responde à pergunta acima levantada, pois Paulo de Tarso tinha consciência de que por meio do trabalho estava sendo formado um homem diferente do homem clássico ou do judaico e de que a relação entre trabalho e cristianismo deveria marcar o cristão como um homem dedicado ao amor/caridade/serviço idealizado por Jesus e difundido por ele, Paulo. O trabalho proposto por Paulo estava baseado nos preceitos de Cristo e em conformidade com alguns aspectos do judaísmo, gerando uma ideia nova de trabalho, por isso este conceito não foi proposto apenas à cidade de Tessalônica - com seu grande contingente de trabalhadores - mas também a comunidades de outras regiões, como Éfeso, na Ásia, pois, como categoria comum, o trabalho era entendido e assimilado por todas as pessoas dentro do mundo romano, tornando-se um meio para a formação do ser humano segundo o ideal cristão.

O trabalho era importante também para formar o conceito de igualdade entre os cristãos, o que é indicado em um trecho encontrado na segunda carta destinada aos

Coríntios. A cidade de Corinto era uma antiga pólis grega que foi reconstruída como colônia romana a partir da década de 40 a. C., e da mesma forma que Tessalônica, também era um próspero centro comercial; geograficamente, estava localizada em um istmo³⁷, sendo banhada por dois mares, o Egeu e o Jônico, e detendo um importante porto que concedia a essa cidade destaque dentre as demais da região (FABRIS. 2010). A nenhuma outra de suas comunidades Paulo dedicou a atenção que conferiu a Corinto, tanto que essa comunidade cristã foi considerada “a igreja paulina por excelência” (BÍBLIA DO PEREGRINO. 2001. p. 2736). A esta comunidade, em sua segunda carta, Paulo de Tarso faz uma importante ressalva sobre a igualdade, a qual, embora não traga propriamente a palavra trabalho, deixa subentender que estava fazendo referência a ele:

Não se trata de aliviar outros passando vós apuros, mas de obter a igualdade. Que vossa abundância remedeie por agora sua escassez, de forma que um dia a abundância deles remedeie vossa escassez. Assim haverá igualdade. Como está escrito: A quem recolhia muito, nada lhe sobrava; a quem recolhia pouco, nada lhe faltava (2 CORÍNTIOS 8: 13-15).

Mais uma vez pode-se notar semelhança entre esse escrito de Paulo de Tarso e o trecho de Deuteronômio: “lembra-te do Senhor teu Deus. É ele quem te dá força para te criar essas riquezas [...]” (Dt 8: 18). Reconhecendo que toda abundância e riqueza provêm como dádiva divina, Paulo propõe um ideal de igualdade relativa, em que para o cristão que trabalhe nada falte, devendo o produto abundante do trabalho de uma pessoa socorrer as necessidades de outra. Isto significa que não deve haver hierarquização na comunidade cristã, porque o trabalho iguala a todos e ao mesmo tempo é a garantia de sobrevivência de todos, mediante a ajuda mútua, se necessário.

Um novo problema se apresenta em relação à afirmativa acima: se o trabalho iguala a todos, estaria Paulo de Tarso apresentando uma revolução social entre escravos e patrões? Certamente que não, Paulo tinha a intenção de remodelar o jeito de ser e agir do homem em relação a si mesmo, ao próximo e à religião. mas

³⁷ Terra que liga uma península ao continente. In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/istmo> [consultado em 25-02-2015].

não tinha nem pretensão nem poderes para alterar a ordem social estabelecida. assim ele poderia propor uma igualdade no trato e nos sentimentos, mas não no *status* social das pessoas, tanto que os escravos, mesmo convertidos ao cristianismo, seriam mantidos como escravos em seu *status*, mas considerados como irmãos e libertos em Cristo para o pós-vida.

Dessa forma, cabe aqui direcionar essa análise do discurso de Paulo para essa modalidade específica do trabalho, o trabalho escravo, tão comum no mundo romano do século I. Este tema será abordado a partir de duas cartas protopaulinas: aquela destinada aos cristãos da Galácia e a de cunho particular, endereçada a um amigo, Filemon.

4.2.3 – AS CARTAS AOS GALÁTAS E A FILEMON: TRABALHO, ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NA FORMAÇÃO CRISTÃ

Sobre a carta aos gálatas existe uma indefinição em relação aos destinatários, pois a Galácia não era uma cidade, mas sim, uma região bastante extensa e com muitas cidades. Se considerarmos o sentido etnográfico, poderemos delimitar melhor o espaço e entender que ela era constituída pelo antigo reino da Galácia, na Ásia Menor, mas mesmo essa definição é insuficiente.

As questões políticas e administrativas do século I empreendidas pelos romanos naquela região deixam entender que a Galácia era um espaço muito maior do que apenas o antigo reino conhecido por Galácia, pois, como província romana, ela se estendia muito mais ao sul, abrangendo Antioquia, Listra e Icônio.

Os povos que habitavam a Galácia não eram originalmente gregos, mas foram incorporados ao mundo grego ao migrarem para a Ásia, ainda no século III a. C., tendo origem indo-europeia (SILVA, 2005). Silva aponta estudos recentes que indicam a Galácia do século I como uma região onde eram comuns as práticas da escravidão e do comércio de escravos. Essa informação, unida à origem dos povos da região, indica que os habitantes dessa província não gozavam de nenhum tipo de segurança e que o fato de não serem originalmente nem gregos nem romanos os colocava numa situação perigosa, possibilitando, fatidicamente, sua venda como escravos. Estavam muito distantes de suas terras de origem e suas raízes haviam sido deixadas para trás; moravam numa terra que não era deles e se adaptaram ao grego, provavelmente o *koiné*, mas continuaram falando suas línguas e dialetos de

origem, de forma que os romanos e os gregos desdenhavam deles, afirmando que falavam línguas “bárbaras” (SILVA. 2005).

O sistema escravocrata do Império figurava como um incômodo para os moradores pobres da região, pois as levas de escravos que seriam comercializadas em seus mercados vinham de muitos lugares, inclusive dos lugares de onde vieram seus antepassados. Segundo Silva (2005), a Galácia era reconhecida no mundo romano por seus mercados de escravos, o que constitui um indício da escolha do tema central da carta de Paulo de Tarso direcionada à comunidade cristã dessa cidade, a saber, a escravidão e a liberdade, tanto que a carta utiliza onze vezes termos relacionados à escravidão e onze vezes palavras relativas à liberdade.

Paulo, não incita à sublevação da ordem social, apenas propõe aos escravos a luta pela liberdade; mas oferece a eles outra forma de liberdade, a liberdade em Cristo, relativizando assim a ideia concreta de liberdade e elevando-a para um patamar mais espiritual. Essa era uma forma de não contradizer os seus próprios ensinamentos sobre a importância do trabalho e de não se opor ao próprio Império Romano. Para se aproximar dos escravos e desenvolver também com eles uma relação que possibilitasse o ensinamento do cristianismo, Paulo utiliza outra vez o método de inculturação, e logo após a saudação já se apresenta na categoria de servo, que também pode ser entendida como escravo, afirmando não se importar em desagradar aos homens, pois faz a vontade de Deus: “Mas, se eu quisesse agradar aos homens, não seria servo do Messias” (Gl 1: 10).

O capítulo 4 dessa carta ganha destaque ao diferenciar o filho do escravo, Paulo expõe que os cristãos são tidos como filhos de Deus, e nessa categoria não devem voltar a suas crenças antigas que os escravizavam (Gl 4:8-11), nem se deixar levar pela lei judaica (conforme se observa na estrutura da carta, havia os “sublevadores”³⁸ que estavam se opondo aos ensinamentos cristãos de Paulo e levando as pessoas que assumiram o cristianismo para uma tendência mais judaizante), que também era uma forma de escravidão, mas sim, uma justificação dessas pessoas em Cristo pela fé. Para Paulo de Tarso, a fé em Jesus, ao contrário da lei judaica ou das crenças “pagãs”, libertava e trazia a salvação.

Ao longo da carta Paulo faz algumas analogias e comparações que permitem ao leitor compreender o princípio de filiação e liberdade. Exemplos disso se

³⁸ Este é o termo utilizado por Barbaglio (1989) para se referir a essas pessoas.

encontram no capítulo 3, onde o apóstolo cita Abraão, e no capítulo 4, em que faz menção à história dos dois filhos do patriarca, um nascido da escrava e o outro nascido da esposa, ilustrando o contraste entre a liberdade e a escravidão, já que o filho de Sara é o herdeiro e o de Hagar não. Nessa referência a Abraão Paulo de Tarso demonstra que a lei foi seguida pelos judeus como um tipo de pedagogo, no sentido original da palavra em grego: aquele que conduz (Gl 3: 24), mas que com a chegada de Cristo, o verdadeiro herdeiro, a lei perdeu seu sentido, pois a bênção de Abraão, anterior à lei, era estendida a todos por meio do Cristo, inclusive aos “pagãos”, tornando-os também herdeiros - e um herdeiro não pode ser escravo.

Nesta carta a discussão de Paulo sobre liberdade chega ao seu ponto máximo no capítulo 5, quando o autor afirma: “Para ser livres, Cristo nos libertou: mantende-vos, pois, firmes, e não vos deixeis prender de novo ao jugo da escravidão” (Gl 5:1). Com isso Paulo indica que o Cristo resgatou os cristãos para colocá-los em liberdade, mas uma liberdade relativa, que os colocava a serviços dos outros e que instigava ao trabalho: “Vós, irmãos, fostes chamados para a liberdade; mas não tomeis a liberdade como estímulo do instinto; antes, servi uns aos outros por amor” (Gl 5:13). Mais uma vez Paulo deixa o trabalho subentendido em seu discurso, mas chama a atenção para a necessidade de o cristão se colocar à disposição, trabalhando para o outro em suas necessidades, o que é o principal ensinamento de Cristo e essência do pensamento cristão: o amor ao próximo. Como colocar em prática o amor ao próximo? Por meio do trabalho, que pode proporcionar ao outro o que ele precisa, pois foi para isso que todos os cristãos foram libertados pelo Cristo.

Essas afirmações paulinas sobre liberdade iriam ganhar peso no cristianismo, pois estavam alinhavadas com os relatos evangélicos, os quais ratificaram essa ideia. Exemplos disso são o Evangelho de João, que cita o Cristo afirmando que já não chamava seus seguidores de servos, mas de amigos (Jo 15:15), e o relato evangélico de Marcos quando os discípulos discutiam sobre quem era o maior e Jesus diz que quem quiser ser o primeiro que deveria ser o último e servidor de todos (Mc 9: 35). Isto significa que ser um servo de todos, dos necessitados, do próximo, era um predicativo para ser cristão e, nesse sentido, trabalhar para si e para as necessidades do outro era uma prioridade. Assim o cristianismo valorizava o ato de servir, e junto com ele, todo esse grupo de pessoas que eram os escravos.

Toda essa mudança na maneira de entender o ato de servir, de entender a escravidão e também a liberdade cristã acaba por alterar a forma de compreender as relações dos seres humanos com o trabalho e, principalmente, com o trabalho escravo, que é entendido como uma ação involuntária, já que o escravo é obrigado a trabalhar, e não o faz por vontade própria ou para seu benefício particular.

Em Gálatas Paulo constrói uma fundamentação teórica sobre a questão da liberdade tornando-a inerente ao cristianismo e expondo a igualdade de todos, senhores e escravos, por meio da religião, algo que abrange a todos os fiéis como filhos, mas que não busca alterar a ordem social estabelecida em relação ao direito de propriedade sobre os escravos. Em Filemon, Paulo deixa de lado as suposições teóricas e põe em prática não apenas o princípio da liberdade espiritual, mas também uma possível alforria por inspiração cristã.

A carta destinada a Filemon é a mais breve de todo o epistolário paulino. Nela Paulo é bastante direto em apontar o tema central, a liberdade, sendo a carta não destinada apenas a Filemon, mas a todo um grupo de pessoas, os cristãos que se reuniam em sua casa. A carta permite afirmar que Filemon era um homem financeiramente privilegiado que provavelmente foi convertido por Paulo e por quem o apóstolo nutria muita afeição, já que se refere a ele com a expressão “nosso querido colaborador” (Fl 1). O texto da carta indica que a casa do destinatário era um espaço comum para a comunidade e ali, provavelmente, aconteciam as atividades cristãs, como a partilha e a instrução dos convertidos. Esse fato ressalta a hipótese de que Filemon era um homem rico, pois ele podia dispor de sua casa para que os cristãos do local a utilizassem como igreja, algo muito comum no período protocristão (SILVA. 2005).

Paulo de Tarso, ao escrever essa carta direcionada ao amigo, também a endereça para essas pessoas, conforme afirma Barbaglio (1991), tanto que no início da carta está escrito: “[...] a nosso querido colaborador Filemon, juntamente com a irmã Ápia e nosso companheiro Arquipo, e à comunidade de tua casa: graça e paz da parte de Deus, nosso Pai, e do Senhor Jesus Cristo” (Fl.1-3). Além do dono da casa, Paulo nomina Ápia e Arquipo, provavelmente membros da família, possivelmente sua esposa e filhos, mas o que mais chama a atenção é Paulo incluir a comunidade que se reúne na casa dele. Se a carta tinha um apelo particular, que dizia respeito apenas a Filemon, por que incluir a comunidade inteira no assunto? Provavelmente esse endereçamento foi um tipo de estratégia articulada por ele para

garantir a eficácia do pedido que a carta continha, pois assim a comunidade serviria de testemunha para a ação que Filemon deveria tomar, julgando o seu caráter como bom cristão ou não.

Filemon pertencia a Colossa, uma pequena cidade da Frígia, que no século I era uma colônia romana na Ásia, e como homem rico, ele era também um senhor de escravos e é em função disso que a carta chama a atenção (BARBAGLIO, 1991). Outros cristãos com posses também possuíam escravos, mas Filemon tem destaque porque Paulo tem contato direto com um de seus escravos fugitivos e por meio dessa situação vê a possibilidade de colocar em prática as ideias propagadas na carta aos Gálatas. Cabe aqui, uma breve reflexão sobre a forma como a sociedade romana encarava um escravo fugitivo, Ruden (2013), após uma detalhada pesquisa em textos clássicos sobre a fuga de escravos, é categórica ao afirmar que:

O escravo mais subumano era o fujão; seus únicos laços com a sociedade eram os usos que as pessoas de verdade podiam fazer dele, e ele tinha perdido esses laços. Ele era um pouco como uma mulher adúltera ou estuprada, mas diferentemente dela, carregava todo o desprezo e a fúria – neste caso, o desprezo e a fúria extremas que vêm quando o privilégio absoluto é frustrado. Como regra, um fugitivo era simplesmente uma causa perdida: um fora da lei distante enquanto pudesse se manter assim, e um animal torturado ou uma carcaça quando apanhado. (RUDEN, 2013, p. 178-179).

Ao analisar a breve carta compreende-se que a situação descrita por Ruden (2013), ilustra a situação de Onésimo, que por algum motivo fugiu da casa de Filemon e, ao que tudo indica, ainda roubou uma quantia em dinheiro como auxílio para fuga, o que fazia dele, segundo os costumes romanos da época, um dos seres mais desprezíveis daquela sociedade. Como nesta carta Paulo de Tarso indica que estava preso, é possível que a cidade para onde Onésimo fugiu seja a capital do Império, Roma. Nesta cidade ele, Paulo de Tarso, acolheu-o, converteu-o e criou por ele grande afeição: “[...] Eu, este ancião Paulo, e agora prisioneiro por causa de Cristo Jesus, apelo a ti em favor de um filho meu que gerei na prisão: Onésimo, outrora sem proveito para ti, agora de grande proveito para ti e para mim” (Fl 9-11). Paulo não tinha forças nem prestígio para empreender uma luta em favor da abolição dos escravos, nem para promover uma mudança revolucionária da sociedade em relação a esse assunto, mas tinha a possibilidade de colocar em

prática a sua ideia de igualdade, dignidade e lealdade por meio de Onésimo, o escravo fugitivo de Filemon.

A questão é que Paulo estava preso e que Onésimo não poderia mais ficar com ele, de forma que a solução seria enviá-lo de volta para casa; mas como fazer isso sem que Onésimo fosse penalizado por seus delitos. Ser escravo já retirava dele toda a garantia de direito que tinha um cidadão romano, e ser um escravo fugitivo piorava ainda mais a situação; mas ser ladrão - já que tudo indica que havia roubado dinheiro de Filemon - levá-lo-ia à pena capital segundo as leis romanas: “[...] se te ofendeu ou te deve alguma coisa, coloque na minha conta. Assino com meu punho e letra: eu Paulo te pagarei, para não te dizer que me debes tua pessoa” (Fl, 18-19).

Assim, Paulo toma a iniciativa de interceder por Onésimo, e nesse sentido é possível perceber que ele poderia ter utilizado a sua autoridade e influência de apóstolo para impor a Filemon que ignorasse a situação de Onésimo, mas, ao contrário, ele toma um caminho diferente e utiliza o ensejo para ensinar não apenas Filemon, mas toda a comunidade que se reunia com ele, sobre a liberdade por meio da escravidão: “Agora eu o envio a ti, e com ele o meu coração [...], e já não como escravo, mas melhor que escravo: como irmão muito querido para mim e mais ainda para ti, como homem e como cristão” (Fl 12-16).

A carta traz um humilde pedido de Paulo para que Filemon acolha seu escravo fugitivo de volta a sua casa e junto à comunidade cristã, já que então ele se tornara um convertido. Com essa atitude o apóstolo “(...) mina pela raiz a prática da escravidão” (SILVA. 2005. p. 91). Os argumentos apresentados por Paulo dão forma aos seus conceitos teóricos. Ao solicitar primeiro a aceitação do escravo de volta e depois o perdão do delito por ele cometido, Paulo lança para o cristianismo a base de uma nova relação social: o princípio da irmandade, que, vinculado à igualdade e à liberdade, constitui-se por meio da solidariedade ou do amor fraterno (SILVA. 2005). Paulo não propõe abertamente a alforria, mas quase no fim da carta sugere essa ação a Filemon, dizendo: “Escrevo-te confiando em tua disponibilidade: sei que farás mais do que peço” (Fl, 21).

Por que relacionar a discussão entre escravidão e liberdade, no cristianismo, ao conceito de trabalho, tido como método de formação? Quanto a esta pergunta é preciso considerar dois aspectos do conceito de Paulo sobre o trabalho: o primeiro é que o trabalho permite o exercício do amor/caridade, que deveria ser direcionado

também para os escravos, que eram vistos, segundo o cristianismo, como iguais perante Deus; é o segundo é que no século I era impossível não relacionar o trabalho aos escravos, já que eram eles, na maioria das vezes, os que realizavam um grande número de ofícios essenciais para o Império Romano, e, além disso, eram o maior grupo social daquela sociedade, sendo que o cristianismo se desenvolveu primeiramente junto a eles e aos pobres do Império (VIDAL. 2002).

Fundamentar a religião também para os escravos era uma necessidade, pois, se para os pobres o trabalho assíduo e direcionado ao próximo era uma forma de distinguir sua religião e se ao mesmo tempo essa disponibilidade ao trabalho refletia o dever de prestar o serviço e praticar a caridade, o escravo também deveria vê-lo da mesma forma. Para isso era preciso haver um princípio que igualasse esses dois grupos distintos, e é nesse ponto que a carta aos Gálatas desponta como uma fonte importante que apresenta a teorização da ideia da justificação e da igualdade por meio da filiação, de maneira que a carta a Filemon representa a realização desse conceito difundido por Paulo aos Gálatas.

Em Filemon encontra-se esse paralelo com a carta aos gálatas proposto acima, pois, ao pedir que Filemon perdoe e ao insinuar que ele deve libertar seu escravo, Paulo está sugerindo que ele não aja segundo a lei romana, mas a ignore e pratique uma ação que está acima da lei e se fundamenta no amor - nesse caso, no termo grego, o amor “ágape”, que pode ser mais bem entendido como sentimento de solidariedade ou amor fraterno, de irmãos; em outras palavras que Filemon se coloque a serviço da necessidade do outro. O cristianismo propõe que a fé em Cristo deve levar os fiéis ao amor *caritas*, um amor que se sobrepõe à lei, permitindo ao fiel agir de forma a ignorá-la (Fl. 16).

Além da carta aos Gálatas, outro escrito de Paulo traz essa mesma temática: a primeira Carta aos Coríntios, pois é possível fazer um paralelo entre o tema da carta a Filemon e os versículos 20 a 24 do capítulo 7 da epístola destinada à comunidade de Corinto:

Cada qual permaneça na condição em que foi chamado. Foste chamado sendo escravo? Não te importes; mas se puderes emancipar-te, aproveita. O que foi chamado sendo escravo, é liberto do Senhor; o que foi chamado sendo livre, é escravo de Cristo. Fostes comprados por alto preço: não sejais escravos de homens. Cada um, irmãos, permaneça diante de Deus na condição em que foi chamado (1 CORÍNTIOS 7: 20-24).

No texto aos Coríntios Paulo de Tarso procura estabelecer que, diferentemente do que acontece na esfera social e política, não há diferença entre os cristãos na esfera religiosa; por isso ele sugere que, se é possível para um cristão em situação de escravidão alcançar outra situação social, que ele o faça: “mas se pudeses emancipar-te, aproveita” (1 Cor. 7: 21). Isso reafirma a posição de Paulo em relação à organização do Império: ele não se coloca de forma subversiva contra o que foi convencionalmente estabelecido pelo Império Romano em relação ao *status* social de escravos, libertos e cidadãos, mas reforça o caráter religioso que os cristãos devem assumir, sendo sempre escravos de Cristo, ou seja, colocando-se a serviço dos pobres, pois nos pobres, segundo o cristianismo, está o próprio Cristo (Mt 25: 40). O fato de assumir-se como cristão deveria ser compreendido como uma emancipação, por isso ser servo de Cristo era, acima de tudo, um privilégio; estar a serviço/trabalho de Jesus na construção do Reino era mais importante do que a condição social, daí ele não fazer objeção, nem grandes considerações em relação a isso (BÍBLIA DO PEREGRINO, 2011). Essas afirmações são confirmadas por Barbaglio (1991), que infere o seguinte a esse respeito:

Muito rapidamente o problema da escravidão impôs-se às comunidade cristãs. Não poucos eram os escravos que se converteram à fé cristã. A primeira carta aos Coríntios testemunha que na comunidade coríntia instalara-se, inclusive, um movimento de emancipação (cf. 7,17-24). A que sabemos, Paulo foi o primeiro a enfrentá-lo. Respondendo aos coríntios, relativiza a importância da libertação da escravidão social e enfatiza o interesse pela mudança existencial ocorrida tanto no patrão como no escravo cristão, que agora passam a pertencer, em pé de igualdade, ao único e mesmo Senhor Jesus: “De fato, quem era escravo, quando foi chamado a viver unido ao Senhor, é um homem livre que pertence ao Senhor. Do mesmo modo, quem era livre, quando foi chamado a fé, é escravo de Cristo” (1Cor 7,22). Mas deixa aberta a porta à possibilidade de os escravos conquistarem a liberdade social. Essa ao menos, é a leitura motivada (mas também contestada) de 1 Cor 7, 21: “Você foi chamado quando era escravo? Não se preocupe; mas se puder tornar-se livre, aproveite a ocasião” (BARBAGLIO, 1991. P 419-420)

O relato acima reafirma a ideia de mudança existencial: a pessoa que assume o cristianismo altera seu *status* espiritual e não o *status* social – já que por muitos séculos após isso, o cristianismo ainda admitia escravidão -, instalando-se assim a igualdade entre servo e patrão, pois ambos são destinados ao trabalho/serviço para

Deus e para o próximo, e colocando em segundo lugar a obtenção de melhoria do *status* social: se alguém pode alcançá-lo que o faça, mas essa não é a coisa mais importante para um cristão. O trecho acima reforça essa ideia de igualdade em Jesus Cristo por meio da liberdade e predispõe os cristãos ao serviço, do qual se deve utilizar para a manutenção e organização da suposta sociedade cristã que estavam interessados em construir – ou seja, o “Reino”.

Sobre estar a serviço/trabalho, vemos que Paulo, preso em Roma, estava numa situação difícil, era um irmão necessitado, por isso o papel de Filemon e de qualquer outro cristão era trabalhar em seu favor, colocar-se a serviço, conforme pregava o cristianismo. O próprio Paulo afirma isso na carta: “Eu teria desejado mantê-lo comigo, para que em teu lugar, me servisse nesta prisão que sofro pela boa notícia” (Fl 13). Onésimo, mesmo estando em falta para com seu dono, colocou-se a serviço do apóstolo, aprendeu com ele o valor do trabalho e o trabalho o distinguiu dos demais; Onésimo havia se convertido enquanto trabalhava e era cristão, havia ascendido com isso ao posto de irmão de Filemon, na fé. A liberdade não alteraria o conceito proposto para o trabalho, fator que foi responsável, junto com os demais ensinamentos, pela formação do caráter cristão de Onésimo (Fl,10).

Atrelando a liberdade ao desejo gratuito de servir ao próximo por meio do trabalho, Paulo de Tarso ressalta em seus escritos que não há diferença entre os convertidos e que, independentemente da classe ou *status* social, o trabalho, da mesma forma que a fé e a liberdade, era um fator nivelador dos homens, que passaram a ser compreendidos como iguais e com o mesmo valor e – mais do que coisas - eram considerados filhos e por isso, dedicados à vivência do cristianismo.

A análise do discurso de Paulo nas cartas acima citadas permitiu a percepção de uma linha de pensamento e de uma coerência em relação ao trabalho. Em situações adversas Paulo, direta ou indiretamente, apresentou o trabalho como uma proposta cristã, ressaltando nele os elementos necessários para a fundamentação da sociedade cristã que ele sonhava, intitulada pelo Cristo como “Reino de Deus”. Dentre esses elementos essenciais para o cristianismo se destaca, por meio do trabalho, o amor/caridade, o cuidado com o próximo, a disposição ao serviço/trabalho pelo outro, tanto que o próprio Jesus havia afirmado que o “Reino” deveria ser construído com trabalho e sem arrependimentos: “Quem põe a mão no arado e olha para trás não é apto para o Reino de Deus” (Lc 9:62). Paulo de Tarso se tornou um dos seus grandes colaboradores quando viabilizou por meio do

trabalho a construção do “Reino”, ao mesmo tempo em que esse mesmo conceito de trabalho tornou possível aos homens pobres do Império Romano a compreensão do que era ser cristão, pois o “Reino” proposto na cabeça de cada trabalhador os direcionava à caridade, à fraternidade e ao sentimento de igualdade e de responsabilidade para com o próximo.

CONCLUSÃO

A sociedade cristã desenvolveu, desde o seu surgimento, algumas características bastante distintas, como igualdade, respeito ou humildade, mas, dentre todas elas, talvez a mais marcante seja o cuidado e o amor dedicado ao próximo, a chamada caridade. Jesus era taxativo ao exortar seus seguidores sobre a importância de dedicar-se ao outro, sobretudo o mais sofrido. Tanto que, segundo a tradição, seu maior mandamento consiste em amar ao próximo com o mesmo amor que se ama a si mesmo. Aproximar esse valor de uma prática social fundamental para qualquer sociedade, como o trabalho, era uma premissa para o bom desenvolvimento do cristianismo e da sociedade cristã que se pretendia desenvolver.

Com o desenvolvimento da pesquisa foi possível compreender que Paulo de Tarso não era alheio a esse fato, de forma que assumiu esse ensinamento de Jesus e o transmitiu para todos aqueles que estavam dispostos a ouvi-lo e a assumir a fé cristã. Ao dedicar-se, quase que exclusivamente, para a evangelização dos povos de origem clássica e também da Ásia, encontrou nesse meio uma dificuldade latente e um conflito estabelecido, pois a organização estrutural do Império, com sua hierarquização, garantia a valorização dos poderosos e, mesmo reconhecendo a importância dos pobres nesta sociedade, mantinha-os em segundo plano.

A desvalorização fica evidente quando se analisa a construção do Império em seu aparato governamental, desenvolvido em torno da pessoa do imperador, onde, a partir dele, definia-se toda a composição social do Império. Isso possibilitou a compreensão de como era dada a divisão social do trabalho no Império Romano, dentro do qual é possível entender a maneira como os poderosos exerciam o trabalho dito “leve” ou intelectual e como os pobres e escravos realizavam o trabalho braçal. Essa distinção básica entre as duas formas de trabalho fez surgir, ao longo do tempo, uma mentalidade de superioridade - herdada dos povos gregos - dentre os poderosos de Roma. O chamado ócio produtivo era o trabalho dos abastados e os distinguia dos pobres “rústicos e ignorantes” que exerciam o trabalho que demandava força e esforço.

Essa mentalidade desenvolvida junto aos mais ricos, que ocupavam os mais elevados cargos do governo (trabalho burocrático e de caráter intelectual), chegava, com certeza, até os trabalhadores mais pobres, fosse pelo trato no dia a dia, ou

mesmo pelas rodas de conversas informais. Impossibilitados de exercerem eles também o mesmo tipo de ócio produtivo, já que dependiam do trabalho das próprias mãos para sobreviverem, os pobres, sem outra opção ou possibilidade, aceitavam a designação social que lhes era imposta. Fato esse que despertava junto à classe pobre do Império um reconhecimento de sua posição, dita inferior, mesmo que ela fosse essencial para a manutenção do mesmo. Encontra-se aí o cerne de um conflito social oculto que, ao mesmo tempo em que hierarquizava a sociedade, dava base à atitude de aceitação e resignação das camadas mais baixas em relação às camadas mais abastadas da sociedade romana, mantendo a ordem e reafirmando a estrutura. Pode ser chamado de conflito porque, ao que tudo indica, gerava desconforto, descontentamento e insatisfação, mas era suprimido e não se fazia aparente, porque o aparato governamental não permitiria uma sublevação empreendida por essas pessoas, salvo algumas revoltas de escravos ocorridas em certas ocasiões. O conflito era interno, situava-se junto à mentalidade das classes, e não era externalizado por meio de atos individuais ou coletivos.

Ao analisar os escritos bíblicos, compreende-se que a “missão” herdada por Paulo de Tarso do fundador do Cristianismo, Jesus, era a construção do chamado “Reino de Deus”, uma sociedade alicerçada nos valores que eram caros a Jesus, e que deveria prosperar, principalmente, por meio da expansão da nova fé. Assim, era imprescindível propagar o cristianismo e despertar nos novos cristãos o interesse pela construção do “reino”. Ora, esse “reino” só seria alcançado se o cristão convertido estivesse disposto a trabalhar por ele, para que ele deixasse de ser um conceito e se tornasse uma realidade. Ao propor essa ideia aos cristãos das comunidades greco-romanas, Paulo de Tarso, teve, pela primeira vez, contato com o conflito social relacionado ao trabalho.

As atitudes e ensinamentos de Paulo de Tarso denotam uma busca pela mudança, ou alteração, da mentalidade dos novos cristãos do Império, da Grécia e da Ásia sobre a forma como o trabalho era compreendido e aceito por essas comunidades. Era preciso que os cristãos fossem ensinados a conceber o trabalho como algo diferente do que, até então, estava estabelecido. Sendo a base para o exercício da caridade e para a construção da sociedade almejada pelo cristianismo, o trabalho deveria ser concebido como algo dignificante e de valor. Se aproveitando dos conceitos judaicos de trabalho, que consideravam esse ato como uma “dáviva divina”, Paulo de Tarso assumiu para si a mesma ideia de trabalho, já anteriormente

desenvolvida por Jesus, uma ideia que defendia o trabalho como a realização plena da caridade/amor ao próximo. Destarte, se ele era dignificante pelo fato ser “dádiva divina”, muito mais seria se fosse empreendido pelo amor em causa do próximo.

Nisso, segundo o cristianismo, consistia a essência da construção do “reino”, a disposição de se colocar a trabalho, exercendo a caridade e tornando a sociedade melhor para si mesmo e para o outro que sofria as mazelas da sociedade. Para que o “reino” se tornasse uma meta comum dentre os cristãos da Ásia, da Grécia e de Roma era preciso que eles assumissem para si essa forma de pensamento, mas, ensinar a pensar é diferente de ensinar métodos e práticas, alterar a mentalidade social exigia muito mais trabalho e cuidado. As mudanças de mentalidade devem ser vistas como um fruto das relações sociais, de forma que a nova concepção sobre o trabalho deveria ser assimilada ao longo do tempo. Sendo assim, é possível afirmar que Paulo estava lançando as sementes para que a sociedade cristã colhesse esses frutos posteriormente. Bem por isso, Paulo de Tarso utilizou como primeiro subterfúgio o seu próprio exemplo, trabalhando com as mãos, organizando seu local de trabalho (onde fazia tendas para comercializar) no meio dos pobres, junto aos homens e mulheres dedicados ao trabalho braçal e fazia isso para que eles o vissem trabalhando e percebessem que, mesmo exercendo liderança na religião cristã, não se negava a trabalhar, pelo contrário, fazia com mais afinco do que os outros.

Com essa atitude Paulo de Tarso demonstrava aos seus interlocutores que a hierarquização dentro do cristianismo não se dava pelo tipo de trabalho, mas sim pela disposição ao trabalho, de forma que quanto mais humilde o trabalho fosse mais bem visto o cristão seria, principalmente, se o seu trabalho humilde tivesse como pano de fundo a caridade. Paulo afirmava que todos que pudessem – independentemente de quem fossem - deveriam trabalhar para garantirem a sua sobrevivência e também a dos pobres das comunidades, já que tinham tudo em comum e também pelo fato de que muitas comunidades socorriam outras menores ou mais pobres financeiramente, em suas penúrias, algo possível somente por meio do trabalho individual e coletivo.

Paulo de Tarso não permanecia sempre na mesma comunidade, de forma que, principalmente por causa do desejo de expandir o cristianismo, Paulo estava periodicamente mudando de cidade em cidade, desenvolvendo - durante sua vida pública e antes de ser preso pelo Império - comunidades cristãs em várias regiões ao longo da Grécia e pela Ásia, locais já dominados pelo Império Romano. Essa vida

itinerante de Paulo despertou nele a necessidade de continuar reafirmando seus ensinamentos, mesmo após ter deixado uma comunidade e, para fazer isso, ele utilizava o envio de cartas. A análise de suas cartas permitiu a compreensão do trabalho/serviço como uma proposta formativa para a mentalidade dos greco-romanos. Os trechos específicos abordados ao longo da pesquisa forneceram dados suficientes para afirmar que o trabalho era um conceito importante para os cristãos do século I e que este conceito, atrelado aos demais conceitos caros ao cristianismo, tornaram possível a construção da sociedade que o Cristo desejava e que Paulo queria estabelecer.

As cartas trazem abertamente exortações que incentivam o trabalho, chamando atenção para o exemplo dos apóstolos e para os benefícios que ele pode e deve trazer. Importante frisar que nas cartas o trabalho não é relacionado diretamente ao termo caridade (a não ser no capítulo 6 de Gálatas em que isso fica subentendido), mas que a caridade é compreendida como uma decorrência do trabalho, já que ela consiste em atitudes que envolvem o serviço ao próximo, o que não deixa de ser uma forma de trabalho. Por meio do ato de exercer um ofício, Paulo não apenas desperta os povos greco-romanos e do Oriente próximo para a importância deste exercício, que abrange humildade e esforço físico, como também desenvolve a mentalidade de igualdade, que era o oposto do que os grupos abastados de Roma propunham. As cartas de Paulo permitem afirmar que, para o cristianismo, existe um princípio de igualdade pelo trabalho, da mesma forma que todos se tornam filhos de Deus e iguais, no sentido religioso, ao assumirem a fé e se colocarem a serviço do “reino”. Também nelas encontra-se referência ao conceito de igualdade de grupo por meio do trabalho, a liberdade se apresenta como um conceito relativo para os cristãos, em que ser escravo não é detrimento nenhum em relação aos que não o são, já que todos possuem a “missão” de trabalhar pelo “reino” e são vistos como os escravos de Cristo.

O princípio apresentado por Paulo de Tarso sobre igualdade, entre grupos que se tornavam cristãos, não propõe uma revolução social em que os escravos deveriam ser libertos, mas que a liberdade pode ser concedida, quando possível fosse, por meio da caridade, figurando também como uma forma de trabalho pelo outro e trabalho para a construção do “reino”, como pode ser evidenciado por meio da carta a Filemon. Isso implica que o cristianismo, mesmo estando dentro das fronteiras do Império Romano, se firmava como algo distinto ao próprio Império

Romano, desenvolvendo uma compreensão particularmente religiosa e espiritual da vida e da sociedade (cristianismo), enquanto paralelamente, no âmbito público, vivenciavam as convenções sociais próprias do Império Romano. De que forma? Por meio da sua concepção de igualdade, ou seja, no meio civil as distinções eram mantidas, os escravos eram escravos, os pobres eram pobres e os ricos eram ricos, tal e qual era costume do Império Romano, mas, no meio cristão, na comunidade, essas barreiras eram desconsideradas e os escravos, ricos e pobres eram todos compreendidos como filhos de Deus, escravos de Cristo e irmãos destinados ao trabalho/serviço ao próximo e ao “reino”.

Isso aponta indícios de uma proposta formativa de homem por meio do trabalho, que distinguia a mentalidade estabelecida e que despertava na sociedade cristã o valor da igualdade entre os homens e mulheres, um valor fundamental para o seu desenvolvimento e que contribuiu de maneira eficaz para o estabelecimento do cristianismo como religião ao longo do tempo. Esse fato também gera uma série de questionamentos, em vários aspectos, como por exemplo: teria o cristianismo um aspecto revolucionário ou não? Sendo ele desenvolvido e direcionado para os pobres, porque teve tão grande aceitação dentre os mais abastados? Teria o trabalho influenciado positivamente também às altas camadas da sociedade romana ao terem contato com o cristianismo? Ou seja, a pesquisa não esgota em si a grande quantidade de questionamentos que o tema propõe e instiga novas reflexões neste mesmo âmbito.

Em suma, mesmo considerando as particularidades que eram específicas do período em questão - que eram completamente distintas do nosso - ainda é possível encontrar e situar sentimentos e anseios dos homens e mulheres do século I que eram muito parecidos com os da atualidade. Isso porque são sentimentos próprios do ser humano e, dessa forma, transcendem ao tempo. Dentre esses sentimentos está o desejo de igualdade e a busca por aceitação na sociedade, uma questão atual, que permeia as discussões de vários setores, inclusive o meio acadêmico voltado para a educação. Ao abordar o aspecto formativo do trabalho desenvolvido pelo cristianismo, por meio de Paulo de Tarso, coloca-se em evidência que é possível construir na sociedade uma mentalidade voltada para uma homogeneidade social, mesmo que, na prática, essa sociedade se mantenha hierarquizada por meio de grupos ou classes. Pode-se ponderar que as discussões realizadas sobre esse assunto contribuem em larga escala para o atual diálogo em relação ao respeito ao

próximo e a igualdade social, quando se evidencia que não apenas a sociedade brasileira, mas a mundial, tem se perpetuado por meio da reprodução dos grupos sociais dominantes e dominados.

REFERÊNCIAS

Fontes:

CARTAS PAULINAS In: **BÍBLIA. Tradução Ecumênica da Bíblia - TEB**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

CARTAS PAULINAS In: **BÍBLIA DO PEREGRINO**. 3ª Ed. São Paulo: Paulus, 2011.

Bibliografia:

ABREU, Paulo. **Pressupostos Para Uma Experiência Evangelizadora Inculturada**. Revista de Cultura Teológica. São Paulo: Vol. 14, nº 57, 2006. p. 75-90.

ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense. 1991.

BARBAGLIO. Giuseppe. **As Cartas de Paulo – Volume I**. São Paulo: Edições Loyola. 1989.

_____. **As Cartas de Paulo – Volume II**. São Paulo: Edições Loyola. 1991.

_____. **São Paulo, o Homem do Evangelho**. Petrópolis: Editora Vozes. 1993.

BECKER, Jürgen. **Apóstolo Paulo, Vida, Obra e Teologia**. São Paulo: Editora Academia Cristã Ltda. 2007

BELTRÃO, Cláudia. A Religião na Urbs. In SILVA, G. V; MENDES, N. M (orgs). **Repensando o Império Romano: Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural**. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2006. p. 137-159.

BLÁZQUEZ . J. M. **El Nacimiento Del Cristianismo**. Madrid: Editorial Sinteses. 1990.

BOFF, Leonardo. **Jesus Cristo Libertador**. 11ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes. 1986.

BOSCH, Jordi S. **Nascido a Tempo: Vida de Paulo, o apóstolo**. 1ª ed. São Paulo: Editora Ave Maria. 1997.

BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. Práticas Culturais no Império Romano: Entre a Unidade e a Diversidade. In SILVA, G. V; MENDES, N. M (orgs). **Repensando o Império Romano: Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural**. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2006. p. 109-136.

CALDAS, Marcos. **“Vida e Morte no Cristianismo Primitivo”**. Revista Cantareira – Revista Eletrônica de História. Niterói: Vol. 1, nº 3, 2004. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2013/05/e09a10.pdf>

CARRIÉ, Jean-Michel. O Soldado. In: GARDINA, A (org). **O Homem Romano**. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença. 1992. p. 87-115.

CHEVITARESE, André Leonardo. Cristianismo e Império Romano. In SILVA, G. V; MENDES, N. M (orgs). **Repensando o Império Romano: Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural**. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2006. p. 161-173.

DETTWILLER, Andreas. A Escola Paulina: avaliação de uma hipótese. In DETTWILLER, A. KAESTLI, J. D. MARGUERAT, D (orgs). **Paulo, uma Teologia em Construção**. São Paulo: Edições Loyola. 2011. p. 439-461.

DRANE, John; **Paulo, um documento ilustrado sobre a vida e os escritos de uma figura chave dos primórdios do cristianismo**. São Paulo. Paulinas, 1982.

DUNN, James. **A Teologia do Apóstolo Paulo**. São Paulo: Editora Paulus. 2003.

FABRIS, Rinaldo. **Paulo: Apóstolo dos gentios**. 6ª ed. São Paulo: Paulinas, 2010.

FERREIRA, M. O. **A arte retórica nos discursos do apóstolo Paulo. As estratégias de convencimento e persuasão frente à diversidade de auditórios**. 2011. 625 f. Tese (Doutorado em Letras) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas Área de Filologia e Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011.

FLORENZANO, Maria Beatriz. **O Mundo Antigo: Economia e Sociedade (Grécia e Roma)**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1982.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. 5ª Ed. São Paulo: Editora Contexto. 2011.

GRIMAL, Pierre. **O Império Romano**. Lisboa: Edições 70, 1993.

KAUTSKY, Karl. **A Origem do Cristianismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

KLAUCK. Hans-Josef. **O Entorno Religioso do Cristianismo Primitivo II: Culto aos governantes e imperadores, filosofia, gnose**. São Paulo: Edições Loyola. 2011.

KOLENDO, Jerzy. O Camponês. In: GARDINA, A (org). **O Homem Romano**. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença. 1992. p. 167-178.

LEÓN, Vick. **Meu Chefe um Senhor de Escravos**. 1ª ed. São Paulo: Editora Globo, 2007.

LOPEZ, Davina C. **Paulo para os Conquistados: reimaginando a missão de Paulo**. São Paulo: Paulus. 2011.

MAESTRI, Mário. **O Escravismo Antigo**. Campinas: Editora Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). 1985.

MATOS, Henrique C. J. **Eu Estarei Sempre Convosco**. 3ª ed. São Paulo: Paulinas. 2014.

MELO, José Joaquim Pereira. **A Educação Paleo-Cristã**. Revista Teoria e Prática da Educação. Maringá: Vol.04, nº 09, 2001. p. 97-109.

MENDES, Norma Musco. O Sistema Político no Principado. In SILVA, G. V; MENDES, N. M (orgs). **Repensando o Império Romano: Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural**. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: EDUFES, 2006. p. 21-51.

MOREL, Jean-Paul. O Artesão. In: GARDINA, A (org). **O Homem Romano**. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença. 1992. p. 179-202.

MURPHY-O'CONNOR, Jerome. **Paulo de Tarso, História de um Apóstolo**. São Paulo. Edições Loyola, 2007.

_____. **A Antropologia Pastoral de Paulo: tornar-se humanos juntos**. São Paulo: Paulus. 1994.

PEARLMAN, Myer. **Epístolas Paulinas – Série Comentário Bíblico**. Rio de Janeiro: CPAD. 2012.

PEDROSO, C. **Dicionário e Estudos Bíblicos**. São Paulo: PAE Editora, 2012.

QUESNEL, Michel. **Paulo e as Origens do Cristianismo**. São Paulo: Paulinas. 2004.

ROSTOVITZ, Mijail. **Historia Social Y Económica del Imperio Romano I**. Madrid: Editorial Espasa. 1998.

_____. **História de Roma**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 1967.

RUDEN, Sarah. **Apóstolo Paulo: conheça a verdadeira mensagem do apóstolo que construiu as bases do cristianismo**. São Paulo: Benvirá. 2013.

SCHEID, John. O Sacerdote. In: GARDINA, A (org). **O Homem Romano**. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença. 1992. p. 50-72.

SCHNELLE, Udo. **Paulo: Vida e Pensamento**. 1ª ed. São Paulo: Paulus, 2010.

SCHIAVONE, Aldo. O Jurista. In: GARDINA, A (org). **O Homem Romano**. 1ª ed. Lisboa: Editorial Presença. 1992. p. 74-85.

SILVA, Valmor; **Paulo, apóstolo de Jesus Cristo pela vontade de Deus**. São Paulo: Paulinas, 2005. – (Coleção Bíblia em comunidade. Série Teologias Bíblicas; 10).

STE. CROIX. G. E. M. **La Lucha de Clases Em El Mundo Griego Antiguo.** Barcelona: Hurope S. A. 1988.

SUETÔNIO, Caio Tulio. **A Vida dos Doze Césares.** Rio de Janeiro: Editora Ediouro, [198-].

TÁCITO. **Anais.** Trad. L. Pereira. Rio de Janeiro: Editora Ediouro. [198-].

VIDAL, César. **El Legado Del Cristianismo En La Cultura Occidental.** Madrid: Editorial Espasa Calpe, 2002.